



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA - UFRA
CAMPUS DE BELÉM**

**PROJETO PEDAGÓGICO
DO
CURSO DE LETRAS LIBRAS**

Belém
2016



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA
Av. Presidente Tancredo Neves, 2501
Terra Firme – Belém -Pará – CEP: 66.077-530
Caixa Posta: 917 – Fone – Fax; (91) 3210-5104**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

MINISTRO: Aloizio Mercadante

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA

REITOR: Dr. Sueo Numazawa

VICE-REITOR: Dr. Paulo de Jesus Santos

PRÓ-REITORIAS

PRÓ-REITORIA DE ENSINO (PROEN): Professor Dr. Marcel do Nascimento Botelho e Professora Ruth Helena Falesi Palha Moraes de Bittencourt (Pró-Reitora Adjunta)

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA (PROPED): Professora Dra. Izildinha de Souza Miranda e Prof. Hugo Alves Pinheiro (Pró-Reitor Adjunto)

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO (PROEX): Professor Dr. Djaci Barbosa Ribeiro e Professor Marcos André Piedade Gama (Pró-Reitor Adjunto)

PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PROPLADI): Professor Dr. Antônio Cordeiro de Santana e Professor Antônio Cordeiro de Santana e Professor Marcos Antônio Souza dos Santos (Pró-Reitor Adjunto)

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS (PROAF): Professora Ma. Simone Andréa Lima do Nascimento Baía e Paulo Cezar de Moraes Alves (Pró-Reitor Adjunto)

PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS (PROGEP): Ranyelle Foro de Sousa

PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS (PROAES): Professor Dr. Manoel Sebastião Pereira de Carvalho e Professor Rodrigo Silva do Vale (Pró-Reitor Adjunto)

Comissão Elaboradora do Projeto Pedagógico do Curso de Letras LIBRAS

Hilda Rosa Freitas, Ma.
UFRA/Campus de Belém

Tatiana do Socorro Pacheco Charone Pacheco, Ma.
UFRA/Campus de Belém

Andrea da Silva Miranda, Dra
UFRA/Campus de Belém

Janae Gonçalves, Dra
UFRA/Campus de Belém

Cíntia Maria Cardoso, Ma.
UFRA/Campus de Belém

Wanúbya do Nascimento Moraes Campelo, Ma.
UFRA/Campus de Tomé Açú

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	9
2	HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO	11
3	ESTRATÉGIA ORGANIZACIONAL	15
3.1	Missão Institucional	15
3.2	Visão Institucional	15
3.3	Objetivos da Instituição	15
3.4	Papel da Instituição	16
4	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA UFRA	17
5	TRAJETÓRIA DA INSTITUIÇÃO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	23
6	JUSTIFICATIVA DO CURSO	27
7	PRINCÍPIOS NORTEADORES DO PROJETO PEDAGÓGICO	31
7.1	Princípios Curriculares do Curso	31
7.1.1	Interdisciplinaridade	31
7.1.2	Flexibilidade Curricular	32
7.1.3	A ética como tema transversal	33
7.1.4	Compreensão da diversidade cultural e pluralidade dos indivíduos	34
7.1.5	Sólida preparação do profissional para o exercício da prática do trabalho, da cidadania e da vida cultural	36
7.1.6	Compreensão da graduação como etapa inicial no processo de formação continuada, a ser consolidado através do ensino, da pesquisa e da extensão	36
7.1.7	Capacidade Profissional e Avaliação Permanente	37
7.1.8	Consideração da Língua de Sinais como primeira língua do surdo, em respeito à singularidade linguística da constituição desse sujeito	37
7.1.9	Defesa de uma educação bilíngue para a garantia do acesso e permanência dos alunos surdos na escola	38
8.	OBJETIVOS DO CURSO	39
9.	PERFIL DO EGRESSO	39
10.	PÚBLICO-ALVO	40
11.	CARACTERIZAÇÃO DO INGRESSO DO ALUNO	40
12.	IDENTIFICAÇÃO DO CURSO E QUANTITATIVO DE VAGAS	40
13.	ESTRUTURA DO CURSO	41
13.1	Composição Curricular do Curso de Graduação em Letras - LIBRAS	42
13.2	Fluxograma do curso de graduação em Letras/LIBRAS	45
13.3	Ementas das Disciplinas do Curso	46
13.3.1	Disciplinas Obrigatórias	46
13.3.2	Disciplinas Eletivas	82
13.4	Atividades Complementares	87
13.5	Prática Pedagógica	89
13.6	Contribuições à educação voltada para as Relações Étnico-raciais e dos Direitos Humano	90
13.7	Metodologia Eixo Temático	90
13.8	Estágio Supervisionado Obrigatório (ESO)	91
13.9	Trabalho de Conclusão do Curso (TCC)	93
14.	APOIO AO DISCENTE	93
15.	O PROCESSO DE AVALIAÇÃO	94

15.1	Acompanhamento e Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso	93
15.2	A Avaliação da Aprendizagem Discente	95
16.	PROGRAMA TUTORIA UFRA	96
17.	ATUAÇÃO DO COORDENADOR	96
17.1.	Colegiado de Curso	97
17.2.	Papel do Coordenador do Curso	97
17.3.	Núcleo Docente Estruturante (NDE)	98
18.	INFRAESTRUTURA	98
19.	REFERÊNCIAS	99

1 APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Graduação em Letras/LIBRAS, modalidade Licenciatura, da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), e está estruturado com base nas principais disposições legais que norteiam a constituição de um PPC: Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei nº 9.394/1996, que “estabelece as diretrizes e bases da educação nacional” e os atos normativos dela originados, em especial, os Pareceres nº 492/2001-CNE/CES e nº 1363/2001-CNE/CES; a Resolução nº 1/2002-CNE/CP, que “institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena”, a Resolução nº 2/2002-CNE/CP, que “Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior”; a Resolução nº 18/2002-CNE/CES, que “estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Letras”; a Resolução nº 2/2007-CNE/CES, que “dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial”; o Regimento Geral da UFRA, que contém as disposições básicas que nortearão a vida institucional da UFRA e disciplina os aspectos de organizações e funcionamento dos vários órgãos e unidades que compõem a sua estrutura organizacional; o Decreto Federal nº 5.626/2005, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o artigo 18 da Lei nº 10.098/2000 e a Lei 10.639/2003, que “altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura Afro-Brasileira’, e dá outras providências”, juntamente com o Parecer nº 3/2004-CNE/CP, que estabelece as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” e a Resolução nº 01/2004, que “institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”; e a Resolução nº 01/2012, que “estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos”.

O Curso de Licenciatura em Letras LIBRAS surge como uma iniciativa do Programa Viver sem Limites do governo federal, conforme decreto nº 7.612/2011. A intenção é ampliar a oferta desse tipo de licenciatura, de forma presencial, a partir de investimentos em infraestrutura e pessoal nas universidades federais, como mecanismo para garantir a inclusão social da pessoa surda, de acordo com o decreto nº 5.626/2005.

Segundo o art. 2º, da Lei nº 10.436/2002, o poder público e as concessionárias de serviço público devem garantir a difusão da língua brasileira de sinais (LIBRAS) como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil, ou seja, a LIBRAS como primeira língua do surdo (L1) e a língua portuguesa como segunda (L2). Dessa forma, os sistemas educacionais federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão do ensino da LIBRAS nos cursos de formação em: Educação Especial, Fonoaudiologia e Magistério, nos níveis de ensino médio e superior.

Esta lei que reconhece a LIBRAS como língua oficial de comunicação e expressão do surdo brasileiro é recente e o número de pessoas que possui formação para ensiná-la ainda é muito pequeno no Brasil. Segundo Quadros e Cerny (2009), dos 88 inscritos, apenas 9 foram aprovados no exame de proficiência para o ensino e tradução/interpretação de LIBRAS (PROLIBRAS) em 2009, em Belém. Percebe-se com isso a falta de formação acadêmica das pessoas que estão prestando o exame, assim como a carência de profissionais qualificados para atuar na educação básica com os alunos surdos.

Destaca-se ainda que esse exame de certificação ocorrerá somente até 2016, conforme a Portaria Normativa nº 29/2007, ou seja, na época, foi uma iniciativa de certificar os profissionais que já atuavam no ensino e na tradução da LIBRAS no Brasil, porém, com a compreensão de que a sua formação deve ser prioritariamente em cursos de graduação. Nesse sentido, o Ministério da Educação (MEC), embora estabeleça o exame de certificação PROLIBRAS no decreto nº 5.626/2005, também destaca no art. 4º, do mesmo documento que,

A formação de docentes para o ensino de Libras nas séries finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior deve ser realizada em nível superior, em curso de graduação de licenciatura plena em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda língua.

Além de estabelecer os critérios de formação desse profissional, o decreto assegura ao surdo o direito à prioridade de ingresso nesses cursos. A preocupação com a inclusão social e educacional da pessoa surda faz-se importante uma vez que, conforme censo de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), há 14.147 pessoas surdas somente em Belém, na categoria população residente com deficiência auditiva (subcategorias: não consegue de modo algum e com grande dificuldade).

Para esse número não há um quantitativo suficiente de profissionais que atuem no ensino e tradução/interpretação da LIBRAS em Belém, já que nos relatórios técnicos referentes ao exame de certificação PROLIBRAS de 2006 a 2010 (QUADROS; PERLIN, 2007; QUADROS, 2008; 2010; QUADROS; CERNY, 2009), no Estado do Pará, apenas 89

pessoas receberam essa certificação, além disso, nesse quantitativo, não há a especificação de quais são professores e quais são tradutores/interpretes.

Percebe-se com isso a grande necessidade de ampliação do curso de formação de professores para o ensino de LIBRAS. Dessa forma, a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) como Instituição de Ensino Superior, escolhida pelo MEC para atuar na formação de professores de LIBRAS, apresenta o Curso de Graduação em Licenciatura em Letras LIBRAS de acordo com as orientações do Decreto nº 6.755/2009, que instituiu a Política Nacional de Formação dos Profissionais do Magistério da Educação Básica e, em conformidade com o Decreto nº 5.626/2005 e o Decreto nº 7.612/2011, que fortalece a Educação Bilíngue no Brasil, por meio da criação de curso de Letras LIBRAS (bacharelado e licenciatura).

2 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

A UFRA, como sucessora da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (FCAP), é a mais antiga Instituição de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica na área de Ciências Agrárias da região, e tem como tema de grande preocupação a preservação da Região Amazônica, assim como sua exploração racional. A FCAP foi criada em 1951 como Escola de Agronomia da Amazônia (EAA), e oferecia apenas o Curso de Graduação em Agronomia. A EAA funcionava anexa ao Instituto Agrônomo do Norte (IAN), criado em 1939, em cujas instalações deveriam coexistir, utilizando equipamentos e outros meios daquela instituição de pesquisa, incluindo as atividades de magistério da escola recém criada como nova atribuição do pessoal técnico do IAN.

O Conselho Federal de Educação, mediante Parecer nº 802, de 09 de novembro de 1971, aprovou o funcionamento do Curso de Engenharia Florestal, na EAA, o qual foi autorizado pelo Decreto Presidencial nº 69.786, de 14 de dezembro de 1971. Em 8 de março de 1972, pelo decreto nº 70.268/1972, passou a denominar-se Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (FCAP), Estabelecimento Federal de Ensino Superior, constituindo-se unidade isolada, diretamente subordinada ao Departamento de Assuntos Universitários do Ministério da Educação e Cultura (MEC).

Posteriormente, através do Decreto nº 70.686, de 07 de junho de 1972, foi transformada em autarquia de regime especial, com mesmo regime jurídico das universidades

federais, e, portanto, com autonomia didática, disciplinar, financeira e administrativa. Em 16 de março de 1973, o Conselho Federal de Educação aprovou parecer favorável ao projeto de criação do curso de Medicina Veterinária na FCAP, o qual foi autorizado a funcionar através do Decreto nº 72.217, de 11 de maio de 1973.

No ano de 1999, foi autorizada a criação do curso de Graduação em Engenharia de Pesca com 30 vagas anuais, pela portaria MEC nº 1.135, de 20 de julho de 1999 e reconhecido em 2005 pela Portaria MEC nº 3.098, de 09 de setembro de 2005. No ano de 2000, foi autorizada a criação do curso de Zootecnia com 30 vagas anuais, pela Portaria MEC nº 854, de 21 de junho de 2000 e reconhecido posteriormente pela Portaria MEC nº 3.101, de 09 de setembro de 2005.

A fase da Pós Graduação iniciou-se em 1976 quando foi implantado o primeiro curso regular de pós-graduação *lato sensu*, e formou 17 turmas de especialização em Heveicultura, num total de 425 especialistas. Em 1984, iniciou o Mestrado em Agropecuária Tropical e Recursos Hídricos, área de concentração em Manejo de Solos Tropicais, recomendado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o qual foi reestruturado em 1994, criando-se o Programa de Pós-graduação em Agronomia com duas áreas de concentração: 1) Solos e Nutrição Mineral de Plantas e 2) Biologia Vegetal Tropical; e o Programa de Pós-graduação em Ciências Florestais, com área de concentração em Silvicultura e Manejo Florestal.

Em março de 2001, numa parceria com a Embrapa Amazônia Oriental, iniciou o Curso de Doutorado em Ciências Agrárias com área de concentração em Sistemas Agroflorestais, recomendado pela CAPES em 2000. Em 2001, a CAPES aprovou a criação do curso de Mestrado em Botânica, em parceria com o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), cuja primeira turma foi selecionada em fevereiro de 2002. Ao longo desse período, a FCAP ampliou fortemente sua interação com outras instituições como o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), a Universidade Federal do Pará (UFPA), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Universidade Estadual do Pará (UEPA) e o Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará (CEFET-PA), hoje Instituto Federal do Pará (IFPA).

De 1972 até 1997, a FCAP ofereceu 200 vagas nos concursos vestibulares anuais, sendo 100 para o curso de Agronomia, 50 para Engenharia Florestal e 50 para Medicina Veterinária. O total de vagas foi ampliado em 50% no vestibular de 1998, seguindo a política do MEC que, em 1994, passara a alocar recursos de custeio e capital (OCC) para as

Instituições de Ensino Superior (IFES) com base no número de alunos matriculados, no número de professores e no desempenho acadêmico.

Em seus 50 anos de existência, a UFRA, a despeito de ter prestado relevantes serviços à região amazônica, destacando-se em especial à formação de milhares de profissionais em Ciências Agrárias, incluindo estrangeiros de mais de 15 países, precisava ampliar sua oferta no ensino superior. A trajetória do ensino superior em Ciências Agrárias, neste tempo transcorrido, estimulou a comunidade universitária a apresentar à sociedade uma proposta de transformação da FCAP em UFRA. O pedido de transformação foi sancionado pelo Presidente da República através da Lei nº 10.611, de 23 de dezembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União em 24 de dezembro de 2002. Dessa forma, a UFRA avançou em suas conquistas durante seu processo de transformação de tal maneira, que tem hoje, em cumprimento ao que exige a legislação Estatuto, Regimento Geral e Plano Estratégico, concebidos a partir de processos democráticos e participativos, registrando na história desta Universidade, um modo cidadão de governar.

A UFRA é constituída por quatro Institutos Temáticos, que são as unidades responsáveis pela execução do ensino, da pesquisa e da extensão e tem caráter inter, multi e transdisciplinar em áreas do conhecimento. São eles: a) Instituto de Ciências Agrárias (ICA); b) Instituto de Saúde e Produção Animal (ISPA); c) Instituto Socioambiental e dos Recursos Hídricos (ISARH), e d) Instituto Ciberespacial (ICIBE). Os institutos são constituídos por docentes, técnico-administrativos e discentes que neles exercem suas atividades. Cada um dos Institutos citados atua em funções relacionadas a seus campos do saber e compactuam entre si o objetivo de ensino, pesquisa e extensão.

A UFRA conta ainda com o apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa, Extensão e Ensino em Ciências Agrárias (FUNPEA), pessoa jurídica de direito privado, gozando de autonomia patrimonial, financeira e administrativa nos termos da lei e que tem como objetivo apoiar e estimular programas de desenvolvimento sustentado e proteção ao meio ambiente. Fundada em 20 de março de 1997, com sede e foro na cidade de Belém, capital do Estado do Pará, podendo por deliberação do Conselho Curador, estabelecer-se em torno do território nacional.

Seguindo o planejamento de expansão proposto pela UFRA, já foram criados cinco campi fora de sede que, atualmente, ofertam doze cursos de graduação. São os campi de Capanema (Cursos de Administração, Agronomia, Biologia, Ciências Contábeis e Engenharia Ambiental), de Capitão Poço (Curso de Agronomia, Biologia, Computação, Engenharia

Florestal e Sistemas de Informação), de Paragominas (Cursos de Agronomia, Engenharia Florestal e Zootecnia), de Parauapebas (Curso de Administração, Agronomia, Engenharia Florestal, Engenharia de Produção e Zootecnia) e de Tomé Açu (Cursos de Administração, Licenciatura em Biologia, Ciências Contábeis, Engenharia Agrícola e Língua Portuguesa). No campus sede começaram a funcionar os cursos de Informática Agrária e Licenciatura em Computação, no ano de 2009, Engenharia Ambiental e Energias Renováveis, em 2010, e Engenharia Cartográfica e de Agrimensura, em 2013.

Como principal instituição na região a oferecer educação de terceiro grau na área de Ciências Agrárias (Agronomia, Engenharia Florestal, Medicina Veterinária, Engenharia de Pesca e Zootecnia), a UFRA tem um papel a desempenhar no que concerne ao desenvolvimento e implementação de políticas que respondam à demanda da sociedade no setor agrário. Efetivamente, como mão-de-obra qualificada, os diplomados da UFRA são bem representados nas instituições amazônicas de agricultura e meio ambiente, incluindo órgãos federais, estaduais, municipais e ONG. Do momento de sua criação até os dias de hoje, em razão da demanda dos estudantes pelas novas habilidades e conhecimentos, a Instituição se aprimorou em infraestrutura, em renovação curricular e em recursos humanos, todavia, ainda precisa alcançar patamares nunca antes almejados e para isso precisa estar sempre se reformulando.

A localização geográfica da UFRA na Amazônia, com o imenso espaço físico representado por seus campi, por si só, representa um excelente “marketing” institucional, que, associado à interiorização que vem ocorrendo e a uma maior interação com seus ex-alunos permitiriam uma percepção mais abrangente da instituição. Isso poderia resultar numa ampliação das parcerias com outras entidades e uma maior captação de recursos, formando um profissional de melhor qualidade para atender às demandas na área de Ciências Agrárias. Este atendimento exige uma UFRA fortalecida com um nível elevado de satisfação de seus funcionários, tanto os docentes quanto os técnicos administrativos. Para garantir a sua atuação emergente e o seu bem-estar, é preciso continuar se reestruturando e acreditando na força e na capacidade de se adaptar, inovar e intensificar o seu papel como universidade.

3 ESTRATÉGIA ORGANIZACIONAL

3.1 Missão Institucional

Formar profissionais qualificados, compartilhar conhecimentos com a sociedade e contribuir para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

3.2 Visão Institucional

Ser referência nacional e internacional como universidade de excelência na formação de profissionais para atuar na Amazônia e no Brasil.

3.3 Objetivos da Instituição

Os objetivos da UFRA estão estabelecidos no artigo 7º do seu Estatuto, são eles:

- a) Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito político-científico e socioambiental do pensamento reflexivo em ciências agrárias, saúde e produção animal e outras áreas que venham a ser introduzidas.
- b) Qualificar profissionais aptos a participar do desenvolvimento da sociedade brasileira, particularmente no complexo mundo amazônico, e propiciar a formação continuada.
- c) Desenvolver atividades de investigação científica, contribuindo ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia, bem como a criação e a difusão da cultura, adequando em nível superior o entendimento do homem em relação ao meio em que vive.
- d) Ampliar a base de divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos, que constituam patrimônio comum à humanidade e intensificar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação.
- e) Promover permanentemente o aperfeiçoamento cultural e profissional, possibilitando a correspondente concretização e integração dos conhecimentos adquiridos numa estrutura intelectual sistematizada.
- f) Promover a informação e o conhecimento da presente atualidade, em particular as questões nacionais e regionais frente à nova ordem global.
- g) Promover a extensão universitária, prestando serviços especializados à comunidade e estabelecer com ela uma relação aberta de reciprocidade.

3.4 Papel da Instituição

A UFRA se propõe a:

- Criar e difundir conhecimentos que atendam às expectativas da saúde, cultura e da educação universais e do ambiente em que está inserida, na formação em nível superior, na prestação de serviços à comunidade e na realização da investigação científica;

- Atender à crescente procura de vagas no ensino superior pelos jovens egressos do ensino médio da região do Norte do país, independentemente de sua raça, gênero, credo e condição socioeconômica, em curso que responda ao exigente e competitivo mercado de trabalho, com competência e inserção em atividades econômicas, sociais, culturais, tecnológicas e políticas, dentro de princípios éticos e na busca da justiça social;
- Constituir-se em Centro de Excelência de Ensino Superior no Estado do Pará, com cursos de qualidade, compatíveis com as diretrizes institucionais, as diretrizes curriculares nacionais e as conhecidas necessidades regionais;
- Oferecer competências, infraestrutura física, equipamentos, acervos e o potencial de seus docentes para a formação de recursos humanos e para a realização de atividades em parceria com a comunidade em geral e em especial com os Órgãos públicos da região, particularmente as Prefeituras Municipais;
- Formar profissionais capazes de propiciar melhorias na qualidade de vida da população carente da região, colaborando na formulação e execução das políticas públicas de Educação, Saúde e Tecnologia, que revertam desigualdades e produzam permanente crescimento auto-sustentável da Amazônia;
- Propiciar formação generalista capaz de responder aos desafios do mercado de trabalho e viabilizar soluções inovadoras em trabalho integrado e multiprofissional, aliada a uma sólida formação específica no campo das habilitações escolhidas;
- Oferecer formação tecnicamente competente, mas com visão humanística e solidária, na defesa dos princípios democráticos e da ética, com enfoque social da profissão, em meio à problemática global e regional;
- Formar profissional que favoreça a criatividade, o empreendedorismo, a liderança de equipes e respostas a situações de complexidade, a independência científica, o gosto pela investigação e pelo estudo continuado. Preparar os profissionais para o uso de novas tecnologias de informação, em comunicação com a sociedade e suas organizações;
- Valorizar, preservar e divulgar as culturas nacional, regional e local, em busca da consolidação da cidadania, bem como o respeito ao meio ambiente como uma mentalidade extensiva a todos os cursos e projetos;
- Desenvolver novas metodologias e tecnologias que dinamizem os currículos, com base na evolução científica e nas necessidades sociais e econômicas da região;

- Promover a capacitação continuada e qualificada dos docentes, funcionários e dos egressos, através de curso que os habilite ao trabalho intelectual e a atuar com desenvoltura na problemática regional;
- Utilizar a avaliação interna e externa como estratégia de aperfeiçoamento da qualidade institucional, na gestão, no ensino e nas atividades de pesquisa e extensão.

4 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA UFRA

A administração superior da Universidade está estruturada em órgãos que transparecem o poder de representação da comunidade universitária, o poder superior de decisão, o poder superior de legislação, o poder superior executivo e os poderes de implementação da política e filosofia inerentes às atividades universitárias.

A administração superior, em suas relações internas e institucionais com todos os segmentos da Universidade, configura o grande cenário de gestão, em que se praticam as mais modernas técnicas de gerenciamento, poder decisório e geração normativa. Harmonia, equilíbrio, descentralização, informatização são atributos essenciais à gestão no seu processo global dentro da Instituição.

A Universidade é o *locus* do saber, da inteligência criativa, dos paradigmas da racionalidade cognitivo-instrumental das ciências, da racionalidade moral-prática e da racionalidade estético-expressiva das humanidades. Mas é também o centro nervoso das contradições da atualidade, das pressões internas e da lógica externa do mundo global, da transição dos paradigmas, da nova ordem econômica e da perda de poder dos Estados-Nações. São realidades que a gestão universitária enfrentará e a elas deverá agregar a transformação conceitual de “ideia de universidade para uma universidade de ideias”. Há uma condição epistemológica sobre a qual todos os que lidam com a questão universitária terão de refletir: a época atual é de transição de paradigmas, de novas concepções sobre as estruturas curriculares e de um campo de visão que escapa aos limites do campus e se projeta globalmente. Essa nova realidade envolve diretamente a administração superior.

O modelo de estrutura organizacional da UFRA está baseado nas novas técnicas de gestão, de flexibilização dos fluxos de demanda, de simplificação orgânica, desburocratização dos serviços e substituição das hierarquias verticalizadas pela horizontalidade dos fluxos

digitais. São prevalentes ao novo modelo os paradigmas de eficiência, fluidez e racionalidade na movimentação dos fluxos de demanda e dos fluxos decisórios.

A elaboração do Estatuto da UFRA e do seu Regimento Geral (presentes no banco de dados do SAPIENS), realizada através de processos participativos, em que cada categoria da comunidade da UFRA (docentes, discentes e técnico-administrativos), escolheu vinte dos seus representantes para integrar uma Assembleia Estatuínte. Essa assembleia então, de maneira democrática, definiu no Estatuto a macroestrutura organizacional, a qual foi detalhada pela Assembleia Regimental no Regimento Geral da UFRA.

O processo representa imenso avanço na organização das instâncias decisórias de uma universidade. Além dos conselhos superiores, inerentes às IFES, como o Conselho Universitário (CONSUN), o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), o Conselho de Administração (CONSAD) e o Conselho Curador, nos quais a participação da comunidade da UFRA e da sociedade tem forte representação, a UFRA estabeleceu um Conselho Consultivo, no qual a Universidade só é representada pelo Reitor, como Secretário Executivo e que representa o meio pelo qual a sociedade pode avaliar e influenciar a qualidade da gestão universitária. Além disso, toda a gestão acadêmico-administrativa dos Institutos será realizada de forma participativa, através de um colegiado do Instituto. Por outro lado, foram instituídas uma Comissão Permanente de Ética e uma Comissão Permanente de Avaliação Institucional, que antecedeu a obrigatoriedade da Comissão Própria de Avaliação (CPA) estabelecida pela Lei ° 10.861, de 14 de abril de 2004.

Rompeu-se com uma estrutura departamental, na qual havia onze departamentos de ensino para somente cinco cursos de graduação. Hoje, a UFRA possui três grandes áreas de atuação, nas quais estão identificados os cursos da atividade de ensino e os programas de pesquisa e extensão. A estruturação sob a forma de Institutos de Ensino, Pesquisa e Extensão simplifica e, ao mesmo tempo, flexibiliza a organização acadêmica, favorecendo a interdisciplinaridade, a otimização dos recursos materiais e humanos, a eficiência e a fluidez na movimentação das demandas e dos fluxos humanos.

A seguir detalha-se a Estrutura e a Organização administrativa da UFRA:

I – REITORIA

Gabinete da Reitoria

Vice-Reitoria

Assessoria Jurídica

Assessoria de Assuntos Estratégicos
Assessoria de Cooperação Interinstitucional e Internacional
Assessoria de Comunicação (ASCOM)
Secretaria Geral dos Conselhos Superiores
Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD)
Comissão Permanente de Pessoal Técnico-Administrativo (CPPTA)
Auditoria Interna
UFRA Capanema
UFRA Capitão Poço
UFRA Paragominas
UFRA Parauapebas
UFRA Tomé açu
Comissão Própria de Avaliação (CPA)
Comissão Permanente de Ética
Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo
Ouvidoria
Assessorias Especiais

II – PRÓ-REITORIAS

Colegiado das Coordenadorias de Graduação e Pós-graduação (PROEN e PROPED)
Secretaria
Superintendências
Divisões – o ocupante será denominado Gerente
Seções – o ocupante será denominado Chefe

II. 1. CONSTITUIÇÃO DAS PRÓ-REITORIAS

II. 1. 1. PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PROPLADI)

Superintendência de Planejamento e Avaliação Institucional
Divisão de Avaliação Institucional
Divisão de Planejamento e Projetos Institucionais

Superintendência de Normas e Marketing Institucional

Divisão de Normas e Processos

Divisão de Marketing Institucional

II. 1. 2. PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS (PROAF)

Superintendência de Administração e Finanças

Superintendência de Tecnologia de Informação de Conhecimento

Prefeitura

II. 1. 3. PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS (PROGEP)

Superintendência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas

Divisão de Saúde e Qualidade de Vida

Divisão Administrativa

Divisão de Capacitação e Desenvolvimento

II. 1. 4. PRÓ-REITORIA DE ENSINO (PROEN)

Colegiado da Pró-Reitoria de Ensino

Diretoria da Pró-Reitoria de Ensino

Coordenadorias de Cursos de Graduação

Superintendência Acadêmica de Ensino

Divisão de Ensino e Acesso

Divisão de Controle Acadêmico

Biblioteca

Divisão de Editoração e Gráfica

Divisão de Referência e Empréstimos

Divisão de Apoio Pedagógico

Restaurante universitário

Núcleo de educação a distância - NEAD

II. 1. 5. PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO (PROPED)

Colegiado da Pró-Reitoria de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico

Diretor de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico

Superintendência de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico

Divisão de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico

Divisão de Pós-Graduação

Divisão de Projetos e Captação de Recursos

II. 1. 6. PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO (PROEX)

Colegiado da Pró-Reitoria de Extensão

Diretoria da Pró-Reitoria Adjunta de Extensão

Centro de Assuntos Comunitários

Superintendência Acadêmica de Extensão

Divisão de Extensão

Divisão de Estágio

Divisão de Eventos Técnico-Científicos

II. 1. 7. PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS (PROAES)

Superintendência de Apoio ao Estudante

Divisão de Apoio ao Estudante

III. ESTRUTURA DOS INSTITUTOS

Colegiado do Instituto

Diretor-Geral

Secretaria Executiva

Vice Diretor (novo cargo – extinto o cargo de Gerente Acadêmico)

Gerência Administrativa

Áreas Multiespaciais

III. 1. CONSTITUIÇÃO DOS INSTITUTOS

III. 1. 1. INSTITUTO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS (ICA)

Cursos de Graduação

Cursos de Mestrado e Doutorado

Cursos de Especialização

Programas de extensão
Núcleos de Pesquisa
Estação Experimental de Benfica
Estação Experimental de Santa Isabel
UD Várzea

III. 1. 2. INSTITUTO DE SAÚDE E PRODUÇÃO ANIMAL (ISPA)

Cursos de Graduação
Cursos de Mestrado e Doutorado
Cursos de Especialização
Programas de Extensão
Núcleos de Pesquisa
Hospital Veterinário de Ensino
Fazenda Escola de Igarapé-Aço
Serviço de Atendimento de Grandes Animais

III. 1. 3. INSTITUTO SÓCIO-AMBIENTAL E RECURSOS HÍDRICOS (ISARH)

Curso de Graduação
Cursos de Mestrado e Doutorado
Cursos de Especialização
Programas de Extensão
Núcleos de Pesquisa
Biofauna
Estação de Biologia Pesqueira e Piscicultura de Castanhal
Estação Experimental de Cuiarana

III. 1. 4. INSTITUTO CIBERESPACIAL (ICIBE)

Curso de Graduação
Curso de Mestrado e Doutorado
Cursos de Especialização
Programas de Extensão
Núcleos de Pesquisa

Contribuir para o desenvolvimento sustentável da Amazônia, através da formação de profissionais de nível superior, desenvolvendo e compartilhando conhecimento técnico, científico e cultural, oferecendo serviços à comunidade por meio do ensino, pesquisa e extensão. Para isso, a Universidade busca pautar-se em princípios que possam nortear ações que contemplem a autonomia universitária, a busca de excelência acadêmica, a gratuidade do ensino, a gestão democrática e colegiada, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o compromisso social, o fortalecimento do diálogo com a sociedade, a igualdade de condições para o acesso e permanência na instituição e a valorização profissional dos docentes e técnico-administrativos.

5 TRAJETÓRIA DA INSTITUIÇÃO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A UFRA existe como Universidade há 13 anos e, desde a época que ainda era a FCAP, nada havia sido feito efetivamente no que diz respeito à acessibilidade e à inclusão de pessoas com deficiência ou com necessidades específicas.

Assim, a necessidade de aprofundar estudos e desenvolver ações relacionadas à acessibilidade e à inclusão levou, em 2010, um grupo de professores a pensar ações que fomentassem as discussões sobre o acesso irrestrito e a inclusão das pessoas com deficiência não somente nos Campi da UFRA, mas em toda a sociedade, sobretudo na região Amazônica.

Nesta perspectiva, foram escritos os projetos dos cursos de “Acessibilidade digital”, “Práticas Pedagógicas e Tecnológicas em Educação Inclusiva” e “Atendimento Educacional Especializado” que foram submetidos ao MEC através do edital nº 36, de 24 de fevereiro de 2010, que visava a oferta de cursos de formação continuada no âmbito do Plano Nacional de Formação de professores da Educação Básica. Por meio destes projetos, o MEC equipou a UFRA com Tecnologias Assistivas e equipamentos para alavancar, na instituição, ações de acessibilidade e inclusão.

A partir desse momento, iniciou-se a elaboração de uma proposta para a criação de um núcleo que atuasse de maneira significativa no processo de inclusão educacional, digital e social tendo como centralidade o desenvolvimento de tecnologias, metodologias e programas como meio para facilitar o acesso e a permanência de cidadãos com necessidades específicas nos diversos espaços e contextos sociais. Para isto, a atuação do núcleo deveria ser fundamentada em três grandes áreas: Tecnologia, Educação e Terapia Assistida por Animais.

Nos meses de fevereiro e março de 2011, foram realizados estudos e debates com professores da UFRA, representantes das Associações de Pessoas com Deficiência, representantes da Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), representantes da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), representante da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e da Acessibilidade Brasil que foram convidados a participar do grupo de discussão para a criação do Núcleo de Acessibilidade da UFRA.

A acessibilidade, a usabilidade, as tecnologias assistivas, os sistemas computacionais assumem um relevante papel mediador entre o indivíduo e a sociedade, sendo particularmente significativas as suas potencialidades como fator de inclusão social das pessoas com necessidades específicas, sejam as pessoas com deficiência, os idosos ou àquelas ainda econômica ou culturalmente segregadas. Neste contexto, constitui um imperativo imediato o desenvolvimento de produtos, programas, sistemas e serviços assistidos, para apoio aos cidadãos com necessidades específicas, em sintonia com a concepção e a produção de produtos e serviços para a maioria da população.

Os cidadãos que requerem consideração especial não podem ficar excluídos dos benefícios da sociedade e, por outro lado, é necessário estabelecer condições para que o desenvolvimento desta sociedade contribua inequivocamente para melhorar as condições de vida e de bem estar daqueles cidadãos.

Sendo assim, a equipe supracitada entendeu que importa também para o Núcleo de Acessibilidade promover atividades de ensino, pesquisa e extensão tendo em vista o projeto, a implementação e a implantação não somente de tecnologia, mas também de serviços capazes de compensar ou minimizar as limitações de funcionalidades das pessoas com necessidades específicas e que todas as ações deveriam estar interrelacionadas.

Com esse entendimento, no dia 23 de março de 2010, foi apresentado ao colegiado do ICIBE a proposta do Núcleo Amazônico de Acessibilidade, Inclusão e Tecnologia (ACESSAR) cuja missão seria gerar, sistematizar e disseminar o conhecimento nas áreas de acessibilidade, usabilidade, tecnologia, terapia assistida por animais e educação com vistas à inclusão social. O Núcleo daria apoio e infraestrutura às atividades fins da UFRA e desenvolveria suas ações não perdendo de vista os objetivos de uma IES: Ensino, Pesquisa e Extensão. Para isso, a articulação deste núcleo com a Reitoria, com as Pró-Reitorias, com os outros Institutos da UFRA e com entidades e/ou órgãos da sociedade ligados à área de tecnologia, educação e terapia assistida por animais seria fundamental.

De dezembro de 2011 a dezembro de 2015, centenas de professores foram certificados em turmas dos cursos de Acessibilidade Digital, Práticas Pedagógicas e Tecnológicas em Educação Inclusiva e Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertados pela Rede Nacional de Formação Continuada (RENAFOR) em vários municípios do Estado do Pará. Atualmente, os professores que fazem parte do Núcleo trabalham na proposta de oferta destes cursos a distância e numa especialização que seria a união dos três cursos supracitados, além de uma especialização em Engenharia de Reabilitação.

Em 2011, a UFRA, por meio do Núcleo de Acessibilidade, aprovou, no edital 04/2011-MEC/PROEXT, o programa “ACESSAR: Inovações Tecnológicas para a Inclusão das Pessoas com Deficiência”. Este programa foi composto dos seguintes projetos que começaram a ser executados em janeiro de 2012:

- Cursos: AEE e Práticas Pedagógicas e Tecnológicas em Educação Inclusiva, e Acessibilidade Digital, nos municípios de Castanhal, Capitão Poço e na grande Belém;
- Oficina de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), em Belém;
- Ciclo de Palestras sobre Acessibilidade, Inclusão e Tecnologia;
- Implantação e organização do I Seminário Amazônico de Acessibilidade, Inclusão e Tecnologia;
- Desenvolvimento do Site do evento;
- Desenvolvimento de um Portal para divulgar informações sobre Acessibilidade, Inclusão e Tecnologia;
- Avaliação e desenvolvimento de tecnologias assistivas;
- Acessibilização aos Totens da UFRA;
- Implantação da Terapia Assistida por Animais;
- Mapeamento de todos os locais da UFRA que precisam ser acessibilizados em todas as suas dimensões, no campus Belém.

Em fevereiro de 2012, foi aprovado por unanimidade no CONSUN da UFRA o Núcleo Amazônico de Acessibilidade, Inclusão e Tecnologia (ACESSAR) como mais uma Unidade da UFRA ligada à reitoria que tem como principal objetivo desenvolver ações multidisciplinares que promovam o acesso irrestrito, a facilidade de uso e a democratização do conhecimento com vistas a inclusão das pessoas com necessidades específicas.

O Núcleo de Acessibilidade tem sua importância institucional alicerçada em três pontos fundamentais: inserir a UFRA no que diz respeito às diretrizes e normativas para a

inclusão e acesso de pessoas com deficiência no ensino superior; desenvolver ações que favoreçam não apenas a inclusão social daqueles que são docentes, discentes ou técnicos da UFRA, mas também de toda a sociedade; e por último atender as seguintes leis:

- A Lei nº 8.213/1991 e o Decreto nº 2.172/1997, que asseguram o direito da inclusão da pessoa com deficiência.
- A Lei nº 10.845/2004, que instituiu o Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas com Deficiência e que garante progressivamente a inserção dos educandos com deficiência, nas classes regulares de ensino.
- O Decreto nº 5.296/2004, que regulamenta as Leis nº 10.048/2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas com deficiência e a Lei nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
- O Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e o art. 18 da Lei nº 10.098/2000.
- O Decreto nº 3.298/1999, que regulamenta a Lei nº 7.853/1989, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.

Em 2012, a UFRA, por meio do Núcleo ACESSAR, começou a receber recursos do programa Incluir para Acessibilizar a Instituição. Em junho de 2012, recebeu ofício do MEC para que manifestasse interesse em ofertar cursos de graduação em Letras/LIBRAS. Na ocasião, por meio do Núcleo Amazônico de Acessibilidade, Inclusão e Tecnologia (ACESSAR), foi apresentado ao MEC uma proposta e uma carta de intenção da UFRA manifestando interesse em ofertar o curso de graduação em Letras/LIBRAS. No dia 26 de julho de 2012, as professoras Fernanda Hatano e Tatiana Pacheco se fizeram presentes na reunião do MEC para discutir questões relacionadas à implantação do curso de Letras/LIBRAS nas universidades do Brasil.

No dia 03 de agosto de 2012, foi enviada novamente ao MEC uma carta intenção e proposta de implantação do curso para apreciação. No final de agosto do mesmo ano, a UFRA teve parecer favorável e foi aprovada a oferta do curso Letras/LIBRAS. Em seguida, a Universidade discutiu internamente a criação do curso e teve sua aprovação por meio da Resolução nº 99/2013-CONSUN/UFRA e da Resolução nº 194/2014-CONSEPE/UFRA, que

aprovaram a criação do curso no campus sede. Uma equipe constituída por cinco professoras discutiu a proposta do curso e, em maio de 2014, obteve-se a aprovação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) por meio da Resolução nº 182/2014-CONSEPE/UFRA.

Inicia-se, então, um trabalho na Universidade com o intuito de contratar professores e construir um prédio, financiado pelo Programa Viver sem Limites, para a instalação do curso. Estes fatos provocaram um atraso na oferta da primeira turma, a princípio prevista para o ano letivo de 2014. Também não foi possível iniciar em 2015, em decorrência da falta de recursos financeiros para realizar um processo seletivo específico.

Somente no final de 2015, após avaliação da PROEN, resolveu-se realizar o processo seletivo a partir do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), com garantia de reserva de vaga para pessoa surda (Resolução nº 285/2015-CONSEPE-UFRA) para garantir o cumprimento da proposta do curso e do Decreto nº 5.626/2006. Desta forma, em janeiro de 2016, houve seleção entre os candidatos inscritos no ENEM 2015 para a constituição da primeira turma do curso de Licenciatura em Letras/LIBRAS da UFRA, que inicia no primeiro semestre letivo de 2016.

6 JUSTIFICATIVA DO CURSO

Estamos vivenciando um momento da multiplicidade de discursos que fazem referência ao respeito, às diferenças e atenção à diversidade. A última década do século XX, foi marcadamente enfática com leis, regulamentos e resoluções de âmbito nacional e internacional, em defesa e cumprimento dos direitos de acesso aos grupos que historicamente foram excluídos do convívio social e do exercício de seus direitos fundamentais, como os de educação escolar comum para todos. Focando especificamente nas pessoas com deficiência, temos o registro de uma história de exclusão, rejeição, discriminação e isolamento desse grupo no/do espaço escolar.

Atualmente, vivemos um tempo/espaço histórico e cultural atravessado pelos discursos de respeito às diferenças, de defesa do encontro com todos os sujeitos na escola, independentemente de raça, gênero, geração, características físicas, intelectuais, etc. Porém, nem sempre foi assim, nem sempre o que foi dito sobre as pessoas com deficiência esteve em defesa de suas diferenças e de seus direitos de acesso aos diferentes espaços e contextos sociais e institucionais.

O espaço escolar esteve marcado historicamente em sua constituição, como um espaço homogêneo, de sujeitos “iguais”. Um espaço, que se abria apenas aos que eram considerados “normais”, dentro dos padrões hegemônicos estabelecidos, um espaço que negou as diferenças, a alteridade dos sujeitos. Foi dessa forma, que a escola se orientou e se organizou, como um espaço sem abertura para o outro, para as diferenças. Assim, negros, homossexuais, deficientes, dentre outros grupos, fizeram-se distantes desse espaço, ou quando da sua presença, essa se fazia indiferente, invisível, discriminada ou negada.

A exclusão a que os grupos considerados minoritários na sociedade foram submetidos, e aqui direcionamos as Pessoas com deficiência, retirou-os das convivências escolares nas classes de ensino comuns. A história de escolarização das pessoas com deficiência esteve pautada nas práticas e organizações de espaços isolados e especializados para lidar com as pessoas que apresentavam necessidades específicas. Esse tipo de organização escolar historicamente se configurou como um espaço de atendimento separado, e como a melhor forma de educação escolar para as pessoas com deficiências.

Mendes (2006) destaca que o atendimento educacional às pessoas com deficiência, iniciou no Brasil no século XIX, em instituições residenciais e hospitalares, acompanhado pelo descaso do poder público na oferta de educação de uma forma geral para a população. Até a década de 1950 do século XX, a educação das Pessoas com deficiência se deu em escolas especiais privadas e/ou filantrópicas, essa realidade só iria se modificar a partir da década de 1970, com a criação das classes especiais nas escolas públicas.

Esse modelo de educação para as pessoas com deficiências esteve, até a década de 1990, pautado no princípio da integração escolar, tal princípio se baseava na possibilidade das pessoas com deficiência terem acesso aos espaços educacionais comuns, porém, a sua inserção às classes comuns estava condicionada a sua preparação, ou seja, frequentariam os serviços da educação especial e posteriormente seriam integrados na educação regular, por isso, a integração possibilitou o acesso as mesmas escolas, porém, os alunos com e sem deficiência não interagiam, permaneceriam em classes separadas.

Essa realidade educacional da Pessoas com deficiência na sociedade limitou não apenas o seu espaço de circulação e vivência social, mas as suas relações, o seu processo de socialização com outros grupos, promoveu o seu isolamento e silenciamento.

Em se tratando da educação do aluno surdo, historicamente, esta foi marcada por uma trajetória de negação da singularidade linguística desse sujeito. As práticas de ensino estavam permeadas pelo ensino de base oralista, sem a preocupação e consideração das dificuldades da

pessoa com surdez em dominar a língua portuguesa e exercer a sua comunicação por meio dessa língua. A especificidade da oralidade, que tem como base o ensino de uma língua oral-auditiva, caminhava na contramão das especificidades de aprendizagem e desenvolvimento da linguagem pelas pessoas surdas, que adquirem a linguagem, orientada por uma língua visuoespacial. E, dessa forma, o surdo na educação escolar adquiria a língua oral-auditiva com muitas dificuldades e limitações.

Eles olham as bocas se movimentando e sabem que, através destes movimentos, as pessoas expressam pensamentos e ideias, mas mesmo havendo tal percepção, não compreendem esta língua. Em alguns casos, passam por processos terapêuticos intensos e chegam a adquirir a língua, mas de forma sistemática e limitada. A diferença na modalidade da língua e do acesso a ela implica diferença na forma de aquisição dessa língua. Os surdos privilegiam o visuoespacial e a língua de sinais é visuoespacial (QUADROS, 2010, p. 30).

Foi assim que a escola construiu-se, constituiu-se e organizou-se na modernidade, como um modelo de ensino que desconsiderava as especificidades de aquisição da linguagem pelo surdo e considerava o português como a única língua a ser adquirida por este grupo de sujeitos. Na década de 1960 do século XX, a reivindicação de direitos de acesso aos diversos espaços sociais e institucionais dos grupos considerados minoritários e excluídos, ganha força e, também revela os processos de exclusão social a que muitos grupos sociais foram submetidos. Para Mendes (2006, p. 388), os movimentos sociais em defesa dos direitos humanos, “[...] conscientizaram e sensibilizaram a sociedade sobre os prejuízos da segregação e da marginalização de indivíduos de grupos com *status* minoritários, tornando a segregação sistemática de qualquer grupo ou criança uma prática intolerável”.

Tais reivindicações intensificaram-se na década de 1990, resultando na construção de documentos nacionais e internacionais e de políticas e práticas de fomento à inclusão social. A partir desse momento, “[...] questões ligadas à diversidade como raça, gênero, necessidades educacionais especiais e geração, entre outras, ganharam visibilidade nos currículos escolares e nas Políticas Públicas [...]” (ZUCHETI; KLEIN; SABAT, 2007, p. 76).

É nesse momento social e histórico de proclamação das diferenças e reivindicação pela inclusão escolar que, “[...] o paradigma da inclusão escolar globaliza-se e torna-se no final do século XX, palavra de ordem em praticamente todas as ciências humanas” (MENDES, 2006, p. 395). É nesse contexto de reivindicações que surgem políticas e ações afirmativas de reconhecimento e valorização da diversidade e das diferenças.

A especificidade na forma de aquisição da língua pela pessoa com surdez, acompanhada pelos movimentos de lutas dos direitos e respeito às singularidades dos sujeitos,

impulsionou mudanças consideráveis nas formas como os processos de ensino e aprendizagem ocorrem com os surdos, em defesa de uma educação bilíngue, em que a aprendizagem de duas línguas para o surdo é o caminho mais promissor para uma educação e aprendizagem de qualidade para este grupo de sujeitos.

Quadros (2010, p. 31) nos lembra da importância de considerarmos a língua de sinais como língua natural ou primeira língua do surdo, para não cometermos o equívoco de tomar a língua de sinais de forma secundária e considerar o português como “[...] a língua superior em oposição à língua de sinais brasileira, representada como uma opção [...]”.

Dessa forma, o curso Letras/LIBRAS surge da necessidade de formação de professores bilíngues, para o atendimento das especificidades de aquisição da linguagem pelas pessoas surdas e pela necessidade de cumprir com o direito de acesso e de permanência na escola, de todos os sujeitos, independente de suas características, sejam estas quais forem.

O Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002¹, em seu artigo 4º, informa que,

A formação de docentes para o ensino de Libras nas séries finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior deve ser realizada em nível superior, em curso de graduação de Licenciatura Plena em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda Língua (BRASIL, 2005, p. 1).

O Curso de Licenciatura em Letras/Libras que a UFRA se propõe a ofertar por meio do Programa Viver sem Limites, cumpre um preceito legal para a formação docente em Libras, conforme artigo 11, do decreto nº 5.626/2005, e está organizado para que as pessoas surdas tenham prioridade de acesso a essa formação, segundo parágrafo único do artigo 4º, do referido decreto, ao apontar que as pessoas surdas devem ter prioridade nos cursos de formação.

Nesse sentido, o Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência - Viver sem Limites, lançado em novembro de 2011, por meio do Decreto nº 7.612/2011, coordenado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, tem como uma de suas ações no campo educacional promover o acesso e a permanência de todos os alunos nos sistemas de ensino, sejam estes municipais, estaduais ou federais. Dessa forma, a inserção do aluno surdo no contexto da educação básica, requer profissionais capacitados para a implementação de ações bilíngues que contemplem tanto a língua brasileira de sinais, como língua materna, quanto a língua portuguesa na modalidade escrita como segunda língua, conforme preconiza o Decreto nº 5.626/2005.

¹ A referida lei dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS.

Portanto, o curso proposto será o terceiro curso a ser ofertado por uma Instituição Pública de Ensino Superior no Estado do Pará, dado que confirma a necessidade de sua implementação, que visa atender prioritariamente a demanda de alunos surdos egressos do ensino médio e de profissionais surdos e ouvintes com perfil para o ingresso neste tipo de formação.

7 PRINCÍPIOS NORTEADORES DO PROJETO PEDAGÓGICO

Os princípios curriculares do Curso de Licenciatura em Letras/LIBRAS acompanham e reafirmam os princípios curriculares apontados pela UFRA em seu Projeto Pedagógico Institucional e que fundamentam os projetos pedagógicos dos cursos desta Instituição.

7.1 Princípios Curriculares do Curso

O processo de desenvolvimento curricular será construído mediante a observação dos seguintes princípios:

7.1.1 Interdisciplinaridade

O curso de Licenciatura em Letras/LIBRAS abarca conhecimentos de diversos campos do saber como: Educação, Língua Portuguesa, LIBRAS, dentre outros, o que exige uma postura inovadora quanto ao processo de produção e construção do conhecimento. Neste sentido, a interdisciplinaridade se apresenta como instrumento precípuo para a promoção de uma formação integrada e em sintonia com a realidade social que cada vez mais exige uma formação cidadã, crítica e reflexiva.

O desafio que a interdisciplinaridade impõe para o curso está na construção de novas posturas diante do conhecimento, pois a sua premissa maior está no desenvolvimento de um trabalho coletivo, em cooperação, um trabalho articulado entre as diferentes áreas que compõem o currículo do curso. Portanto, o desenvolvimento do trabalho interdisciplinar suscita a ruptura com posturas individuais e fragmentadas que isolam e compartimentalizam os conhecimentos, desprezando toda riqueza e complexidade que possui o trabalho relacional.

Para Morin (2002), a interdisciplinaridade é troca, cooperação, pois o conhecimento é um movimento articulado de saberes, é relacional. Desta forma, para que a prática interdisciplinar aconteça, o trabalho deve ser integrado, em intercâmbio com os diversos campos do saber, que envolvem a formação em questão, e a postura dos docentes do curso deve ser a de abertura ao diálogo, ao intercâmbio, ao trabalho em conjunto, já que a formação do licenciado em Letras/LIBRAS requer uma formação interdisciplinar, por isso, todos devem se dispor a trabalhar em cooperação.

Uma das tarefas da interdisciplinaridade está no conhecimento da realidade numa perspectiva relacional. Este trabalho pode ser desenvolvido por meio da pesquisa e problematização da realidade socioeducacional do aluno com surdez, para que assim se estabeleça o diálogo entre as disciplinas que compõem o Desenho Curricular do curso.

A especialização se insere num setor conceitual abstrato que é o da disciplina compartimentada, cuja fronteira rígida rompe arbitrariamente a sistemicidade (a relação de uma parte com o todo) e a multidimensionalidade dos fenômenos. Evitar a separação do saber em disciplinas que rejeitam as ligações com o seu meio é o desafio de todos que compõem o Curso de Licenciatura em Letras/LIBRAS.

Tendo em vista esse conceito, o curso de Licenciatura em Letras/LIBRAS, que apresenta uma diversidade de conhecimentos teóricos e práticos, necessita da articulação entre as várias áreas do conhecimento, de modo que o graduando possa compreender a complexidade dos fenômenos educacionais estudados.

7.1.2 Flexibilidade Curricular

A flexibilidade na estrutura curricular parte da compreensão de que o curso é um percurso que deverá ser construído considerando os saberes e conteúdos da vivência e experiência do aluno na busca ativa pelo conhecimento. Nesse sentido, o aluno do curso de Licenciatura em Letras/LIBRAS é considerado, sujeito ativo do seu conhecimento e de sua educação; e a flexibilização do currículo reforça esta concepção, quando propicia ao aluno a possibilidade de escolha por disciplinas que contemplem seu campo de interesse profissional, contribuindo para uma sólida formação. A flexibilização permite também que, cursos como os de licenciatura, possam acompanhar e expressar em seus currículos as permanentes transformações econômicas, políticas, sociais, culturais, tecnológicas e informacionais da contemporaneidade.

A flexibilidade rompe com a rigidez dos currículos tradicionais, que eram desenhados sem a possibilidade de proporcionar ao aluno o direito de escolher que percurso irá seguir na sua formação inicial e na continuada.

A flexibilidade também pode ser evidenciada no currículo, com as atividades complementares, o que permite ao aluno construir seu itinerário formativo ao ter opções concretas de aprimoramento e/ou aprofundamentos de estudos nas áreas de seu interesse.

7.1.3 A ética como tema transversal

A ética como tema transversal, considerada como eixo norteador do currículo, como eixo transversal, estimulando o eterno pensar, refletir, construir. Essa compreensão da ética é importante para a problematização dos valores morais no contexto institucional para a adoção do conjunto de princípio e padrões de conduta ética e superação de uma ética individualista e competitiva com vistas à construção de uma sociedade cada vez mais humana.

Eleger a ética como tema transversal, significa nos termos de Libâneo (1997, p. 170), a necessidade de uma “[...] reorientação ético-valorativa da sociedade [...]”, pois, atualmente, deparamo-nos com questões que precisam ser problematizadas e refletidas na universidade com os futuros profissionais da educação, devendo ser estendidas às escolas de ensino fundamental e médio.

A educação tem o papel também de intervir na realidade, de suscitar nos sujeitos do processo educativo a análise e a reflexão quanto às questões sociais e, para isso, o tema ética deve percorrer todos os campos do currículo, por estar atrelada ao campo das relações entre os sujeitos, dos valores e normas em que estas relações estão envoltas.

Uma universidade que é comprometida com a formação humanística, precisa refletir nos seus espaços sobre as condutas humanas, sobre justiça social, sobre os valores de igualdade e equidade, enfim, precisa, segundo Morin (2005, p. 20), desenvolver nos sujeitos “[...] o princípio de inclusão que lhe permite incluir o seu eu num NÓS (casal, família, pátria, partido) e, conseqüentemente, incluir em si esse NÓS, incluindo o NÓS no centro do seu mundo [...]”.

O referido autor enfatiza que, a crise nos fundamentos da ética se situa na crise das verdades e certezas construídas na modernidade, como por exemplo, o enfraquecimento do princípio altruísta, princípio este que conduz ao coletivo, àquilo que é comunitário, causando um distanciamento do sujeito da realidade social, do seu pertencimento a essa realidade.

Compactuamos com Morin (2005), na defesa de uma religação ética, religação do sujeito com a sociedade, com a vida em comunidade, religação com a sua espécie. Portanto, o desafio está na formação de professores para a compreensão da complexidade do mundo em que vivemos, da complexidade ética que nos situamos, num mundo plural e antagônico; o desafio está na construção de valores e atitudes que considerem o contexto histórico, social e cultural da contemporaneidade, em que aspectos como responsabilidade social, fraternidade, equidade, pluralidade cultural, dentre outros, devem se fazer presentes na problematização da realidade.

Observando os Parâmetros Curriculares Nacionais-PCN (MEC, 2001), evidenciamos os temas transversais que também fazem parte do desafio de integralizar as diversas áreas de conhecimento: ética, saúde, meio ambiente, orientação sexual, pluralidade cultural. O curso de Licenciatura em Letras/LIBRAS inclui em sua proposta trabalhar os temas transversais uma vez que os graduandos necessitam em sua formação inicial reconhecer os temas que farão parte de sua prática pedagógica, subsídios para a formação do profissional da educação.

7.1.4 Compreensão da diversidade cultural e pluralidade dos indivíduos

Aceitar a dimensão singular do homem e sua multiplicidade interior. Este é um dos desafios colocados aos profissionais da educação neste milênio. A formação de educadores, neste milênio, está situada num contexto histórico-cultural, do múltiplo, do plural, da diversidade de referências culturais que, a globalização e os meios informacionais colocam em contato com os sujeitos, influenciando em suas subjetividades e identidades. Segundo Jacinto, Kelman e Salles (2011), o tema surdez na atualidade é abordado como manifestação de uma particularidade cultural dentro de um contexto multicultural é dessa forma que devemos trabalhar a formação dos profissionais para atuar com uma postura ética de respeito às singularidades dos grupos, ou seja, respeitar que cada cultura é singular, por isso, reafirmamos com Morin (2002, p. 57) que, “[...] é apropriado conceber a unidade que assegure e favoreça a diversidade, a diversidade que se inscreve na unidade”.

A abertura do espaço escolar para as diferenças anuncia a existência de outros sujeitos que historicamente não foram evidenciados “[...] o outro da educação foi sempre um outro que deveria ser anulado, apagado [...]” (SKLIAR, 2003, p. 41). A diversidade e a pluralidade presentes na sociedade devem ter visibilidade em todos os espaços, para que os grupos que

historicamente foram excluídos da convivência nos diversos contextos sociais, saíam da indiferença a que foram submetidos.

O elemento fundamental deste princípio no curso de licenciatura está na compreensão de que a escola por meio de seus professores deve trabalhar em prol do respeito à diversidade e da valorização das diferenças. Isto implica a construção de uma ética nas relações para a diversidade cultural e para a pluralidade dos indivíduos.

O reconhecimento e a valorização da riqueza cultural do país, que é expressa nos diversos modos de vida da população e nos múltiplos espaços regionais, é uma tarefa do profissional da educação que deve atuar contra discriminações, pela cidadania, pela abertura ao outro, aos diversos outros sociais, principalmente aos que foram historicamente discriminados e secundarizados em sua importância na construção histórica, social e cultural do país.

Neste contexto, observamos que a educação de alunos surdos vem conquistando espaço nos ambientes escolares, inclusive um novo olhar sobre a educação de alunos indígenas surdos (FERREIRA-BRITO, 1986; 1993). Segundo Gurgel (2007) a LIBRAS não é a única língua de sinais utilizada no Brasil. Por isso, o curso de Licenciatura em Letras/LIBRAS oportunizará informações sobre a língua de sinais kaapor brasileira – LSKB em disciplina eletiva intitulada “Educação de surdos indígenas”.

Os índios Kaapor habitam no Estado do Maranhão, entre os rios Tocantins e Xingu.

O povo dessa localidade remota na região amazônica tem elevada incidência de pessoas surdas (uma em cada 75) e desenvolveu uma forma própria de comunicação por sinais que começou a ser estudada na década de 1960 pelo pesquisador canadense James Kakumasu e em seguida pela professora brasileira Lucinda Ferreira, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Uma característica interessante desse caso é que toda a comunidade domina os gestos, permitindo que exista a comunicação fluente entre ouvintes e surdos. "Trata-se de uma língua com o uso social de modo pleno", afirma Ayrton Rodrigues, da Universidade de Brasília. "Em uma aldeia de 60 pessoas, por exemplo, todos se comunicam com as pessoas surdas. Elas não constituem uma comunidade à parte." (GURGEL, 2007, p. 52).

7.1.5 Sólida preparação do profissional para o exercício da prática do trabalho, da cidadania e da vida cultural

A formação do licenciado em Letras/LIBRAS foi desenhada com o intuito de preparar o futuro profissional para que, além das competências técnico-científicas, este sujeito também desenvolva a capacidade de atuar ativamente na sua realidade, ou seja, um sujeito com formação para o exercício profissional cidadão, aquele que possui competências sociais para o

trabalho, e que atue como um ator social, um sujeito engajado com os problemas de sua realidade sócio-cultural. O trabalhador da educação que ora se propõe formar é considerado como sujeito sócio-histórico que, ao se relacionar com o mundo, com a sociedade, com a história, é transformado, e é transformador da sua realidade, pois, não é somente um integrante do mercado de trabalho, mas é um sujeito que vive, reflete, analisa e se situa na complexidade que é a contemporaneidade, que problematiza situações, que dialoga com os contextos concretos que se apresentam na vida profissional.

7.1.6 Compreensão da graduação como etapa inicial no processo de formação continuada, a ser consolidado através do ensino, da pesquisa e da extensão

Uma sólida formação inicial, com experiências no ensino, na pesquisa e na extensão, com um percurso acadêmico contendo a flexibilização curricular, tendo em vista a formação continuada do profissional da educação. Pois, considera-se que a formação do educador é constante, é um processo permanente, em que a graduação é a etapa inicial deste processo e o professor deve compreender que, para acompanhar os crescentes avanços na ciência, na tecnologia, nas pesquisas educacionais, precisa continuar na busca pelo conhecimento; enfim, deve continuar aprendendo e exercendo na vida profissional a ação-reflexão-ação.

A formação continuada aponta para a necessidade da permanente inserção do profissional no seu campo do saber, para o aperfeiçoamento das atividades que desenvolve, para a pesquisa e reflexões de assuntos que a prática docente lhe apresenta.

Este princípio está garantido com a integração entre Universidade e as escolas de ensino básico, durante o processo de formação inicial dos alunos da licenciatura, por meio de atividades como os estágios supervisionados, os projetos de iniciação científica, as práticas pedagógicas, bem como, com a continuidade da formação, com a oferta de cursos de pós-graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu*, atividades estas que são inerentes à Universidade e que reforçam a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

7.1.7 Capacidade Profissional e Avaliação Permanente

Este princípio enfatiza a importância da formação continuada, para a atualização dos profissionais quanto ao acompanhamento e operacionalização do currículo e das situações de aprendizagem dos estudantes.

Muito embora os cursos de graduação tenham por função precípua a formação profissionalizante, o incentivo à pesquisa e à formação do pensamento reflexivo, que deve caracterizar o seu nível superior, é o compromisso com a construção do conhecimento e não apenas a sua transmissão. O domínio do conhecimento é condição indispensável, mas não suficiente, posto que o que dá maior sentido e adequabilidade é o aprender a lidar criativamente com o mesmo, buscando o seu avanço. Por isso, os profissionais devem estar em constante aperfeiçoamento, tendo em vista que o processo de formação continuada permite a progressiva atualização e reflexão sobre a prática docente e sobre o andamento do curso.

Aprender a aprender é condição necessária para que o profissional possa assimilar constantemente as novas metodologias educacionais e tecnologias de sistemas de produção de bens e serviços. Para tanto, o compromisso construtivo deve estar presente em todas as atividades curriculares, bem como a compreensão de que o Projeto Pedagógico do Curso é um documento aberto, passível de mudanças, a partir da prática da avaliação reflexiva sobre o andamento do curso.

7.1.8 Consideração da Língua de Sinais como primeira língua do surdo, em respeito à singularidade linguística da constituição desse sujeito

Historicamente, a educação de alunos surdos na escola, seja esta especial ou regular, esteve pautada na consideração da Língua Portuguesa como a língua a ser ensinada e a ser adquirida pela pessoa surda. Atualmente, sabe-se que, a defesa e a consideração da Língua de Sinais como primeira língua do surdo, como sua língua natural, está relacionada com pesquisas que apontam a especificidade linguística desse sujeito, as diferenças linguísticas existentes entre surdos e ouvintes e nos processos de aquisição de uma língua que no caso das pessoas surdas tem como caminho natural dessa aquisição, as características visuoespaciais presentes na língua de sinais e que são priorizados pelos surdos.

Segundo Fernandes (2010), a surdez impede que o processo de aquisição de uma língua com característica oral-auditiva, seja considerado natural na pessoa surda, pois, as formas de aquisição da linguagem, de percepção e apreensão da realidade e comunicação com o mundo desses sujeitos, são realizadas por meio de signos visual, espacial e gestual. Por isso, este princípio reafirma a Língua de Sinais como primeira língua do surdo e defende o contato

do aluno surdo desde cedo com a sua língua materna em todos os espaços e instituições sociais.

A consideração da língua de sinais como primeira língua do surdo possui além de um significado linguístico, um significado político e ético, de respeito às singularidades, às diferenças e às especificidades dos sujeitos surdos no processo de aquisição de uma língua.

7.1.9 Defesa de uma educação bilíngue para a garantia do acesso e permanência dos alunos surdos na escola

Este princípio reforça o que determina o Decreto nº 5.626/2005, sobre a formação de professores bilíngues para a promoção de uma educação bilíngue nas escolas, em que uma língua não exclui ou privilegia o ensino de uma em detrimento de outra, pois o aluno surdo deve ter domínio da modalidade escrita da língua portuguesa da mesma forma como acesso e domínio da sua língua materna que é a LIBRAS; por isso, a orientação da Língua de Sinais como primeira língua do surdo e a língua portuguesa como segunda língua. É neste sentido que o bilinguismo é defendido, para que o aluno surdo tenha acesso aos processos de ensino-aprendizagem na escola pela utilização da língua de sinais, que é a língua natural desses sujeitos e pelo ensino da língua portuguesa como segunda língua. Priorizar e considerar a língua de sinais como a língua natural do surdo, suscita mudanças na escola, nas formas de perceber e organizar o espaço escolar e as disciplinas de Libras e Língua Portuguesa no currículo.

8 OBJETIVOS DO CURSO

O Curso de Licenciatura em Letras Libras da UFRA destina-se à formação de profissionais da área educacional capazes de articular conhecimentos teóricos e práticos, com uma postura reflexiva, e oferecer subsídios metodológicos e pedagógicos para atuarem no ensino da Língua Brasileira de Sinais como primeira e segunda língua, nos Ensinos Fundamental (6º ao 9º ano) e Médio e em diferentes segmentos culturais, além de garantir o exercício da democracia e da cidadania. Nesse sentido, este curso pretende formar profissionais competentes, críticos, comprometidos e aptos a utilizarem e a ensinarem as várias manifestações da linguagem, em consonância com as exigências do mercado de trabalho. Diante disso, o perfil do graduando em Letras/LIBRAS deverá incluir:

- conhecimentos teórico e descritivo dos componentes fonológico, morfológico, sintático, semântico e discursivo da língua portuguesa e da LIBRAS;
- compreensão e investigação dos fatos da língua e da linguagem que possam ser aplicados a problemas de ensino e de aprendizagem de LIBRAS;
- ação multiplicadora como formadores de leitores críticos e produtores de textos de diferentes gêneros e registros linguísticos, e incentivo ao desenvolvimento de habilidades linguísticas, culturais e estéticas;
- formação bilíngue, pois, o aluno deve ser proficiente em Língua Portuguesa e em Língua Brasileira de Sinais.

9 PERFIL DO EGRESSO

Espera-se do profissional graduado em Letras/LIBRAS o domínio de conhecimentos teórico e técnico da Língua Portuguesa e da LIBRAS, para exercer a docência na educação básica, entre o 6º e o 9º anos, no Ensino Médio e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), como professores de primeira e segunda língua. Essa atuação profissional deve ser permeada por uma postura ética e crítica diante da pluralidade de expressões: linguística, literária e cultural e dos problemas de ensino e de aprendizagem da LIBRAS com alunos surdos e ouvintes.

10 PÚBLICO-ALVO

Alunos concluintes do Ensino Médio, aprovados em processo seletivo por meio de Vestibular e/ou Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

11 CARACTERIZAÇÃO DO INGRESSO DO ALUNO

O ingresso dos alunos no curso de Licenciatura em Letras/LIBRAS da UFRA será realizado por meio de processo seletivo anual, a partir do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e, para garantir o Decreto nº 5.626/2005, haverá reserva de vagas para pessoa surda,

conforme Resolução nº 285/2015-CONSEPE-UFRA: 25% (vinte e cinco por cento) das vagas, em 2016; e 50% (cinquenta por cento), a partir em 2017. Para ter esse direito garantido, de acordo com o artigo 4º da referida resolução, o candidato surdo, ao efetivar a matrícula,

deverá apresentar à título de comprovação do direito ao ingresso no curso de Letras/Libras por esta ação afirmativa, um laudo médico comprobatório da deficiência (documento original ou cópia autenticada), emitido nos últimos 12 meses por serviço público médico, informando o código correspondente à Classificação Internacional de Doenças (CID-10) da Organização Mundial de Saúde (OMS).

12 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO E QUANTITATIVO DE VAGAS

- Nome do curso: Licenciatura em Letras/LIBRAS.
- Habilitação: Licenciatura em Letras/LIBRAS.
- Modalidade: Presencial.
- Nível: Graduação.
- Regime de Matrícula: Semestral.
- Regime do Curso: Seriado.
- Nº de vagas: 30.
- Alunos por turma: 30 alunos.
- Turno de funcionamento: Vespertino
- Carga Horária Total do Curso: 3.388h
 Ciclo Básico (1º ao 2º semestre): 714h
 Ciclo Profissional (3º ao 6º semestre): 1.594h
 Ciclo de Sedimentação Profissional (7º ao 8º semestre): 880h
 Atividades Complementares (1º ao 8º semestre): 200h
 Estágio Supervisionado Obrigatório (5º, 6º, 7º e 8º semestre): 400h
 Conteúdos eletivos (5º, 6º e 8º semestres): 136h
 Trabalho de Conclusão do Curso (7º e 8º semestre): 102h
- Tempo mínimo para integralização: 08 semestres, conforme Resolução nº 2/2007-CNE/CP e tempo máximo, de acordo com a integralização do curso, expresso em anos, regulamentados pelo Conselho Nacional de Educação e pelos regulamentos interno da UFRA.

13 ESTRUTURA DO CURSO

O curso está organizado em 03 ciclos de formação, em consonância com o PPI da UFRA, em que os conteúdos afins são organizados em eixos temáticos como apresentado abaixo:

- 1º ciclo - Ciclo de Formação Básica: corresponde ao primeiro e segundo semestres do curso tendo como objetivo desenvolver os fundamentos dos conteúdos para a construção de uma linguagem comum, através de atividades que trabalhem a comunicação, criticidade, lógica, criatividade e habilidades formativas.
- 2º ciclo - Ciclo de Formação Profissional: desenvolve-se do terceiro ao sexto semestre, visando possibilitar ao estudante o contato com os problemas reais para integrar aspectos teóricos e práticos da atividade profissional através de atividades de baixa, média e alta complexidade, explorando conteúdos básicos e profissionais do curso.
- 3º ciclo - Ciclo de Sedimentação Profissional: corresponde aos últimos semestres do curso (sétimo e oitavo), e se caracteriza por atividades que completem a formação profissional com a defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

13.1 Composição Curricular do Curso de Graduação em Letras - LIBRAS

Formação Básica (1º e 2º semestre):

1º Semestre:

Eixos Temáticos	Disciplina	Carga Horária	Docentes da Comissão de Eixos
Estudos Linguísticos I	Fonética e Fonologia	68h	
	LIBRAS I	68h	
Teorias Linguísticas	Fundamentos de Linguística	68h	
	Linguística aplicada ao ensino de línguas	68h	
Educação de surdos	História da Educação de Surdos	51h	
	Fundamentos da Educação de Surdos	51h	
Carga Horária Total		374h	

2º Semestre:

Eixos Temáticos	Disciplina	Carga Horária	Docentes da Comissão de Eixos
Estudos Linguísticos II	Morfologia	68h	
	LIBRAS II	68h	
Estudos literários	Teorias Literárias	68h	
	Introdução aos estudos Literários	68	
	Literatura Visual	68h	
Carga Horária Total		340h	

Formação Profissional (3º ao 6º semestre):

3º Semestre:

Eixos Temáticos	Disciplina	Carga Horária	Docentes da Comissão de Eixos
Estudos Linguísticos III	Sintaxe	68h	
	LIBRAS III	68h	
Educação e desenvolvimento psicolinguístico	Aquisição da Linguagem	51h	
	Psicologia da Educação	51h	
Instrumentalização I	Metodologia do Trabalho Científico	51h	
	Leitura e Produção de Texto I	51h	
Carga Horária Total		340h	

4º Semestre:

Eixos Temáticos	Disciplina	Carga Horária	Docentes da Comissão de Eixos
Estudos Linguísticos IV	Semântica e Pragmática	68h	
	LIBRAS IV	68h	
Teoria da Educação I	Planejamento e Avaliação Educacional	51h	
	Didática	51h	
Educação e Inclusão Social	Educação Especial e Inclusiva	51h	
	Estudo das relações étnico-raciais no contexto educacional	34h	
	Educação em Direito Humanos	34h	
Carga Horária Total		357h	

5º semestre:

Eixos Temáticos	Disciplina	Carga Horária	Docentes da Comissão de Eixos
Estudos Linguísticos V	Sociolinguística	68h	
	LIBRAS V	68h	
Práticas de Educação I	Metodologia do Ensino de LIBRAS como L1	51h	
	Metodologia do Ensino de LIBRAS como L2	51h	
	Metodologia do Ensino de Literatura Visual	51h	
Conteúdo Eletivo	Eletiva I	34h	
ESO	Estágio Supervisionado I	100h	
Carga Horária Total		423h	

6º Semestre:

Eixos Temáticos	Disciplina	Carga Horária	Docentes da Comissão de Eixos
Estudos Linguísticos VI	Análise do Discurso	68h	
	LIBRAS VI	68h	
Teoria da Educação II	Fundamentos Antropo-filosóficos da Educação	51h	
	Fundamentos Sócio-históricos da Educação	51h	
Tradução e Escrita I	Introdução aos Estudos da Tradução	68h	
	Escrita de Sinais I	34h	
Conteúdo Eletivo	Eletiva II	34h	
ESO	Estágio Supervisionado II	100h	
Carga Horária Total		474h	

Sedimentação Profissional (7º ao 8º semestres):

7º Semestre:

Eixos Temáticos	Disciplina	Carga Horária	Docentes da Comissão de Eixos
Práticas de Educação II	Prática Pedagógica I	68h	
	Tecnologias para a Educação de Surdos	51h	
Instrumentalização II	Metodologia da Pesquisa em Educação	34h	
	Leitura e Produção de Texto II	34h	
Tradução e Escrita II	Tradução e Interpretação da Língua de Sinais I	68h	
	Escrita de Sinais II	34h	

TCC	Trabalho de Conclusão de Curso I	51h	
ESO	Estágio Supervisionado III	100h	
Carga Horária Total		440h	

8º Semestre:

Eixos Temáticos	Disciplina	Carga Horária	Docentes da Comissão de Eixos
Práticas de Educação III	Prática Pedagógica II	68h	
	Política Públicas e Gestão da Educação	51h	
Tradução e Escrita III	Tradução e Interpretação da Língua de Sinais II	68h	
	Escrita de Sinais III	34h	
Conteúdo Eletivo	Eletiva III	34h	
Conteúdo Eletivo	Eletiva IV	34h	
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso II	51h	
ESO	Estágio Supervisionado IV	100h	
Carga Horária Total		440h	

13.2 Fluxograma do curso de graduação em Letras/LIBRAS

Períodos	1º Período	2º Período	3º Período	4º Período	5º Período	6º Período	7º Período	8º Período
DISCIPLINAS	Fonética e Fonologia (68h)	Morfologia (68h)	Sintaxe (68h)	Semântica e Pragmática (68h)	Sociolinguística (68h)	Análise do Discurso (68h)	Prática Pedagógica I (68h)	Prática Pedagógica II (68h)
	LIBRAS I (51h + 17h)	LIBRAS II (51h + 17h)	LIBRAS III (51h + 17h)	LIBRAS IV (34h + 34h)	LIBRAS V (34h + 34h)	LIBRAS VI (34h + 34h)	Tecnologias para a Educação de Surdos (51h)	Políticas Públicas e Gestão da Educação (51h)
	Fundamentos de Linguística (68h)	Teorias Literárias (68h)	Aquisição da Linguagem (51h)	Planejamento e Avaliação Educacional (51h)	Metodologia do Ensino de Literatura Visual (31h + 20h)	Fundamentos Antropológicos e Filosóficos da Educação (51h)	Metodologia da Pesquisa em Educação (34h)	Escrita de Sinais III (17h + 17h)
	Linguística aplicada ao ensino de línguas (68h)	Introdução aos estudos Literários (68h)	Psicologia da Educação (51h)	Didática (51h)	Metodologia do Ensino de LIBRAS como L1 (31h + 20h)	Fundamentos Sócio-históricos da Educação (51h)	Leitura e Produção de Texto II (34h)	Tradução e Interpretação da Língua de Sinais II (68h)
	História da Educação de Surdos (51h)	Literatura Visual (68h)	Metodologia do Trabalho Científico (51h)	Educação Especial e Inclusiva (51h)	Metodologia do Ensino de LIBRAS como L2 (31h + 20h)	Introdução aos Estudos da Tradução (68h)	Escrita de Sinais II (17h + 17h)	TCC II (51h)
	Fundamentos da Educação de Surdos (51h)	-	Leitura e Produção de Texto I (51h)	Relações étnico-raciais no contexto educacional (34h)	Estágio em Educação Especial - ESO I (100h)	Escrita de Sinais I (17h + 17h)	Tradução e Interpretação da Língua de Sinais I (68h)	Estágio em Literatura Surda - ESO IV (100h)
	-	-	-	Educação em Direitos Humanos (34h)	Eletiva I (34h)	Eletiva II (34h)	TCC I (51h)	Eletiva III (34h)
	-	-	-	-	-	Estágio em Língua Brasileira de Sinais como L1 - ESO II (100h)	Estágio em Língua Brasileira de Sinais como L2 - ESO III (100h)	Eletiva IV (34h)
CH TOTAL	374h	340h	340h	357h	423h	474h	440h	440h

13.3 Ementas das Disciplinas do Curso

A seguir, apresentamos as ementas e objetivos das disciplinas obrigatórias e eletivas, distribuídas por semestre.

13.3.1 Disciplinas Obrigatórias

1º SEMESTRE:

Eixo: Estudos Linguísticos I		
Disciplina: Fonética e Fonologia		COD:
Instituto Responsável: ICIBE		
Comissão de Disciplina:		
Carga Horária Teórica: 68h	Carga Horária Prática:-	Carga Horária Total: 68h
Objetivo Geral: Estudar o sistema fonológico da língua portuguesa para interpretar e explicar os fenômenos fonético-fonológicos da língua.		
Ementa: Descrição do sistema fonológico da língua portuguesa (vogais, consoantes, acento, sílaba), apresentando as interpretações e explicações dos fenômenos fonético-fonológicos fornecidos pelos principais estudos sobre essa parte da gramática do português. Por meio da interseção entre o padrão fonológico da língua e o sistema ortográfico do português, procurar-se-á elucidar motivações do nosso sistema de escrita alfabética. Elaboração de atividades voltadas para a sua utilização didática em sala de aula.		
Caráter: Obrigatória		
Bibliografia Básica: QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos . Porto Alegre: Artmed, 2004. MOLLICA, Maria Cecília. Influência da fala na alfabetização . Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998. SILVA, Thaís Cristófar. Fonética e fonologia do português . 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001.		
Bibliografia Complementar: CAGLIARI, Luiz Carlos. Análise fonológica . Campinas/SP: Mercado de Letras, 2002. _____. Fonologia do português: análise pela geometria de traços e pela fonologia lexical . Campinas: Edição do Autor, 1999. KATO, Mary A. No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística . 7. ed. São Paulo: Ática, 2001. PAULILO, Albano. Língua portuguesa: fonologia . Recife: Fundação Antônio dos Santos Abranches-FASA, 1987. SCLIAR-CABRAL, Leonor. Princípios do sistema alfabético do português do Brasil . São Paulo: Contexto, 2003.		

Eixo: Estudos Linguísticos I		
Disciplina: LIBRAS I		COD:
Instituto Responsável: ICIBE		
Comissão de Disciplina:		

Carga Horária Teórica: 51h	Carga Horária Prática: 17h	Carga Horária Total: 68h
Objetivo Geral: Situar os estudos das línguas de sinais no campo dos estudos linguísticos.		
Ementa: O cérebro e a língua de sinais. Processos cognitivos e linguísticos. Tópicos de linguística aplicados à língua de sinais: fonologia e morfologia.		
Caráter: Obrigatória		
Bibliografia Básica: BELLUGI, U.; POIZER, H.; KLIMA, E. Language, modality and the brain. In: JOHNSON, M. H. (Org.) Brain development and cognition . Cambridge, MA: Blackwell Publisher, 1993, p. 403-423. HICKOK, G.; BELLUGI, U.; KLIMA, E. How does the human brain process language? New studies of deaf signers hint at an answer. Scientific American : INC, p. 46-53, jun, 2001. Disponível em: < http://lcn.salk.edu/publications/2008/Hickok_Sci_Amer_SI_2002.pdf >. Acesso em: 23 jun 2014. QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. Língua de sinais brasileira : estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.		
Bibliografia Complementar: ARONOFF, M.; MEIR, I.; PADDEN, C.; SANDLER, W. Morphological universals and the sign language type. In: BOOIJ, G.; MARLE, J. van (Orgs.). Yearbook of Morphology . Netherlands: Kluwer Academic Publishers, 2004. p. 19-38. JACKENDOFF, R. Patterns in the mind : language and human nature. New York: Basic Books, 1995. POIZER, H.; BELLUGI, U. Language research : new views of how the brain works. The Salk Institute Research Report. 1989. QUADROS, R. M. Educação de surdos : aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.		

Eixo: Teorias Linguísticas		
Disciplina: Fundamentos de Linguística		COD:
Instituto Responsável: ICIBE		
Comissão de Disciplina:		
Carga Horária Teórica: 68h	Carga Horária Prática:-	Carga Horária Total: 68h
Objetivo Geral: Conhecer e compreender os princípios básicos e tendências ou linhas teóricas da Linguística.		
Ementa: A Linguística como ciência da linguagem. Aspectos teóricos básicos da Linguística Geral: conceitos e níveis de análise. Abordagem das principais tendências e/ou linhas teóricas da Linguística.		
Caráter: Obrigatória		
Bibliografia Básica: QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. Língua de sinais brasileira : estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004. LYONS, John. Linguagem e lingüística : uma introdução. Trad. Marilda Winkler Averbug e Clarisse Sieckenius de Sousa. Rio de Janeiro: LTC Editora S. A, 1987. MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (org.). Introdução à Linguística : domínios e fronteiras, vols. 1, 2 e 3. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2004.		
Bibliografia Complementar: FIORIN, José Luiz (org.). Introdução à Linguística I : objetos teóricos. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2012. 2 v. _____. Introdução à linguística II : princípios de análise. v. 2. 5. ed. São Paulo: Contexto,		

2011.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; SANTOS, Lara Ferreira dos (Orgs.). **Tenho um aluno surdo, e agora?:** Introdução à Libras e educação de surdos. São Paulo: EduFCar, 2013.

LYONS, John. **Língua(gem) e lingüística**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

ORLANDI, E. **O que é lingüística**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PAVEAU, Marie-Anne; SARFATI, Georges. **As grandes teorias da linguística:** da gramática comparada à pragmática. Tradução de Rosário Gregolin et al. São Carlos: Claraluz, 2006.

SAUSSURE, F. de. **Curso de lingüística geral**. São Paulo, Cultrix, 1978.

Eixo: Teorias Linguísticas		
Disciplina: Linguística aplicada ao ensino de línguas		COD:
Instituto Responsável: ICIBE		
Comissão de Disciplina:		
Carga Horária Teórica: 68h	Carga Horária Prática:-	Carga Horária Total: 68h
Objetivo Geral: Compreender que a Linguística (textual) envolve a participação ativa na construção do sentido, por meio da mobilização do contexto, a partir das pistas e sinalizações que o produtor do texto oferece ao leitor/ouvinte.		
Ementa: Estudo das contribuições da Linguística Textual para o ensino de língua portuguesa na escola: a concepção sociointeracional de linguagem, vista como lugar de “inter-ação” entre sujeitos sociais, isto é, de sujeitos ativos, empenhados em uma atividade sociocomunicativa. Compreensão desta atividade como algo que envolve, da parte do produtor do texto, um “projeto de dizer”; e, da parte do interpretador (leitor/ouvinte), uma participação ativa na construção do sentido, por meio da mobilização do contexto (em sentido amplo), a partir das pistas e sinalizações que o texto lhe oferece. Análise de textos de alunos da educação básica. Elaboração de atividades voltadas para a sua utilização didática em sala de aula.		
Caráter: Obrigatória		
Bibliografia Básica:		
GERALDI, J. W. (2001) (Org.) O texto na sala de aula . 3. ed. São Paulo: Ática, 2001.		
QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.		
SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim (org.). Gêneros orais e escritos na escola . Tradução de Roxane Rojo e Glaiís Sales Cordeiro. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2004.		
Bibliografia Complementar:		
CARVALHO, Anna Maria Pessoa de (org.). Ensino de Língua Portuguesa . São Paulo: Cengage Learning, 2010.		
CITELLI, A. O texto argumentativo . São Paulo: Scipione, 1994.		
FARACO, C. E TEZZA, C. Prática de texto: língua portuguesa para nossos estudantes universitários. Petrópolis -RJ: Vozes, 1992.		
GUIMARÃES, E. A articulação do texto . São Paulo: Ática, 2001.		
ORLANDI, E. P. (1988) Leitura: Perspectivas Interdisciplinares. São Paulo: Ática, 1998.		

Eixo: Educação de surdos		
Disciplina: História da Educação de Surdos		COD:
Instituto Responsável: ICIBE		
Comissão de Disciplina:		
Carga Horária Teórica: 51h	Carga Horária Prática:-	Carga Horária Total: 51h

Objetivo Geral: Fundamentar acerca da história dos surdos e da língua de sinais brasileira, assim como da construção da identidade surda a partir das relações com seus pares surdos e com a família ouvinte.
Ementa: História da surdez e dos surdos. Relações históricas entre a educação e a escolarização. A comunidade surda: organização política, linguística e social. Os movimentos surdos locais, nacionais e internacionais. Educação dos surdos e família: os pais ouvintes e os pais surdos. O diagnóstico da surdez. As relações estabelecidas entre a família e a criança surda. O impacto na família da experiência visual. A língua de sinais e a família com criança surda. A formação da identidade da criança surda filha de pais ouvintes. Atividades de prática como componente curricular.
Caráter: Obrigatória
Bibliografia Básica: DINIZ, H. G. A história da língua de sinais dos surdos brasileiros : um estudo descritivo de mudanças fonológicas e lexicais da Libras. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2011. SKLIAR, C. Educação e exclusão : abordagens socioantropológicas em educação especial. 4. ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2004. SOARES, M. A. L. A educação do surdo no Brasil . Campinas, SP: Autores Associados, EDUSF, 1999.
Bibliografia Complementar: MAZZOTTA, M. J.S. Educação especial no Brasil : história e políticas públicas. São Paulo: Cortez Editor, 2001. SÁ, N. R. L. Cultura, poder e educação de surdos . Manaus: INEP, 2002. SOUZA, R. M. Que palavra que te falta? Linguística, educação e surdez. São Paulo: Martins Fontes, 1998. THOMA, A. da S.; LOPES, M. C. (Orgs.). A invenção da surdez : cultura, alteridade, identidades e diferença no campo da educação. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004. WIDELL, J. As fases históricas da cultura surda, Revista GELES – Grupo de Estudos Sobre Linguagem, Educação e Surdez , n. 6, Ano 5, Rio de Janeiro, 1992.

Eixo: Educação de surdos	
Disciplina: Fundamentos da Educação de Surdos	COD:
Instituto Responsável: ICIBE	
Comissão de Disciplina:	
Carga Horária Teórica: 51h	Carga Horária Prática:-
Carga Horária Total: 51h	
Objetivo Geral: Compreender os determinantes históricos, filosóficos e sociológicos da educação de surdos ao longo da história da língua de sinais e sua trajetória no Brasil.	
Ementa: História da educação de surdos. O impacto do Congresso de Milão (1880) na educação de surdos no Brasil. Legislação e surdez. As políticas de inclusão e exclusão sociais e educacionais. Modelos educacionais na educação de surdos: modelos clínicos, antropológicos, da diferença e mistos. Identidades surdas: identificações e locais das identidades (família, escola, associação, etc.). O encontro surdo-surdo na determinação das identidades surdas. As identidades surdas multifacetadas e multiculturais.	
Caráter: Obrigatória	
Bibliografia Básica: GOLDFELD, M. A criança surda : linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista. 5. ed. São Paulo: Plexus, 2002. SACKS, O. Vendo vozes : uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das letras, 2010. THOMA, A. da S.; LOPES, M. C. (Orgs.). A invenção da surdez : cultura, alteridade,	

identidades e diferença no campo da educação. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.
Bibliografia Complementar: FERNANDES, E. (Org.) Surdez e bilinguismo . 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2008. SILVA, M. P. M. Identidade e surdez: o trabalho de uma professora surda com alunos ouvintes . São Paulo: Plexus Editora, 2009. SKLIAR, C. (Org.) Atualidade da educação bilíngue para surdos: processos e projetos pedagógicos . v. 1. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2009. . A surdez: um olhar sobre as diferenças . 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.

2º SEMESTRE:

Eixo: Estudos Linguísticos II		
Disciplina: Morfologia		COD:
Instituto Responsável: ICIBE		
Comissão de Disciplina:		
Carga Horária Teórica: 68h	Carga Horária Prática:-	Carga Horária Total: 68h
Objetivo Geral: Conhecer os princípios e as regras de organização da língua portuguesa do nível do morfema ao nível do texto e perceber que esses princípios se mantêm em equilíbrio entre o fixo e o variável, entre a estrutura e o uso, entre a língua e o discurso.		
Ementa: Vocábulo formais na língua portuguesa: classificação; funcionamento na frase e no discurso; estrutura e processo de formação vocabular; categorias do nome e do verbo. Elaboração de atividades voltadas para a sua utilização didática em sala de aula.		
Caráter: Obrigatória		
Bibliografia Básica: CARONE, Flávia de Barros. Morfossintaxe . São Paulo: Ática, 1986.. MACAMBIRA, José Rebouças. A estrutura morfo-sintática do português . São Paulo: Pioneira, 1974. NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português . São Paulo: UNESP, 2000.		
Bibliografia Complementar: BASÍLIO, Margarida. Teoria lexical . São Paulo: Ática, 1987. CÂMARA JR, Joaquim Mattoso. História da língua portuguesa . Rio de Janeiro: Padrão, 1976. MACAMBIRA, José Rebouças. Português estrutural . São Paulo: Pioneira, 1988. ROSA, Maria Carlota. Introdução à morfologia . São Paulo: Contexto, 2000. SILVA, M. Cecília P. de Souza e; KOCH, Ingedore Villaça. Linguística aplicada ao português: morfologia . São Paulo: Cortez, 1983.		

Eixo: Estudos Linguísticos II		
Disciplina: LIBRAS II		COD:
Instituto Responsável: ICIBE		
Comissão de Disciplina:		
Carga Horária Teórica: 51h	Carga Horária Prática: 17h	Carga Horária Total: 68h
Objetivo Geral: Analisar os aspectos relacionados ao estudo da sintaxe das línguas de sinais.		
Ementa: Uso dos parâmetros da língua de sinais: configuração de mãos, ponto de articulação, movimento, orientação e expressões faciais/corporais, relações gramaticais e afetivas. A estrutura da frase na língua de sinais. Construções com aspecto, tópico, foco, negativas, interrogativas, afirmativas, com argumentos pronunciados e nulos. Atividades de prática		

como componente curricular.
Caráter: Obrigatória
Bibliografia Básica: FERREIRA BRITO, L. Por uma gramática de línguas de sinais . Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995. LIDDELL, S. American sign language syntax . The Hague: Mouton, 1980. QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos . Porto Alegre: Artmed, 2004.
Bibliografia Complementar: ARROTEIA, J. O papel da marcação não-manual nas sentenças negativas em Língua de Sinais Brasileira (LSB) . 2005. 119 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2005. Disponível em: <file:///C:/Users/C%C3%ADntia/Downloads/Arrot%C3%A9iaJessica.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2016. MATSUOKA, Kazumi. Verb raising in American sign language. Língua , v.103, p.127-149, nov. 1997.

Eixo: Estudos literários	
Disciplina: Teorias Literárias	COD:
Instituto Responsável: ICIBE	
Comissão de Disciplina:	
Carga Horária Teórica: 68h	Carga Horária Prática:-
Carga Horária Total: 68h	
Objetivo Geral: Analisar os aspectos epistemológicos e metodológicos da Teoria da Literatura no passado e no presente e realizar um levantamento de fontes da Teoria da Literatura para praticar a leitura e interpretação de textos <i>de</i> e <i>sobre</i> literatura para a formação docente.	
Ementa: Os gêneros literários: tradição e ruptura. Conceituação do poético. Teoria da lírica, da narrativa e do drama. Estilos históricos na literatura ocidental: da Renascença à Pós-Modernidade. Teoria e crítica literárias nos séculos XIX e XX. A questão da literatura na cena contemporânea: fenômeno literário e cultura. Apresentação e discussão dos problemas pertinentes à teoria literária. Aprofundamento teórico em um campo de pesquisa, envolvendo o estudo de textos fundadores e de seus desdobramentos relevantes.	
Caráter: Obrigatória	
Bibliografia Básica: BAKHTIN, Mikhail. Estética da criação verbal . São Paulo: Martins Fontes, 2003. BOSI, Alfredo. História Concisa da Literatura Brasileira . 40. ed. São Paulo: Cultrix, 2002. CANDIDO, Antonio. Formação da Literatura Brasileira . 6. ed. Vol. I e II, Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.	
Bibliografia Complementar: ARISTÓTELES. Poética Clássica . Aristóteles, Horácio e Longino. São Paulo: Cultrix, 1990. BAKHTIN, Mikhail. Questões de literatura e estética . São Paulo: Hucitec, 1998. COUTINHO, Afrânio. A literatura no Brasil . 2. ed. Vol. IV, São Paulo: Sul Americana, 1969. LIMA, Luís C. Teoria da Literatura em suas fontes . v. 1 e 2. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 2002 SAMUEL, Rogel. Manual de teoria literária . 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.	

Eixo: Estudos literários		
Disciplina: Introdução aos estudos Literários		COD:
Instituto Responsável: ICIBE		
Comissão de Disciplina:		
Carga Horária Teórica: 68h	Carga Horária Prática:-	Carga Horária Total: 68h
Objetivo Geral: Conhecer a memória teórica da literatura e gêneros literários com vistas a melhor avaliação e compreensão das práticas atuais e passadas de produção textual e analisar o contexto sociocultural da formação e transformação das ideias literárias no mundo ocidental e conhecer o saber teórico <i>de e sobre</i> a literatura.		
Ementa: Fundamentos da Teoria Literária: Platão e Aristóteles. A Literatura: conceito, objeto, natureza e funções. A Literatura e as outras artes. A Teoria Literária: objeto, natureza e disciplinas afins. Teoria, crítica e história literárias. Os gêneros literários: conceito e teorias (antigas e modernas). Períodos literários e movimentos artísticos. Distinção entre texto literário e não-literário. Relação intertextual da literatura com outros discursos artísticos e culturais. Estudo do poema. Princípios constitutivos das diferentes formas de narrativa ficcional. O texto teatral e seus componentes literários e cênicos. A Estilística e o problema do estilo. Elaboração de atividades voltadas para a sua utilização didática em sala de aula.		
Caráter: Obrigatória		
Bibliografia Básica: ARISTÓTELES. Arte Poética . Tradução: Antônio Pinto de Carvalho. Rio de Janeiro: Tecnoprint, s/d. BAKHTIN, Mikhail. Estética da criação verbal . Tradução: Paulo Bezerra. São Paulo, Martins Fontes, 2001. COUTINHO, Afrânio. Notas de Teoria Literária . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.		
Bibliografia Complementar: CASTAGNINO, Raul. Análise Literária . Tradução: Luiz A Caruso. São Paulo: Mestre Jou, 1968. Hamburguer, Kate. A lógica da criação literária . 2. ed. São Paulo, Perspectiva, 1986. Borba, Maria Antonieta Jordão de Oliveira. Tópicos de teoria para a investigação do discurso literário . Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004. ZILBERMAN, Regina. Estética da Recepção e História da Literatura . São Paulo: Ática, 1989. Williams, Raymond. Marxismo e Literatura . Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.		

Eixo: Estudos literários		
Disciplina: Literatura Visual		COD:
Instituto Responsável: ICIBE		
Comissão de Disciplina:		
Carga Horária Teórica: 68h	Carga Horária Prática:-	Carga Horária Total: 68h
Objetivo Geral: Conhecer as produções literárias da cultura surda, assim como as formas visual e espacial de trabalhar essas narrativas para jovens e crianças surdos.		
Ementa: Diferentes tipos de produção literária em sinais: estórias visualizadas, o conto, as piadas, as poesias. As diferentes etapas utilizadas pelo contador de estórias para crianças surdas. Exploração visual e espacial das diferentes narrativas. As narrativas surdas: redescoberta da criação literária surda.		
Caráter: Obrigatória		
Bibliografia Básica:		

BOSI, Alfredo (org). **Leitura de poesia**. São Paulo: Ática, 1996.
 KARNOPP, L. B. Literatura surda. Florianópolis/SC: UFSC/CCE, 2008. Disponível em: http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificica/literaturaVisual/assets/369/Literatura_Surda_Texto-Base.pdf. Acesso em: 13 mar. 2016,
 PORTO, S. B. N. Análise de poesias em línguas de sinais. In: DORZIAT, A. (Org.) **Estudos surdos: diferentes olhares**. Porto Alegre: Mediação, 2011.

Bibliografia Complementar:

CASHDAN, S. **Os 7 pecados capitais nos contos de fadas: como os contos de fadas influenciam nossas vidas**. Rio de Janeiro:Campus, 2000.

KARNOPP, L. B.; MACHADO, R. N. Literatura surda: ver histórias em língua de sinais. In: 2 Seminário Brasileiro de Estudos Culturais em Educação (CD) – 2SBECE. 2006, Canoas. **Anais...** Canoas: ULBRA, 2006.

MOURÃO, Cláudio Henrique Nunes. Literatura surda: produções culturais de surdos em Língua de Sinais. 2011. 132 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/32311/000785443.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

Acesso em: 10 mar. 2016.

PORTO, Shirley; PEIXOTO, Janaína. **Literatura Visual**. 2011. Disponível em: <http://biblioteca.virtual.ufpb.br/files/literatura_visual__1330351986.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2016.

WILCOX, S.; WILCOX, P. **Aprender a ver**. Tradução: Tarcísio Leite. Rio de Janeiro: Arara Azul, 2005.

3º SEMESTRE:

Eixo: Estudos Linguísticos III		
Disciplina: Sintaxe		COD:
Instituto Responsável: ICIBE		
Comissão de Disciplina:		
Carga Horária Teórica: 68h	Carga Horária Prática:-	Carga Horária Total: 68h
Objetivo Geral: Compreender os conceitos básicos para o estudo da sintaxe do Português nos seus aspectos sintático, semântico e informacional.		
Ementa: Conceitos básicos para o estudo da sintaxe do Português: constituintes; estrutura dos constituintes; ordem linear e ordem hierárquica; sintagmas nominal e verbal; processos de coordenação e subordinação. A estrutura frasal sob o aspecto sintático, semântico e informacional; frase ativa, passiva e predicativa; os processos sintáticos de configuração da frase: regência, concordância e ordem. Elaboração de atividades voltadas para a sua utilização didática em sala de aula.		
Caráter: Obrigatória		
Bibliografia Básica:		
CARONE, Flávia de Barros. Subordinação e coordenação . São Paulo: Ática, 1988.		
QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos . Porto Alegre: Artmed, 2004.		
NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português . São Paulo: UNESP, 2000.		
Bibliografia Complementar:		
BECHARA, Evanildo. Lições de português pela análise sintática . Rio de Janeiro: Grifo, 1978.		

CASTILHO, Ataliba T. de. **Português culto falado no Brasil**. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1989.

ILARI, Rodolfo. **Perspectiva funcional da frase portuguesa**. Campinas, SP: UNICAMP, 1992.

MACAMBIRA, José Rebouças. **Estrutura do vernáculo**. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1986.

_____. **A estrutura morfo-sintática do português**. São Paulo: Pioneira, 1974.

PERINI, Mário A. **Sintaxe portuguesa: metodologia e funções**. São Paulo: Ática, 1989.

Eixo: Estudos Linguísticos III		
Disciplina: LIBRAS III		COD:
Instituto Responsável: ICIBE		
Comissão de Disciplina:		
Carga Horária Teórica: 51h	Carga Horária Prática: 17h	Carga Horária Total: 68h
Objetivo Geral: Analisar o uso dos classificadores nas línguas de sinais assim como identificar o uso do espaço em todos os níveis de análise (fonológico, morfológico e sintático) da língua brasileira de sinais.		
Ementa: O uso do espaço. Classificadores: Tipos de classificadores e restrições que se aplicam ao uso dos mesmos. O papel dos classificadores na língua de sinais. Os verbos complexos classificadores. Atividades de prática como componente curricular.		
Caráter: Obrigatória		
Bibliografia Básica:		
FERREIRA BRITO, L. Por uma gramática de línguas de sinais . Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.		
QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos . Porto Alegre: Artmed, 2004.		
SANDLER, W.; LILLO-MARTIN, D. Sign language and linguistic universals . Cambridge: Cambridge University Press, 2006.		
Bibliografia Complementar:		
FELIPE, Tanya. Sistema de flexão verbal na libras: os classificadores enquanto marcadores de flexão de gênero. In: 1º Congresso Internacional do INES e 7º. Seminário Nacional do INES, 2002, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: INES, Divisão de estudos e Pesquisas, 2002. p. 37-58.		
LANGEVIN, R.; FERREIRA-BRITO, L. Negação em uma língua de sinais brasileira. In: XI Encontro Nacional de Linguística, 1988, São Paulo. Anais... São Paulo: PUC/SP, 1988.		
SIPLE, P. Visual constraints for sign language communication. Sign Language Studies , v. 19, p. 95-110, 1978.		
SUPALLA, T. Structure and Acquisition of Verbs of Motion and Location in American Sign Language . Ph.D. Dissertation. San Diego: University of California, 1982.		

Eixo: Educação e desenvolvimento psicolinguístico		
Disciplina: Aquisição da Linguagem		COD:
Instituto Responsável: ICIBE		
Comissão de Disciplina:		
Carga Horária Teórica: 51h	Carga Horária Prática:-	Carga Horária Total: 51h
Objetivo Geral: Analisar e discutir textos referentes à aquisição da linguagem e estudar fatores que caracterizam a aquisição de sistemas linguísticos em desenvolvimento.		
Ementa: Aquisição da linguagem e surdez. A língua como processo: o fenômeno de sua aquisição e seu funcionamento como realidade variável. Aspectos do processo de aquisição e		

de variação dos diferentes componentes da língua. Análise do nível fonológico como evidência do funcionamento dos processos de variação e de aquisição das línguas naturais. Relações entre o uso variável da língua e o processo de aquisição da linguagem. Desvios na aquisição da linguagem. Implicações dos processos de variação e de aquisição para o ensino de línguas e para a terapia da fala. Modelos teóricos sobre a aquisição da linguagem; fatores que caracterizam a aquisição de línguas naturais; dados e modelos teóricos; sujeito e sistemas linguísticos em desenvolvimento.
Caráter: Obrigatória
Bibliografia Básica: LODI, Ana Cláudia B., LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de (org.). Uma escola, duas línguas : letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização. Porto Alegre: Mediação. 2010. MIOTO, C. A Gramática Gerativa e Aquisição da Linguagem. Letras de Hoje , Porto Alegre, n. 30, p. 75-82, 1995. QUADROS, Ronice Muller de. Educação de surdos : a aquisição da linguagem. Porto Alegre. Artmed, 1997. Reimpressão 2008.
Bibliografia Complementar: BISOL, L. (Org.) Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro . 2. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999. FLETCHER, Paul; MACWHINEY, Brian. Compêndio da linguagem da criança . Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. LAMPRECHT, R.R. (Org.) Aquisição da linguagem : questões e análises. Porto Alegre: EDPUCRS, 1999. LOPES, R. E. V. O que a Criança não Diz – o lugar da empiria no modelo Chomskiano. Letras de Hoje , Porto Alegre, v. 30, n. 4, p. 83-89, 1995. RONCARATI, C.; MOLLICA, M.C. (Org.). Variação e aquisição . Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. SLOBIN, Dan. Psicolinguística . São Paulo: Editora da USP, 1980.

Eixo: Educação e desenvolvimento psicolinguístico	
Disciplina: Psicologia da Educação	COD:
Instituto Responsável: ICIBE	
Comissão de Disciplina:	
Carga Horária Teórica: 51h	Carga Horária Prática:-
Carga Horária Total: 51h	
Objetivo Geral: Identificar as relações entre a Psicologia e a Educação. Estudar e investigar os processos de aprendizagem e de desenvolvimento humano e suas implicações à prática pedagógica. Compreender a importância das pesquisas no campo da educação com os fundamentos na Psicologia.	
Ementa: Psicologia: objeto de estudo. Visão histórica e atual da Psicologia. Diferentes abordagens da psicologia. O papel da Psicologia no contexto escolar. Teorias de aprendizagem e desenvolvimento humano nas dimensões afetiva, sócio-cultural e cognitiva. Psicologia da Educação na Educação de Surdos.	
Caráter: Obrigatória	
Bibliografia Básica: DAVIS, C; OLIVEIRA, Z. Psicologia na Educação . São Paulo: Cortez, 1990. FONTANA, R; CRUZ, N. Psicologia e Trabalho pedagógico . São Paulo: Atual, 1997. QUADROS, Ronice Muller de. Educação de surdos : a aquisição da linguagem. Porto Alegre. Artmed, 1997. Reimpressão 2008.	
Bibliografia Complementar:	

BECKER, F. **Educação e construção do conhecimento**. Porto Alegre: Artmed, 2001.
 BOCK, A. M.; FURTADO, O; TEIXEIRA, M. L. **Psicologias**: Uma introdução ao estudo de Psicologia. Saraiva:1999.
 COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. (Orgs.). **Desenvolvimento psicológico e educação**: psicologia da educação escolar. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.
 FILHO, G. F. **A Psicologia no contexto educacional**. Campinas, SP: Editora Átomo, 2002.
 SALVADOR, C. C. **Aprendizagem escolar e construção do conhecimento**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

Eixo: Instrumentalização I		
Disciplina: Metodologia do Trabalho Científico		COD:
Instituto Responsável: ICIBE		
Comissão de Disciplina:		
Carga Horária Teórica: 39h	Carga Horária Prática: 12h	Carga Horária Total: 51h
Objetivo Geral: Desenvolver habilidades de leitura, interpretação e compreensão de textos acadêmicos e técnicos da área da educação através da utilização de estratégias de leitura. Discutir técnicas formais de pesquisa e elaboração de trabalhos técnico-científicos que possibilitem o apoio ao desenvolvimento das atividades dos demais professores do curso.		
Ementa: Conceito e concepção de ciência. Conceituação de Metodologia Científica. Necessidade da produção científica na universidade. Desenvolvimento da habilidade de compreensão da escrita através da interpretação de textos acadêmicos e técnicos. Trabalhar as técnicas científico-acadêmicas na produção de trabalhos como artigos, fichamentos, resenhas, resumos, dentre outros.		
Caráter: Obrigatória		
Bibliografia Básica:		
ANDRADE, M. M. de. Introdução à Metodologia do Trabalho Científico . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.		
LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Metodologia do trabalho científico : procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992.		
LEHFELD, N. A. de S.; BARROS, A. J. P. de. Fundamentos de Metodologia Científica : um guia para a Iniciação Científica. 2. ed. São Paulo: Makron, 2000.		
Bibliografia Complementar:		
DEMO, P. Introdução à metodologia da ciência . São Paulo: Atlas, 2001.		
LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Fundamentos de Metodologia Científica . 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.		
LUCKESI, C. C. et al. Fazer universidade : uma proposta metodológica. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2000.		
LÜDKE, M. et al. O professor e a pesquisa . 4. ed. São Paulo: Papyrus, 2006.		

Eixo: Instrumentalização I		
Disciplina: Leitura e Produção de Texto I		COD:
Instituto Responsável: ICIBE		
Comissão de Disciplina:		
Carga Horária Teórica: 39h	Carga Horária Prática: 12h	Carga Horária Total: 51h
Objetivo Geral: Estimular o desenvolvimento da competência textual-discursiva, visando à leitura, à compreensão e à produção de textos técnicos e científicos de forma crítica, analítica e reflexiva.		
Ementa: Importância da expressão oral e escrita. Importância da expressão facial/corporal na		

comunicação. Processos comunicativos (leitura, interpretação e produção textual). Estratégias de leitura. Aspectos cognitivos da compreensão de textos. Coesão e coerência. Leitura e produção de textos, visando a desenvolver habilidades de elaboração de textos acadêmicos orais e escritos (fichamento, resumo, resenha e relatório). Elaboração e exposição de trabalhos acadêmicos.
Caráter: Obrigatória
Bibliografia Básica: DORZIAT, Ana (org.). Estudos Surdos: diferentes olhares . Porto Alegre. Mediação. 2011. MARTINS, Dileta Silveira; ZILBERKNOP, Lúbia Scliar. Português instrumental: de acordo com as atuais normas da ABNT . 25. ed. São Paulo: Atlas, 2004. MEDEIROS, João Bosco. Português instrumental . 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
Bibliografia Complementar: FIORIN, Jose Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação . 16. ed. São Paulo: Atica, 2005. HENRIQUES, Antônio; ANDRADE, Maria Margarida. Língua Portuguesa: noções básicas para cursos superiores . 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010. LODI, Ana Cláudia Balieiro <i>at al</i> (org.). Leitura e escrita: no contexto da diversidade . 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2011. LIMA, Rocha. Gramática normativa da língua portuguesa . 39. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2000 TOMASI, Carolina; MEDEIROS, João Bosco. Comunicação científica: normas técnicas para redação científica . São Paulo: Atlas, 2008.

4º SEMESTRE:

Eixo: Estudos Linguísticos IV		
Disciplina: Semântica e Pragmática		COD:
Instituto Responsável: ICIBE		
Comissão de Disciplina:		
Carga Horária Teórica: 68h	Carga Horária Prática:-	Carga Horária Total: 68h
Objetivo Geral: Conhecer e discutir os princípios semânticos e pragmáticos do sistema linguísticos; além dos aspectos teóricos da enunciação e dos atos da fala.		
Ementa: Conceitos básicos em semântica e pragmática: sentido e referência, expressões referenciais e predicados, dêixis, relações de sentido e relações lógicas; a teoria da enunciação, a teoria dos atos de fala e implicaturas conversacionais. Elaboração de atividades voltadas para a sua utilização didática em sala de aula.		
Caráter: Obrigatória		
Bibliografia Básica: DUCROT, O. Princípios de semântica lingüística . São Paulo: Cultrix, 1982. ILARI, R.; GERALDI, W. Semântica . São Paulo: Ática, 1985. LYONS, J. Semântica . Lisboa: Presença, 1980. MAINGUENEAU, D. Análise de textos de comunicação . São Paulo: Cortez, 2001.		
Bibliografia Complementar: DASCAL, M. Fundamentos metodológicos da lingüística: Semântica . vol. III e IV. Campinas, 1986. ILARI, R. Introdução à semântica . São Paulo: Contexto, 2000. MARQUES, M.H.D. Iniciação à semântica . Rio de Janeiro: Zahar, 1990. OLIVEIRA, R.P. de. Semântica. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (orgs). Introdução à		

lingüística: domínios e fronteiras. v. 2, São Paulo: Cortez, 2001.
 PINTO, J.P. Pragmática In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (orgs). **Introdução à lingüística: domínios e fronteiras.** v. 2, São Paulo: Cortez, 2001.
 QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos.** Porto Alegre: Artmed, 2004.

Eixo: Estudos Linguísticos IV		
Disciplina: LIBRAS IV		COD:
Instituto Responsável: ICIBE		
Comissão de Disciplina:		
Carga Horária Teórica: 34h	Carga Horária Prática: 34h	Carga Horária Total: 68h
Objetivo Geral: Identificar o uso do espaço na língua de sinais.		
Ementa: Descrição visual (técnicas e habilidades). Explorando o espaço de sinalização do ponto de vista linguístico e topográfico. Atividades de prática como componente curricular.		
Caráter: Obrigatória		
Bibliografia Básica: FERREIRA BRITO, L. Por uma gramática de línguas de sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995. PIZZIO, A. L. A variabilidade da ordem das palavras na aquisição da língua de sinais brasileira: construção com tópico e foco. 2006. 114 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. QUADROS, R. M. Educação de surdos: aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.		
Bibliografia Complementar: LODI, Ana Cláudia Balieiro <i>et al</i> (org.). Leitura e escrita: no contexto da diversidade. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2011. ILARI, R. Introdução à semântica. São Paulo: Contexto, 2000. MARQUES, M.H.D. Iniciação à semântica. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.		

Eixo: Teoria da Educação I		
Disciplina: Planejamento e Avaliação Educacional		COD:
Instituto Responsável: ICIBE		
Comissão de Disciplina:		
Carga Horária Teórica: 51h	Carga Horária Prática: -	Carga Horária Total: 51h
Objetivo Geral: Propiciar ao aluno, conhecimentos pedagógicos sobre os processos de avaliação e planejamento educacional, visando a importância e a necessidade destes conhecimentos ao trabalho docente e a formas de intervenção na realidade educacional.		
Ementa: Fundamentos teóricos e históricos do Planejamento e da Avaliação Educacional. Principais estudos e abordagens dos modelos de planejamento e avaliação. Avaliação e o planejamento como instrumentos de desenvolvimento escolar e participação social.		
Caráter: Obrigatória		
Bibliografia Básica: DALMÁS, A. Planejamento participativo na escola: elaboração, acompanhamento e avaliação. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. ESTEBAN, M. T. (Org.) Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos. 5. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. LODI, A.C.B.; LACERDA, C.B.F.de. Uma escola, duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.		

Bibliografia Complementar:

GANDIN, D. **Planejamento como prática educativa**. São Paulo: Loyola, 1993.
 GANDIN, D.; CRUZ, C. H. C. **Planejamento na sala de aula**. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
 HOFFMANN, J. **Avaliação: mito e desafio**. 16. ed. Rio Grande do Sul: Educação e Realidade, 1995.
 MENEGOLLA, M.; SANT'ANNA, I. M. **Por que planejar? Como planejar? Currículo, área, aula**. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
 VEIGA, I. P. A. **Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível**. 17. ed. São Paulo: Papirus, 1991.

Eixo: Teoria da Educação I		
Disciplina: Didática		COD:
Instituto Responsável: ICIBE		
Comissão de Disciplina:		
Carga Horária Teórica: 51h	Carga Horária Prática:-	Carga Horária Total: 51h
Objetivo Geral: Compreender os fundamentos teórico, sociais e políticos da didática. Estudar a evolução conceitual e histórica da didática. Situar a didática no campo da educação de surdos. Conhecer as várias concepções teóricas da educação e suas implicações no campo do trabalho docente. Problematizar sobre as relações dialéticas fundamentais no trabalho docente.		
Ementa: Os fundamentos teóricos, sociais e políticos da Didática na formação do professor. Concepções teóricas da didática: Conceitos e história. A didática para a educação de surdos. As relações dialéticas fundamentais no trabalho docente: sujeito/objeto; teoria/prática; conteúdo/forma; ensino/aprendizagem; conhecimento/conhecer; sucesso/fracasso; professor/aluno; aluno/aluno. Os elementos da organização da Prática Pedagógica: o processo de planejamento educacional, os tipos de planos e seus componentes fundamentais. A didática e o cotidiano escolar: a prática pedagógica, a avaliação, a pesquisa como base didática para o ensino de surdos.		
Caráter: Obrigatória		
Bibliografia Básica:		
CANDAUI, V. M. (Org.) Didática, currículo e saberes escolares . RJ: DP&A, 2000.		
QUADROS, R.M.; CRUZ,C.R. Língua de Sinais: Instrumentos de Avaliação . Porto Alegre: Artmed, 2011.		
SKLIAR, C. A localização política da educação bilíngue para surdos. In: _____ (org.) Atualidade da educação bilíngue para surdos: processos e projetos pedagógicos . 3. ed. PortoAlegre: Mediação, 2009.		
Bibliografia Complementar:		
LIBÂNIO, J. C. Didática . São Paulo: Cortez, 1991		
LOPES, A. O. et al. Repensando a didática . 13. ed. São Paulo: Papirus, 1998.		
NARODOWSKI, M. Comenius e a Educação . Belo Horizonte: Autêntica, 2004.		
PERLIN, G. Surdos: cultura e Pedagogia. In: THOMA, A. da S.; LOPES, M. C. (Orgs.) A Invenção da Surdez II: espaços e tempos de aprendizagem na educação de surdos . Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.		
VEIGA, I. P. A. (Org.) Didática: o ensino e suas relações . Campinas: Papirus, 1996.		
Eixo: Educação e Inclusão Social		
Disciplina: Educação Especial e Inclusiva		COD:
Instituto Responsável: ICIBE		

Comissão de Disciplina:		
Carga Horária Teórica: 51h	Carga Horária Prática:-	Carga Horária Total: 51h
Objetivo Geral: Proporcionar aos alunos a compreensão dos fundamentos históricos e legais da Educação especial e inclusiva. Conhecer a história da educação especial e inclusiva e suas implicações ao trabalho docente e a organização do trabalho pedagógico. Discutir as políticas públicas para a educação especial na perspectiva da educação inclusiva.		
Ementa: História, políticas, legislação e tendências da educação especial e inclusiva. Aspectos sociais e inclusão. Ética, cidadania e direitos das pessoas com deficiência. Família, escola e o processo de inclusão. Princípios norteadores e modelos de atendimento às pessoas com deficiência. Deficiências cognitivas e altas habilidades, deficiências sensoriais, motoras e múltiplas. Atendimento educacional especializado na perspectiva da educação inclusiva. Educação do Cárccere.		
Caráter: Obrigatória		
Bibliografia Básica: OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. Saberes, imaginários e representações na educação especial : a problemática ética da “diferença” e da exclusão social. Petrópolis: Vozes, 2004. SASSAKI, R. K. Inclusão : construindo um mundo para TODOS. Coleção Inclusão. Rio de Janeiro: VWA, 1997. STAINBACK, S.; STAINBACK, W. Inclusão : um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.		
Bibliografia Complementar: BRASIL. Política Nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva . Brasília: Grupo de Trabalho da Política Nacional de Educação Especial/ SEESP/MEC/, 2008. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf >. Acesso em: 13 mar. 2016. LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. Caderno Cedes , Campinas, v. 26, n. 69, p. 163-184, maio/ago, 2006. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v26n69/a04v2669.pdf >. Acesso em: 1º maio 2015. LIMA, P. A.; VIEIRA, T. Educação inclusiva e igualdade social . São Paulo: Avercamp, 2006. MANTOAN, M. T. E. (Org). O desafio das diferenças nas escolas . 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. MENDES, E. G. A Radicalização do Debate sobre Inclusão Escolar no Brasil. Revista Brasileira de Educação , Rio de Janeiro, v. 11, n. 33, p. 387-405, set./dez. 2006. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n33/a02v1133.pdf >. Acesso em: 16 abr. 2012. RODRIGUES, D. (Org). Inclusão e educação : doze olhares sobre educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006. SKLIAR, C. (Org.). Educação e exclusão : abordagens sócio-antropológicas em educação especial. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2004.		

Eixo: Educação e Inclusão Social		
Disciplina: Relações étnico-raciais no contexto educacional	COD:	
Instituto Responsável: ISARH		
Comissão de Disciplina: Ana Lúcia Cardoso do Nascimento e Ruth Helena Cristo Almeida		
Carga Horária Teórica: 24h	Carga Horária Prática: 10h	Carga Horária Total: 34h
Objetivo Geral: Propiciar a discussão sobre as relações raciais no Brasil e suas implicações no contexto socioeconômico. Refletir sobre a identidade étnica e etnia. Promover debates sobre a desigualdade racial na realidade escolar brasileira. Discutir e problematizar a		

realidade educacional brasileira no contexto da diversidade e pluralidade.	
<p>Ementa: Reflexão sobre as relações raciais no Brasil. Desigualdade social e racial na sociedade brasileira: relações e implicações. A Questão Racial e o movimento negro. Identidade Étnica e Etnia. Reflexão sobre aspectos da realidade escolar brasileira, do ponto de vista das desigualdades presentes desde a formação de nosso sistema educacional. A importância da educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. As cotas nas universidades: debates atuais. A escola e a diversidade; relações raciais na escola e respeito à pluralidade.</p>	
Caráter: Obrigatória	
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>CANDAU, V. M. Educação Intercultural e o Cotidiano Escolar. Rio de Janeiro, Sete Letras, 2006.</p> <p>MENEZES, W. O Preconceito Racial e suas Repercussões na Instituição Escola. FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. Disponível em: www.fundaj.gov.br/licitacao/preconceito_racial.pdf. SCHWARCZ, L. M. O Espetáculo das Raças: Cientista, Instituições e Questão Racial no Brasil (1870-1930). São Paulo, Companhia das Letras. 1995.</p> <p>SKDMORE, T. Preto no Branco: Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.</p> <p>THEODORO, M. (Org.). As Políticas Públicas e a Desigualdade Racial no Brasil – 120 anos após a Abolição. Brasília. IPEA, 2008.</p>	
<p>Bibliografia Complementar:</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.</p> <p>ITANI, A. 1998. Vivendo o preconceito em sala de aula. In J. G. Aquino (Org.), Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas (pp. 119- 134). São Paulo: Summus.</p> <p>MACLAREN, P. 2000, Multiculturalismo Crítico. São Paulo, Cortez.</p> <p>OLIVEIRA E.de. 2001. Identidade, intolerância e as diferenças no espaço escolar: questões para debate. Revista Espaço Acadêmico-Ano I- nº 7 dezembro 2001- mensal ISSN 1519 6186. disponível em: www.espacoacademico.com.br/007/07oliveira.htm.</p> <p>BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federal do Brasil, Poder executivo, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Seção 1, p. 1.</p> <p>_____. Parecer nº 003/2004, de 10 de março de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: CNE/CP, 2004.</p> <p>_____. Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Diário Oficial [da] República Federal do Brasil, Poder executivo, Brasília, DF, 22 jun. 2004. Seção 1, p. 11.</p>	

Eixo: Educação e Inclusão Social		
Disciplina: Educação em Direitos Humanos	COD:	
Instituto Responsável: ISARH		
Comissão de Disciplina: Ruth Helena Cristo Almeida		
Carga Horária Teórica: 34h	Carga Horária Prática: -	Carga Horária Total: 34h

<p>Objetivo Geral: Propiciar a discussão sobre as e educação em Direitos Humanos em seus aspectos de promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de direitos e responsabilidades individuais e coletivas.</p>
<p>Ementa: Reflexão sobre a dignidade humana; Igualdade de direitos; reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; laicidade do Estado; Democracia na educação; Sustentabilidade socioambiental. Educação, direitos humanos e formação para a cidadania. História dos direitos humanos e suas implicações para o campo educacional. Documentos nacionais e internacionais sobre educação e direitos humanos. Estatuto da Criança e do Adolescente e os direitos humanos; sociedade, violência e construção de uma cultura da paz; preconceito, discriminação e prática educativa; políticas curriculares, temas transversais, projetos interdisciplinares e educação em direitos humanos.</p>
<p>Caráter: Eletiva</p>
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>CANDAUI, Vera Maria; SACAVINO, Susana (org.). Educação em Direitos Humanos: temas, questões e propostas. Rio de Janeiro: DP&Alli, 2008.</p> <p>CANDAUI, Vera Maria; ANDRADE, Marcelo; SACAVINO, Susana et al. Educação em direitos humanos e formação de professores/as. São Paulo: Cortez, 2013.</p> <p>FERREIRA, Lúcia Guerra; ZENAIDE, Maria Nazaré; DIAS, Adelaide Alves (org.). Direitos humanos na educação superior: subsídios para a educação em direitos humanos na pedagogia. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2010.</p> <p>SOARES, Maria Victória de Mesquita Benevides. Cidadania e Direitos Humanos. Cadernos de Pesquisa, São Paulo/SP, n. 104, p. 39-46, 1998. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/715/731>. Acesso em: 14 mar. 2016.</p> <p>PIOVESAN, Flávia. Direitos Sociais, Econômicos e Culturais e Direitos Cívicos e Políticos. Sur - Revista Internacional de Direitos Humanos, São Paulo vol.1, n.1, p. 20-47, jan./jun. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sur/v1n1/a03v1n1.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2016.</p>
<p>Bibliografia Complementar:</p> <p>ANDRADE, Marcelo. É a educação um direito humano? Em busca de razões suficientes para se justificar o direito de formar-se como humano. Educação, Porto Alegre/RS, v. 36, p. 21-27, jan./abr. 2013. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/12294/8736>. Acesso em: 14 mar. 2016.</p> <p>BRASIL. Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3). Brasília: SEDH/PR, 2010. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/direito-para-todos/programas/pdfs/programa-nacional-de-direitos-humanos-pndh-3>. Acesso em: 14 mar. 2016.</p> <p>_____. Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Diário Oficial [da] República Federal do Brasil, Poder executivo, Brasília, DF, 31 maio 2012. Seção 1, p. 48.</p> <p>CANDAUI, Vera Maria; SACAVINO, Susana (org.). Educar em direitos humanos: construir democracia. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.</p> <p>CORTINA, Adela. Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania. São Paulo: Loyola, 2005.</p> <p>PAIVA, Angela Randolpho. (Org.). Direitos Humanos em seus desafios contemporâneos. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.</p> <p>SACAVINO, Susana (org.). Educação em direitos humanos: pedagogias desde o sul. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.</p>

5º SEMESTRE:

Eixo: Estudos Linguísticos V		
Disciplina: Sociolinguística		COD:
Instituto Responsável: ICIBE		
Comissão de Disciplina:		
Carga Horária Teórica: 68h	Carga Horária Prática:-	Carga Horária Total: 68h
Objetivo Geral: Estudar as contribuições da Sociolinguística para a compreensão do fenômeno da variação das relações entre as manifestações de fala (oral auditiva/ visual gestual) e de escrita, entendidas como práticas de diferentes segmentos sociais.		
Ementa: Língua, cultura e sociedade. A diversidade linguística. A teoria da variação linguística. Variação linguística e o ensino do português. Variação linguística da língua brasileira de sinais. A Sociolinguística: antecedentes e vinculação paradigmática; variacionismo linguístico; noções da pesquisa respectiva e discussão sobre as implicações no ensino-aprendizagem de língua. Elaboração de atividades voltadas para a sua utilização didática em sala de aula.		
Caráter: Obrigatória		
Bibliografia Básica:		
BAGNO, Marcos (org). Português Brasileiro . São Paulo: Contexto, 2001.		
CALVET, Louis-Jean. Sociolinguística: uma introdução crítica . São Paulo: Parábola, 2002.		
LODI, A.C.B.; LACERDA, C.B.F.de. Uma escola, duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização . 2. ed. Porto Alegre, RS: Mediação, 2010.		
MARCUSCHI, Luiz Antonio. Da fala para a escrita: atividades de retextualização . 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.		
Bibliografia Complementar:		
BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas lingüísticas. In: BOURDIEU, Pierre. Sociologia . São Paulo: Ática, 1994, pp. 83-156.		
CASTILHO, Ataliba T. de. Variação Lingüística e Ensino Institucionalizado de Língua Portuguesa. Cadernos de Estudos Lingüísticos , Campinas, n. 1, p. 13-20, 1978.		
DIONÍSIO, Angela Paiva. Variedades lingüísticas: avanços e entraves. In: DIONÍSIO, Angela Paiva e BEZERRA, Maria Auxiliadora. O livro didático de português . Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.		
LABOV, William. Modelos sociolingüísticos . Traducción José Miguel Marinas Herreras. Madrid: Cátedra, 1983.		
MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (orgs.). Introdução à sociolingüística: o tratamento da variação . São Paulo: Contexto, 2003.		
QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos . Porto Alegre: Artmed, 2004.		
TARALLO, Fernando. A pesquisa sociolingüística . São Paulo: Ática, 1986.		

Eixo: Estudos Linguísticos V		
Disciplina: LIBRAS V		COD:
Instituto Responsável: ICIBE		
Comissão de Disciplina:		
Carga Horária Teórica: 34h	Carga Horária Prática: 34h	Carga Horária Total: 68h
Objetivo Geral: Compreender como os fenômenos semânticos ocorrem na língua de sinais.		
Ementa: Tópicos de linguística aplicados à língua de sinais: semântica e pragmática. Análise		

reflexiva dos aspectos semânticos e pragmáticos da língua de sinais brasileira. Atividades de prática como componente curricular.
Caráter: Obrigatória
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>CAPOVILLA, F. C. et al. Quando surdos nomeiam figuras: processos quirêmicos, semânticos e ortográficos. Revista Perspectiva, Florianópolis, v. 24, n. Especial, p. 153-175, jul./dez. 2006.</p> <p>FARIA, Sandra Patrícia. metáfora na LSB e a construção dos sentidos no desenvolvimento da competência comunicativa de alunos surdos. 2003. 310 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade de Brasília, Brasília, 2003. Disponível em: <file:///C:/Users/C%ADntia/Downloads/2003_SandraPatriciadeFaria.pdf>. Acesso em 13 mar. 2016.</p> <p>LILLO-MARTIN, D.; KLIMA, E. S. Pointing out differences: ASL pronouns in syntactic theory. In: FISCHER, S.D.; SIPLE, P. Theoretical Issues in Sign Language Research, v. I: Linguistics, eds. Chicago, IL: The University of Chicago Press, p. 191-210, 1990.</p>
<p>Bibliografia Complementar:</p> <p>BERENZ, N. Person and Deixis in Brazilian Sign Language. Ph.D. Dissertation. University of California, 1996.</p> <p>HURFORD, J. R.; HEASLEY, B. Curso de Semântica. Tradução de Delzimar da Costa Lima e Dóris Cristina Gedrat. Canoas: Ed. ULBRA, 2004.</p> <p>MEIER, R.P. Person deixis in American Sign Language. In: FISCHER, S.D.; SIPLE, P. Theoretical Issues in Sign Language Research, v. I: Linguistics. Chicago, IL: The University of Chicago Press, 1990. p.175-190.</p>

Eixo: Práticas de Educação I		
Disciplina: Metodologia do Ensino de Literatura Visual	COD:	
Instituto Responsável: ICIBE		
Comissão de Disciplina:		
Carga Horária Teórica: 34h	Carga Horária Prática: 17h	Carga Horária Total: 51h
Objetivo Geral: Oportunizar a discussão sobre a metodologia do ensino da literatura surda, com ênfase em narrativas e poemas, assim como incentivar a produção de histórias e poemas sinalizados.		
Ementa: Organização de unidades pedagógicas de língua e literatura na Língua de Sinais Brasileira. Atividades de prática como componente curricular.		
Caráter: Obrigatória		
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>COLEÇÃO CLÁSSICOS DA LITERATURA EM CD-ROM EM LIBRAS/PORTUGUÊS. Disponível em: <http://www.editora-arara-azul.com.br/>. Acesso em: 15 jun. 2013.</p> <p>PEREIRA, M. C. Papel da língua de sinais na aquisição da escrita por estudantes surdos. In: LODI, A. C. B. et al. (Org.) Letramento e minorias. Porto Alegre: Mediação, 2002.</p> <p>SKLIAR, C. (Org.) Atualidade da educação bilíngue para surdos: processos e projetos pedagógicos. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2009.</p>		
<p>Bibliografia Complementar:</p> <p>COTES, C. O som do silêncio. São Paulo: Lovise, 2004.</p> <p>ESTÓRIAS EM LÍNGUAS DE SINAIS. Disponível em: <http://www.brinquelibras.com.br/>.</p> <p>HESEL, C, R., F.; KARNOPP, L. B. Cinderela Surda. Canoas: ULBRA, 2003. LSB VÍDEOS-DVD. Disponível em: <http://www.lsbvideo.com.br/>.</p> <p>SILVEIRA, R. H. Contando histórias sobre surdos(as) e surdez. In: COSTA, M. (Org.) Estudos Culturais em Educação. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2000.</p>		

SILVEIRA, C. H.; ROSA, F.; KARNOPP, L. B. **Rapunzel Surda**. Canoas: ULBRA, 2003.

Eixo: Práticas de Educação I		
Disciplina: Metodologia do Ensino de LIBRAS como L1		COD:
Instituto Responsável: ICIBE		
Comissão de Disciplina:		
Carga Horária Teórica: 34h	Carga Horária Prática: 17h	Carga Horária Total: 51h
Objetivo Geral: Fornecer aos alunos subsídios teóricos e práticos para o exercício de docência em Língua Brasileira de Sinais como primeira língua para pessoas surdas na Educação Básica.		
Ementa: Aspectos metodológicos do ensino da língua de sinais, por meio do contexto e textualização em sinais articulada com o uso da língua e da prática da análise linguística. O ensino da língua de sinais a partir da diversidade textual sinalizada: análise dos aspectos temáticos, estruturais, linguísticos e a funcionalidade dos textos nos diferentes contextos sociais. Aspectos estruturais do conto e abordagem no ensino. Análise dos livros didáticos existentes no país. Análise de fitas de vídeo didáticas. Uso de recursos expressivos da língua que convêm às condições de produção do discurso e às finalidades e objetivos do texto sinalizado. Produção de unidades pedagógicas para o ensino fundamental, tendo em vista a articulação dos componentes linguísticos: leitura de textos literários e não literários, produção textual e análise linguística. Atividades de prática como componente curricular.		
Caráter: Obrigatória		
Bibliografia Básica: LODI, A. C.B.; HARRISON, K.M.P.; CAMPOS, S.R.L. (Orgs.) Leitura e escrita: no contexto da diversidade . Porto Alegre. Editora Mediação, 2004. QUADROS, R. M.; PERLIN, G. (Orgs.) Estudos Surdos II . Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2007. XAVIER, M. L. M.; ZEN, M. I. H. D. Ensino de Língua Materna: para além da tradição . Porto Alegre: Mediação, 1998.		
Bibliografia Complementar: DIONISIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BECERRA, M. A. (Org.) Gêneros textuais e ensino . Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. KLEIMAN, A. (Org.) Os significados do letramento: uma perspectiva sobre a prática social da escrita . Campinas: Mercado das Letras, 1995. KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender os sentidos do texto . São Paulo: Contexto, 2006. SOARES, M. Alfabetização e letramento . São Paulo: Contexto, 2003 THOMA, A. da S.; LOPES, M. C. (Orgs.) A invenção da surdez: espaços e tempos de aprendizagens na educação de surdos . v. II, Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.		

Eixo: Práticas de Educação I		
Disciplina: Metodologia do Ensino de LIBRAS como L2		COD:
Instituto Responsável: ICIBE		
Comissão de Disciplina:		
Carga Horária Teórica: 34h	Carga Horária Prática: 17h	Carga Horária Total: 51h
Objetivo Geral: Fornecer aos alunos subsídios teóricos e práticos para o exercício de docência em Língua Brasileira de Sinais como segunda língua e/ou língua estrangeira (L2/LE) para pessoas ouvintes.		
Ementa: Aspectos metodológicos do ensino da língua de sinais como segunda língua, por meio do contexto e textualização em sinais articulado com o uso da língua e da prática da		

análise linguística. Atividades metalinguísticas como instrumento de apoio para a discussão dos aspectos da língua. Uso de recursos expressivos da língua que convêm às condições de produção do discurso e às finalidades e objetivos do texto: expressões não manuais. Atividades de prática como componente curricular.

Caráter: Obrigatória

Bibliografia Básica:

ALMEIDA FILHO, J. C. P. **Dimensões comunicativas no ensino de línguas**. Campinas: Pontes, 1998.

GESSER, A. **Teaching and learning brazilian sign language as a foreign language: a microethnographic description**. 1999. 124 f. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Federal de Santa Catarina, 1999. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/80603/143145.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 13 mar. 2016.

GESSER, Audrei. **Um olho no professor surdo e outro na caneta: ouvintes aprendendo a Língua Brasileira de Sinais**. 2006. 221 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Universidade Estadual de Campinas, 2006. Disponível em: <<file:///C:/Users/C%C3%ADntia/Downloads/GesserAudrei.pdf>>. Acesso em 13 mar. 2016.

Bibliografia Complementar:

BOHN, H. I. Avaliação de materiais. In: BOHN, H. I.; VANDRESEN, P. (orgs.) **Tópicos de linguística aplicada: o ensino de línguas estrangeiras**. Série Didática. Florianópolis: Editora UFSC, 1988. p.292-313.

BROWN, H. D. **Principles of language learning and teaching**. San Francisco State University: Longman, 2000.

CORACINI, M. J.; BERTOLDO, E. S. (Orgs.) **O desejo da teoria e a contingência da prática: discursos sobre e na sala de aula (língua materna e língua estrangeira)**. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

FELIPE, T. A. **LIBRAS em contexto: Curso Básico. Manual do estudante/cursista**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

FELIPE, T. A. **LIBRAS em contexto: Curso Básico. Manual do professor/instrutor**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

Eixo: ESO		
Disciplina: ESO I – Estágio em Educação Especial		COD:
Instituto Responsável: ICIBE		
Comissão de Disciplina:		
Carga Horária Teórica: 34h	Carga Horária Prática: 66h	Carga Horária Total: 100h
Objetivo Geral: Compreender a inserção da pesquisa como componente indispensável ao estágio supervisionado. Entender e analisar a dinâmica de funcionamento do espaço escolar e todos os atores e setores nele presentes. Interagir com a realidade de seu futuro campo de trabalho.		
Ementa: A propostas de formação continuada nas escolas na perspectiva da educação inclusiva. Os saberes necessários a atuação docente com alunos surdos e com deficiência auditiva. A formação de professores na educação inclusiva. A LIBRAS na formação do professor. Formação de professores para uma educação bilíngue do aluno surdo. O estágio como atividade de pesquisa sobre o ensino de LIBRAS nas escolas. Análise e reflexão das organizações educativas. Atividades orientadas e supervisionadas no contexto escolar visando a aproximação do aluno com a dinâmica educacional: a composição das turmas com alunos surdos; os recursos escolares para atuação com alunos surdos. Observação da organização do trabalho pedagógico: A estrutura organizacional do espaço escolar. Reflexões		

sobre projetos educacionais para alunos surdos.
Caráter: Obrigatória
Bibliografia Básica: JESUS, D. M. de; BAPTISTA, C. R.; BARRETO, M. A. S. C; VICTOR, S. L. (Orgs). Inclusão: Práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2009. PIMENTA, S. G. O estágio na formação de professores: unidade teórica e prática. São Paulo: Cortez, 2001. VEIGA, H. P. A. (Org) Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível. 14. ed. Pairus, 2002.
Bibliografia Complementar: ALVES, N. G; OLIVEIRA, I. B. (Orgs.) Pesquisa do/no cotidiano das escolas: sobre redes de saberes. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. SKLIAR, C. (Org.) Atualidade da educação bilíngue para surdos: processos e projetos pedagógicos. 3. ed. PortoAlegre: Mediação, 2009. MORAIS, R. de. Sala de aula: que espaço é esse? Campinas, São Paulo: Papirus, 1989. PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. Estágio e docência. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009. SANTOS, M. P. dos; PAULINO, M. M. (Orgs) Inclusão em educação: culturas, políticas e práticas. São Paulo: Cortez, 2003.

6º SEMESTRE:

Eixo: Estudos Linguísticos VI		
Disciplina: Análise do Discurso		COD:
Instituto Responsável: ICIBE		
Comissão de Disciplina:		
Carga Horária Teórica: 68h	Carga Horária Prática:-	Carga Horária Total: 68h
Objetivo Geral: Discutir conceitos e categorias de análise fundamentais à compreensão dos procedimentos teórico-metodológicos da Análise do Discurso e compreender o papel da Análise do Discurso no ensino da língua.		
Ementa: Estudo dos fundamentos epistemológicos e teórico-metodológicos da Análise do Discurso aplicados à compreensão do cotidiano escolar e da leitura e escrita como práticas discursivas. Da língua ao discurso - a língua, ato de fala, evento cultural, lugar da enunciação, acontecimento, dialogia e polifonia, ideologia, mediação. Discurso e subjetividade - motivações, a consciência, a interação. Análise do discurso - uma proposta - o dito, o não-dito, o modo, a interpretação possível, a compreensão da discursividade. Análise do Discurso e ensino. Elaboração de atividades voltadas para a sua utilização didática em sala de aula.		
Caráter: Obrigatória		
Bibliografia Básica: MAINGUENEAU, D. Termos-Chave da Análise do Discurso. Belo Horizonte, Ed. da UFMG, 1998. ORLANDI, E. 2001. Discurso e texto: Formulação e circulação de sentidos. Campinas, Pontes, 2001. PÊCHEUX, M. Semântica e discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio. São Paulo, Ed. Da UNICAMP, 1998.		
Bibliografia Complementar: GERALDI, J.W. Linguagem e ensino: exercícios de militância e divulgação. Campinas,		

Mercado de Letras –ALB, 1996.
 MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. 2 ed. São Paulo, Cortez, 2002.
 PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, P. (org.). **O papel da memória**. Campinas, Pontes, 1999.
 _____. Análise de discurso: três épocas. In: GADET, F; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso**: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. p. 311-319.
 POSSENTI, S. **Os limites do discurso**. Curitiba, Criar Edições, 2002.

Eixo: Estudos Linguísticos VI		
Disciplina: LIBRAS VI		COD:
Instituto Responsável: ICIBE		
Comissão de Disciplina:		
Carga Horária Teórica: 34h	Carga Horária Prática: 34h	Carga Horária Total: 68h
Objetivo Geral: Analisar as teorizações referentes à Sociolinguística, Psicolinguística e Análise do Discurso em línguas de sinais.		
Ementa: Tópicos de linguística aplicados à língua de sinais: análise do discurso e sociolinguística. Análise reflexiva da estrutura do discurso em língua de sinais e da variação linguística. A questão do bilinguismo: português e língua de sinais.		
Caráter: Obrigatória		
Bibliografia Básica:		
LILLO-MARTIN, D.; QUADROS, R. M. The Position of Early Wh-Elements in American Sign Language and Língua Brasileira de Sinais. In: GALANA Conference, The Proceedings of the Inaugural Conference on Generative Approaches to Language Acquisition North America . Storrs/Connecticut: University of Connecticut Occasional Papers In Linguistics, v. 4, 2007. p. 195-203.		
LUCAS, C. The Sociolinguistics of Sign Languages . Cambridge: Cambridge University Press, 2001.		
PIZZIO, A. L. A variabilidade da ordem das palavras na aquisição da língua de sinais brasileira : construção com tópico e foco. 2006. 114 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. Disponível em: < https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/88693/228956.pdf?sequence=1 >. Acesso em 13 mar. 2016.		
Bibliografia Complementar:		
GOLDIN-MEADOW, S. The resilience of language . New York: Psychology Press, 2003.		
QUADROS, R. M.; LILLO-MARTIN, D. Aquisição das línguas de sinais e a morfologia verbal nas línguas de sinais brasileira e americana. In: I Encontro do Nordeste em Aquisição da Linguagem - I ENEAL, 2005, Pernambuco. Anais... Pernambuco: Unicap, 2005.		
QUADROS, R. M., CRUZ, C., PIZZIO, A. L. Desenvolvimento da língua de sinais: a determinação do input. In: 8º Congresso Internacional da ISAPL, 2007, Porto Alegre Anais... Porto Alegre: PUCRS, 2007.		
QUADROS, R. M.; CRUZ, C. R. Língua de sinais : instrumentos de avaliação. Porto Alegre: Artmed, 2011.		
SILVEIRA, Carolina Hessel. O Currículo de língua de sinais na Educação de Surdos . 2006. 135 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. Disponível em: < https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/88699/236381.pdf?sequence=1 >. Acesso em 13 mar. 2016.		

Eixo: Teoria da Educação II		
Disciplina: Fundamentos Antropológicos e Filosóficos da Educação		COD:
Instituto Responsável: ICIBE		
Comissão de Disciplina:		
Carga Horária Teórica: 51h	Carga Horária Prática:-	Carga Horária Total: 51h
Objetivo Geral: Estudar os conceitos antropológicos e filosóficos de interesse para a educação. Problematicar a escola como espaço sócio-cultural e a educação dos surdos como uma questão de respeito as culturas minoritárias. Identificar as principais contribuições teóricas dos conhecimentos antropológicos e filosóficos para a educação e para a análise da diversidade cultural presente nas escolas.		
Ementa: As contribuições dos conhecimentos antropológicos e filosóficos para a educação e para a compreensão das relações entre cultura, sociedade e educação. As principais teorias antropológicas e filosóficas que fundamentam as práticas educativas. O conhecimento antropológico e filosófico que fundamentam uma reflexão crítica sobre a educação. A relação cultura, sociedade e educação com ênfase nas sociedades contemporâneas. Aspectos antropológicos, filosóficos e culturais na educação dos surdos.		
Caráter: Obrigatória		
Bibliografia Básica: DAYRELL, J. (Org.) Múltiplos olhares sobre Educação e Cultura . Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996. GEERTZ, C. A Interpretação das Culturas . Rio de Janeiro: LTC, 1989. SKLIAR, C. (Org.) Educação e exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial . 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2004.		
Bibliografia Complementar: BOAS, F. Antropologia cultural . Tradução: Celso Castro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. CHAUÍ, M. Convite à filosofia . São Paulo: Ática, 1997. LUCKESI, C. Filosofia da Educação . São Paulo: Cortez, 1990 SILVA, T. T. (Org.) Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais . Petrópolis: Vozes, 2000. SKLIAR, C. (Org.) A surdez: um olhar sobre as diferenças . 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.		

Eixo: Teoria da Educação II		
Disciplina: Fundamentos Sócio-históricos da Educação		COD:
Instituto Responsável: ICIBE		
Comissão de Disciplina:		
Carga Horária Teórica: 51h	Carga Horária Prática:-	Carga Horária Total: 51h
Objetivo Geral: Estudar as contribuições das principais correntes da sociologia para os estudos sociológicos na educação. Contextualizar os problemas da educação escolar numa perspectiva sociológica e histórica. Compreender a evolução sócio-histórica da educação. Analisar as relações estado, escola e sociedade.		
Ementa: Introdução ao estudo da Sociologia da Educação. As principais teorias da Sociologia aplicadas à educação. As relações e contribuições dos conhecimentos sociológicos para a educação. Os fundamentos históricos da educação. A história da educação na cultura ocidental com ênfase na história da educação brasileira.		
Caráter: Obrigatória		
Bibliografia Básica:		

DURKHEIM, E. Educação e sociologia . 7. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1967.
MANACORDA, M. A. História da educação : da antiguidade aos nossos dias. São Paulo Cortez, 1995.
ROMANELLI, O. de O. História da educação no Brasil . São Paulo: Morais, 2001.
Bibliografia Complementar:
ARANHA, M. L. de A. História da educação . São Paulo: Moderna, 2000.
CARVALHO, A. B. de; SILVA, W. C. L. da. (Orgs). Sociologia e educação : leituras e interpretações. São Paulo: Avercamp, 2006.
FRANCISCO FILHO, G. A educação brasileira no contexto histórico . São Paulo: Alínea, 2001.
FREITAG, B. Escola, Estado e Sociedade . São Paulo: Morais 2000.
MOCHOVITCH, L. G. Gramsci e a escola . São Paulo: Ática, 1988.

Eixo: Tradução e Escrita I		
Disciplina: Introdução aos Estudos da Tradução		COD:
Instituto Responsável: ICIBE		
Comissão de Disciplina:		
Carga Horária Teórica: 68h	Carga Horária Prática:-	Carga Horária Total: 68h
Objetivo Geral: Mostrar, discutir e analisar os diferentes tipos de tradução através de alguns conceitos dos principais teóricos da área, visando dotar os alunos de instrumentos específicos para a compreensão e análise de traduções.		
Ementa: Conceitos, tipologias e conscientização dos problemas teóricos e práticos da Tradução. Mapeamento dos Estudos da Tradução.		
Caráter: Obrigatória		
Bibliografia Básica:		
BASSNETT, S. Estudos da tradução . Tradução de Vivina de Campos Figueiredo. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.		
GENTZLER, E. Teorias contemporâneas da tradução . Tradução de Marcos Malvezzi. Lisboa: Madras, 2009.		
LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. Caderno Cedes , Campinas, v. 26, n. 69, p. 163-184, maio/ago, 2006. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v26n69/a04v2669.pdf >. Acesso em: 1 maio 2015.		
_____. O intérprete de língua de sinais : investigando aspectos de sua atuação na educação infantil e no ensino fundamental. Relatório Científico Final apresentado à FAPESP. Proc. 00443-3/05. 2007.		
PEREIRA, M. C. P. Interpretação intrelíngua: as especificidades da interpretação de língua de sinais. Cadernos de tradução , v. 1, n. 21, p. 135-156, 2008.		
Bibliografia Complementar:		
BRASIL. Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Diário Oficial [da] República Federal do Brasil , Poder executivo, Brasília, DF, 02 set. 2010. Seção 1, p. 1.		
ECO, U. Quase a mesma coisa : experiências de tradução. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Record, 2007.		
JAKOBSON, R. Aspectos linguísticos da tradução. In: _____. Linguística e Comunicação . Tradução de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. 22. ed. São Paulo: Cultrix, cap. 3, p.63-72, 2001.		
MAGALHÃES JR., E. Sua majestade, o intérprete : o fascinante mundo da tradução simultânea. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.		

MOUNIN, G. **Os problemas teóricos da tradução**. Tradução de Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: Cultrix, 1975.
 SCHLEIERMACHER, Friedrich E. D. Sobre os diferentes métodos de tradução. Tradução de Celso Braida, **Princípios**, Natal, v. 14, n. 21, p. 233-265, jan./jun. 2007.

Eixo: Tradução e Escrita I		
Disciplina: Escrita de Sinais I		COD:
Instituto Responsável: ICIBE		
Comissão de Disciplina:		
Carga Horária Teórica: 17h	Carga Horária Prática: 17h	Carga Horária Total: 34h
Objetivo Geral: Identificar o sistema de escrita da língua de sinais e sua relação com a cultura surda.		
Ementa: Aspectos históricos, culturais, linguísticos, educacionais e sociais de surdez. Vocabulário em língua de sinais brasileira. Tópicos sobre a escrita de sinais: aquisição do sistema de escrita de língua de sinais pela compreensão dos códigos próprios da escrita de sinais e trabalho prático com a mesma.		
Caráter: Obrigatória		
Bibliografia Básica: AMPESSAN, J. P.; LUCHI, M.; STUMPF, M. R. Tradução de escrita de sinais para português: recriação do texto? In: 3º Congresso Nacional de Pesquisas em Tradução e Interpretação de Libras e Língua Portuguesa. Florianópolis, SC, 2012. Anais... Florianópolis, SC, 2012. Disponível em: < http://www.congressotils.com.br/anais/tils2012_traducao_escrita_ampessanluchistumpf.pdf >. Acesso em 13 fev. 2013. QUADROS, R. M. Um capítulo da história do SignWriting . Disponível em: < http://www.signwriting.org/library/history/hist010.html >. Acesso em: 13 fev. 2013. STUMPF, M. R. Transcrição de língua de sinais brasileira em signwriting. In: LODI, A. C.B.; HARRISON, K. M. P.; CAMPOS, S. R. L.; TESKE, O. Letramento e minorias . 3. ed. Porto Alegre: Mediação, cap. 06, p.62-70, 2009.		
Bibliografia Complementar: CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D.; MAURICIO, A. C. L. Novo Deit-Libras: Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira (Libras) baseado em Linguística e Neurociências Cognitivas , vol. I: Sinais de A a L. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: INEP/CNPq/CAPES, 2009.		

Eixo: ESO		
Disciplina: ESO II – Estágio em Língua Brasileira de Sinais como L1		COD:
Instituto Responsável: ICIBE		
Comissão de Disciplina:		
Carga Horária Teórica: 34h	Carga Horária Prática: 66h	Carga Horária Total: 100h
Objetivo Geral: Compreender por meio do estágio os aspectos pedagógicas e sociais que permeiam o trabalho docente. Entender o currículo e o conceito de flexibilidade curricular na educação inclusiva. Estudar as metodologias e recursos voltados para o ensino de LIBRAS nas escolas que realiza estágio.		
Ementa: A postura do professor como mediador dos processos de ensino da Língua de Sinais como L1 e da Língua Portuguesa como L2. Os aspectos pedagógicos e sociais do trabalho docente. Um olhar sobre o currículo e a flexibilidade curricular na perspectiva da inclusão escolar de alunos surdos. As metodologias de ensino e os recursos didáticos voltados para o		

ensino de LIBRAS na educação básica. A avaliação educacional de alunos surdos. O Bilinguismo como proposta pedagógica para a educação dos surdos. Observação dos aspectos políticos e didático-metodológicos em torno do ensino da LIBRAS, em diferentes instâncias educativas. Atividade prática de desenvolvimento de planos de aula e aplicação de atividades pedagógicas, em contextos de ensino e aprendizagem de LIBRAS. Metodologias aplicadas ao ensino de L1. Análise crítica de materiais didáticos, destinados a esse segmento de ensino (com ênfase nos materiais escolhidos pelo PNLD). Criação de materiais em suporte impresso e digitais e planejamento de unidades didáticas completas.
Caráter: Obrigatória
Bibliografia Básica: JESUS, D. M. de; BAPTISTA, C. R.; BARRETO, M. A. S. C.; VICTOR, S. L. (Orgs.) Inclusão: Práticas Pedagógicas e trajetórias de pesquisa . 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2009. QUADROS, R. M. Situando as diferenças implicadas na educação de surdos: inclusão/exclusão. Revista Ponto de Vista , Santa Catarina, n. 5, p. 81-111, 2003. QUADROS, R. M. Educação de surdos: a aquisição da linguagem . Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
Bibliografia Complementar: BOTELHO, P. Linguagem e letramento na educação dos surdos: ideologias e práticas pedagógicas . Belo Horizonte: Autêntica, 2005. BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Nacionais para a educação especial na educação básica . Brasília: MEC/SEESP, 2001. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf >. Acesso em: 13 mar. 2016. BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: Adaptações Curriculares . Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1998. Disponível em: < http://www.conteudoescola.com.br/pcn-esp.pdf >. Acesso em: 13 mar. 2016. THOMA, A. S.; KLEIN, M. (Orgs.) Currículo & avaliação: a diferença surda na escola . Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999. SCARPATO, M. (Org.) Os procedimentos de ensino fazem a aula acontecer . São Paulo: Avercamp, 2004.

7º SEMESTRE:

Eixo: Práticas de Educação II		
Disciplina: Prática Pedagógica I		COD:
Instituto Responsável: ICIBE		
Comissão de Disciplina:		
Carga Horária Teórica: -	Carga Horária Prática: 68h	Carga Horária Total: 68h
Objetivo Geral: Compreender a complexidade que envolve o trabalho docente. Desenvolver a capacidade de observação das práticas realizadas na escola e refletir sobre as diversas concepções de prática que envolvem o trabalho do professor. Proporcionar aos alunos a possibilidade de exercer a prática pedagógica na perspectiva da práxis educativa.		
Ementa: Prática pedagógica e formação do educador. Os procedimentos de observação e reflexão no contexto escolar como elementos fundamentais da prática reflexiva. A Prática Pedagógica na perspectiva da práxis educativa e da integração teoria-prática.		
Caráter: Obrigatória		
Bibliografia Básica: BARREIRO, I. M. de F.; GEBRAN, R. A. Prática de ensino e estágio supervisionado na		

<p>formação de professores. São Paulo: Avercamp, 2006.</p> <p>BECKER, F. Educação e construção do conhecimento. Porto Alegre: Artmed, 2001.</p> <p>FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 1996.</p> <p>Bibliografia Complementar:</p> <p>GADOTTI, M. Perspectivas atuais de educação. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 14, n. 2. abr./jun. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392000000200002&script=sci_arttext> Acesso em: 16 abr. 2012.</p> <p>NÓVOA, A. (Org.). Profissão Professor. 2. ed. Porto: Porto Editora, 1995.</p> <p>PIMENTA, S. G. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática? 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p>VEIGA, I. P. A.; AMARAL, A. L. (Orgs.) Formação de professores: políticas e debates. 3. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2006.</p> <p>ZABALA, A. Prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.</p>

Eixo: Práticas de Educação II		
Disciplina: Tecnologias para a Educação de Surdos		COD:
Instituto Responsável: ICIBE		
Comissão de Disciplina:		
Carga Horária Teórica: 51h	Carga Horária Prática:-	Carga Horária Total: 51h
Objetivo Geral: Conhecer o uso de tecnologias pelas pessoas surdas, assim como propor e analisar tipos de tecnologias assistivas para o público surdo.		
Ementa: Educação de surdos: Teoria e princípios. Fatores Humanos em sistemas computacionais e novas Tecnologias. Psicologia do Usuário Surdo: aspectos perceptivos e cognitivos. Modelos de Interfaces centradas em Usuários Surdos. O Acesso Digital e a Pessoa Surda: tecnologias Assistivas de Acesso às Pessoas Surdas. Diretrizes do W3C para o Acesso na Web de Pessoas Surdas. Projeto de Tecnologia acessível. projeto de tecnologia assistiva centrada em usuários surdos.		
Caráter: Obrigatória		
Bibliografia Básica:		
LUCHESE, et al. Educação de Pessoas Surdas. São Paulo: Papyrus, 2006		
NEMBI, A. G. Ouvindo o Silêncio - Surdez, Linguagem		
PREECE, J.; ROGERS, Y.; SHARP, H. Design de interação: além da interação homem-computador. Porto Alegre: Bookman, 2005.		
Bibliografia Complementar:		
FERREIRA, S. B. L. e – usabilidade. Rio de Janeiro: LTC, 2008.		
BENYON, D. Interação Humano-Computador. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.		
OLIVEIRA NETTO, A. A. IHC e a Engenharia Pedagógica: interação humano Computador. Florianópolis: Visual Books, 2010		
PFLEEGER, S. Engenharia de Software: Teoria e Prática. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.		

Eixo: Instrumentalização II		
Disciplina: Metodologia da Pesquisa em Educação		COD:
Instituto Responsável: ICIBE		
Comissão de Disciplina:		
Carga Horária Teórica: 28h	Carga Horária Prática: 6h	Carga Horária Total: 34h
Objetivo Geral: Conhecer as bases filosóficas dos vários tipos de pesquisa em educação: pesquisa etnográfica, pesquisa bibliográfica, estudo de caso, pesquisa de cunho		

fenomenológico, pesquisa de cunho materialista-histórico-dialética, pesquisa participante, história oral, biografia. Identificar as principais técnicas de coleta e análise de dados em pesquisas educacionais. Estudar as metodologias de construção de projetos de pesquisa.
Ementa: Principais fases do processo de pesquisa. Tipos de pesquisa desenvolvidos em educação. Técnicas de coleta e análise de dados. Técnicas de elaboração do relatório de pesquisa. A pesquisa em educação no Brasil. Metodologia de elaboração e apresentação de projeto de pesquisa.
Caráter: Obrigatória
Bibliografia Básica: GHEDIN, Evandro; FRANCO, Maria Amélia Santoro. Questões de métodos na construção da pesquisa em educação . 2. ed. São Paulo: Costez, 2011. SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico . 22 ed. São Paulo: Cortez, 2004. TRIVINOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação . São Paulo: Atlas, 2000.
Bibliografia Complementar: BARROS, A. de J. P. de; LEHFELD, N. A. de S. Projeto de pesquisa: proposta metodológica . Petrópolis: Loyola, 2002. FAZENDA, I. Metodologia da pesquisa educacional . São Paulo: Cortez, 2000. _____. (Org.). Novos enfoques da pesquisa educacional . 4 ed. São Paulo: Cortez, 2001. LUDKE, M.; ANDRE, M. (et al.). O professor e a pesquisa . 4 ed. São Paulo; Papyrus, 2006. (Série Prática Pedagógica). ZILLES, U. Teoria do conhecimento . 3 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.

Eixo: Instrumentalização II		
Disciplina: Leitura e Produção de Texto II		COD:
Instituto Responsável: ICIBE		
Comissão de Disciplina:		
Carga Horária Teórica: 28h	Carga Horária Prática: 6h	Carga Horária Total: 34h
Objetivo Geral: Desenvolver a competência textual-discursiva, visando à leitura, à compreensão e à produção de textos para um estudo e análise mais críticos e reflexivos.		
Ementa: As articulações linguísticas como técnica de pensamento na elaboração de textos. A articulação dos vocábulos na oração. A articulação das orações no período. Sintaxe e recursos de expressão. Prática de leitura e escrita. Estudos dos gêneros de texto, do discurso e questões de ensino. Produção de redação científica: projeto de pesquisa e relatório de pesquisa. Aplicação ao ensino Fundamental e Médio.		
Caráter: Obrigatória		
Bibliografia Básica: FIORIN, Jose Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação . 16. ed. São Paulo: Atica, 2005. FRANÇA, Júnia Lessa. Manual para normalização de publicações técnico-científicas . 5. ed. rev. Belo Horizonte : Ed. UFMG, 2001. GARCIA, Othon Moacir. Comunicação em prosa moderna: aprender a escrever, aprendendo a pensar . 24. ed. Rio de Janeiro: Editora Getúlio Vargas, 2004.		
Bibliografia Complementar: HENRIQUES, Antônio; ANDRADE, Maria Margarida. Língua Portuguesa: noções básicas para cursos superiores . 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010. LODI, Ana Cláudia Balieiro <i>at al</i> (org.). Leitura e escrita: no contexto da diversidade . Porto Alegre. 4. ed. Mediação, 2011. LIMA, Rocha. Gramática normativa da língua portuguesa . 39. ed. Rio de Janeiro: J.		

Olympio, 2000.
 MEDEIROS, João Bosco. **Português instrumental**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
 QUADROS, Ronice Muller de. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre. Artmed, 1997. Reimpressão 2008.

Eixo: Tradução e Escrita II		
Disciplina: Tradução e Interpretação da Língua de Sinais I		COD:
Instituto Responsável: ICIBE		
Comissão de Disciplina:		
Carga Horária Teórica: 68h	Carga Horária Prática:-	Carga Horária Total: 68h
Objetivo Geral: Compreender os processos da tradução e interpretação da língua de sinais e o papel do intérprete-pedagógico no contexto da educação de surdos.		
Ementa: A mediação do conhecimento através do intérprete de língua de sinais. O papel do intérprete de língua de sinais na sala de aula. A definição do que representa o intérprete-pedagógico na educação de surdos.		
Caráter: Obrigatória		
Bibliografia Básica:		
LACERDA, C. B. F. Intérprete de Libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental . Porto Alegre: Mediação, 2009.		
QUADROS, R. M. (Org.) Tradução e interpretação de línguas de sinais. Cadernos de tradução , v. 2, n. 26, 2010.		
BRASIL. Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Diário Oficial [da] República Federal do Brasil , Poder executivo, Brasília, DF, 02 set. 2010. Seção 1, p. 1.		
Bibliografia Complementar:		
BASSNETT, S. Estudos da tradução . Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. Tradução de Vivina de Campos Figueiredo.		
GENTZLER, E. Teorias contemporâneas da tradução . Lisboa: Madras, 2009. Tradução de Marcos Malvezzi.		
JAKOBSON, R. Aspectos linguísticos da tradução. In: _____. Linguística e Comunicação . 22. ed. São Paulo: Cultrix, cap. 3, p.63-72, 2001. Tradução de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes.		
_____. O intérprete de língua de sinais: investigando aspectos de sua atuação na educação infantil e no ensino fundamental . Relatório Científico Final apresentado à FAPESP. Proc. 00443-3/05. 2007.		
MOUNIN, G. Os problemas teóricos da tradução . Tradução de Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: Cultrix, 1975.		

Eixo: Tradução e Escrita II		
Disciplina: Escrita de Sinais II		COD:
Instituto Responsável: ICIBE		
Comissão de Disciplina:		
Carga Horária Teórica: 17h	Carga Horária Prática: 17h	Carga Horária Total: 34h
Objetivo Geral: Compreender a aquisição do sistema de escrita de língua de sinais, assim como a leitura em Sign Writing e a transcrição de frases e textos em português para a escrita de língua de sinais.		
Ementa: Conceitos, tipologia e conscientização dos problemas teóricos e práticos da alfabetização. Mapeamento dos Estudos da escrita de sinais. Conceitos sobre a escrita em geral e a escrita de sinais. Importância da inserção da escrita de sinais na educação dos		

surdos. Fundamentos teóricos e práticos da escrita de sinais da Libras utilizando o sistema SignWriting. Práticas de leitura e escrita da Libras pelo sistema SignWriting.		
Caráter: Obrigatória		
Bibliografia Básica: AMPESSAN, J. P.; LUCHI, M.; STUMPF, M. R. Tradução de escrita de sinais para português: recriação do texto? In: 3º Congresso Nacional de Pesquisas em Tradução e Interpretação de Libras e Língua Portuguesa. Florianópolis, SC, 2012. Anais... Florianópolis, SC, 2012. Disponível em: < http://www.congressotils.com.br/anais/tils2012_traducao_escrita_ampessanluchistumpf.pdf >. Acesso em 13 fev. 2013. BASSNETT, S. Estudos da tradução . Tradução de Vivina de Campos Figueiredo. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. STUMPF, M. Escrita de Sinais II . Apostila do Curso de Licenciatura Letra/LIBRAS da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2009.		
Bibliografia Complementar: DALLAN, M. S. S. SIGNWRITING: escrita visual para língua de sinais - o processo de sinalização escrita. In: II Congresso Nacional de Surdez, 2009, São José dos Campos/SP. Anais... São José dos Campos/SP. Disponível em: < http://escritades.dominiotemporario.com/doc/SIGNWRITING_ARTIGO.pdf >. Acesso em 13 fev. 2013. PONTIN, B. R.; SILVA, E. V. L. Língua escrita: português/sinais (SW). In: IX Encontro do CELSUL, 2010, Palhoças/SC. Anais... Palhoças/SC: Universidade do Sul de Santa Catarina, out 2010. p. 1-10 Disponível em: < http://www.celsul.org.br/Encontros/09/artigos/Bianca%20Pontin.pdf >. Acesso em: 13 fev. 2013. SUTTON, V. Lessons in SignWriting textbook . 3. ed. La Jolla, CA: Deaf Action Committee for SignWriting, 2000.		

Eixo: TCC		
Disciplina: TCC I		COD:
Instituto Responsável: ICIBE		
Comissão de Disciplina:		
Carga Horária Teórica: 34h	Carga Horária Prática: 17h	Carga Horária Total: 51h
Objetivo Geral: Proporcionar ao discente a oportunidade de desenvolver um estudo de caráter técnico e/ou científico, abordando temas de interesse da sua formação profissional. Construir um projeto de pesquisa com um tema de interesse de seu campo profissional.		
Ementa: Normas de elaboração do Projeto de TCC. Pressupostos teóricos e metodológicos do projeto de pesquisa. Elaboração e apresentação do projeto de pesquisa envolvendo tema de interesse de seu campo profissional.		
Caráter: Obrigatória		
Bibliografia Básica: ANDRADE, M. M. de. Introdução à metodologia do trabalho científico . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003. BARROS, A. de J. P.; LEHFELD, N. A. de S. Projeto de pesquisa: propostas metodológicas . 12. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001. LEHFELD, N. A. de S.; BARROS, A. J. P. de. Fundamentos de Metodologia Científica: um guia para a iniciação científica . 2. ed. São Paulo: Makron, 2000.		
Bibliografia Complementar: CERVO, A. L., BERVIAN, P. A. Metodologia Científica . 4. ed. São Paulo: Markron, 1996.		

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991
 MOURA, M. L. S. de. **Projetos de pesquisa: elaboração, redação e apresentação**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2005.
 SZYMANSKI, H. (Org.) **A entrevista na pesquisa em educação: a prática reflexiva**. Brasília: Líber Livro Editora, 2004.

Eixo: ESO		
Disciplina: ESO III - Estágio em Língua Brasileira de Sinais como L2		COD:
Instituto Responsável: ICIBE		
Comissão de Disciplina:		
Carga Horária Teórica: 34h	Carga Horária Prática: 66h	Carga Horária Total: 100h
Objetivo Geral: Exercitar o pensamento crítico sobre a indissociabilidade entre teoria e prática para o exercício do magistério. Estudar as perspectivas de formação de professores para a educação inclusiva. Refletir sobre o papel do professor como mediador e defensor de uma educação bilíngue para os surdos. Entender as perspectivas de formação de professores para o ensino de LIBRAS.		
Ementa: A postura do professor como mediador dos processos de ensino da Língua de Sinais como L1 e da Língua Portuguesa como L2. Os aspectos pedagógicos e sociais do trabalho docente. Um olhar sobre o currículo e a flexibilidade curricular na perspectiva da inclusão escolar de alunos surdos. As metodologias de ensino e os recursos didáticos voltados para o ensino de LIBRAS na educação básica. A avaliação educacional de alunos surdos. O Bilinguismo como proposta pedagógica para a educação dos surdos. Observação dos aspectos políticos e didático-metodológicos em torno do ensino da LIBRAS, em diferentes instâncias educativas. Atividade prática de desenvolvimento de planos de aula e aplicação de atividades pedagógicas, em contextos de ensino e aprendizagem de LIBRAS. Metodologias aplicadas ao ensino de L2. Análise crítica de materiais didáticos destinados para esse segmento de ensino (com ênfase nos materiais escolhidos pelo PNLD). Criação de materiais em suporte impresso e digitais e planejamento de unidades didáticas completas.		
Caráter: Obrigatória		
Bibliografia Básica: VEIRA-MACHADO, L. M. C. Formação de professores de surdos: dispositivos para garantir práticas discursivas. Cadernos de Educação . Pelotas, v. 36, p. 45-68, maio/ago, 2010. Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/1600/1483 . Acesso em: 13 fev. 2013. SKLIAR, C. (Org.) Atualidades da educação bilíngue para surdos: processos e projetos pedagógicos . 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2009. CERNY, R. Z.; QUADROS, R. M. Formação de professores de letras-libras: construindo o currículo. Revista e-Curriculum , São Paulo, v. 4, n. 2, junho 2009. Disponível em: http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/3230/2148 . Acesso em: 07 out. 2012.		
Bibliografia Complementar: BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Especial. Saberes e práticas da inclusão: dificuldades de comunicação e sinalização: surdez . 2. ed. rev. Brasília: MEC/SEESP, 2006. SKLIAR, C. A inclusão que é “nossa” e a diferença que é do “outro”. In: RODRIGUES, D. (Org.) Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva . São Paulo: Summus, 2006. p.15-34		

KARNOPP, L. B. Língua de sinais e língua portuguesa: em busca de um diálogo. In: LODI, A. C. B. et al. (Orgs.) **Letramento e minorias**. Porto Alegre: Mediação, 2002.

SILVA, M. de F. da; SANTOS, M. E. P. A Formação do professor para o desafio da educação bilíngue dos surdos. In: 1º Simpósio Nacional de Educação e XX Semana da Pedagogia, 2008, Cascavel/PR. **Anais...** Cascavel/PR, 2008. Disponível em: <<http://www.unioeste.br/cursos/cascavel/pedagogia/eventos/2008/1/Artigo%2030.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2013.

VEIGA, I. P. A.; AMARAL, A. L. (Orgs.) **Formação de professores: políticas e debates**. 3. ed. Campinas, SP: Papirus, 2006.

8º SEMESTRE:

Eixo: Práticas de Educação III		
Disciplina: Prática Pedagógica II		COD:
Instituto Responsável: ICIBE		
Comissão de Disciplina:		
Carga Horária Teórica: -	Carga Horária Prática: 68h	Carga Horária Total: 68h
Objetivo Geral: Desenvolver o pensamento crítico-reflexivo acerca dos inúmeros desafios que permeiam o trabalho docente no século XXI. Analisar os fundamentos históricos e legais para a Educação das Relações Étnico-raciais e dos Direitos Humanos. Compreender a pesquisa como componente da prática pedagógica e eixo articulador da educação para a diversidade.		
Ementa: Produção de conhecimento sobre a educação do surdo. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. A prática pedagógica como campo de pesquisa da educação para diversidade, para o respeito às diferenças e as singularidades dos sujeitos surdos.		
Caráter: Obrigatória		
Bibliografia Básica:		
ANDRE, M. (Org.) Pedagogia das diferenças na sala de aula . Campinas, SP: Papirus, 1999.		
GOMES, N. L.; SILVA, P. B. G. e (Orgs.) Experiências étnico-culturais para a formação de professores . Belo Horizonte: Autêntica, 2002.		
FERNANDES, E. (Org.) Surdez e Bilinguismo . 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.		
Bibliografia Complementar:		
BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federal do Brasil , Poder executivo, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Seção 1, p. 1.		
_____. Parecer nº 003/2004, de 10 de março de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: CNE/CP, 2004.		
_____. Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Diário Oficial [da] República Federal do Brasil , Poder executivo, Brasília, DF, 22 jun. 2004. Seção 1, p. 11.		
_____. Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a		

Educação em Direitos Humanos. **Diário Oficial [da] República Federal do Brasil**, Poder executivo, Brasília, DF, 31 maio 2012. Seção 1, p. 48. COSTA, M. V. (Org.) **Escola básica na virada do século: cultura, política e currículo**. São Paulo: Cortez, 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Porto-PT: Paisagem, 1975.

IMBERNÓN, F. (Org.) **A educação no século XXI: os desafios do futuro imediato**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

Eixo: Práticas de Educação III		
Disciplina: Políticas Públicas e Gestão da Educação		COD:
Instituto Responsável: ICIBE		
Comissão de Disciplina:		
Carga Horária Teórica: 51h	Carga Horária Prática:-	Carga Horária Total: 51h
Objetivo Geral: Estudar e analisar as políticas públicas voltadas para a educação no Brasil. Analisar as determinações e influências dos organismos multilaterais na construção das políticas públicas educacionais no Brasil. Compreender as novas formas de gestão da escola a partir das reformas educacionais da década de 1990.		
Ementa: As políticas públicas de educação no Brasil. A política educacional no contexto das políticas públicas. As determinações dos organismos internacionais na construção das políticas públicas educacionais brasileiras. A gestão e organização da educação. Políticas educacionais dos anos de 1990: as novas formas de gestão da escola. As reformas do estado brasileiro e as políticas de formação de professores nos anos de 1990.		
Caráter: Obrigatória		
Bibliografia Básica:		
BAPTISTA, C. R.; JESUS, D. M. de (org.). Avanços em políticas de inclusão: o contexto da educação especial no Brasil e em outros países . Porto Alegre: Mediação, 2009.		
DOURADO, L. F.; PARO, V. H. (Orgs.) Políticas públicas e educação básica . São Paulo: Xamã, 2001.		
MAUÉS, O. Os organismos internacionais e as políticas públicas educacionais no Brasil In: GONÇALVES, L. A. O. Currículo e Políticas Públicas . Belo Horizonte: Autêntica, 2003.		
LIBÂNEO, J. C. Organização e gestão da escola: teoria e prática . Goiânia: Alternativa, 2001.		
Bibliografia Complementar:		
BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federal do Brasil , Poder executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833-27841.		
DAGNINO, E. (Org.) Anos 90: política e sociedade no Brasil . São Paulo: Brasiliense, 1994.		
LIBÂNEO, J. C et al. Educação escolar: políticas, estruturas e organização . São Paulo: Cortez, 2003.		
SHIROMA, bE. O. et al. Política educacional . Rio de Janeiro: DP&A, 2000.		
SOARES, L. T. Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina . São Paulo: Cortez, 2000.		

Eixo: Tradução e Escrita III		
Disciplina: Tradução e Interpretação da Língua de Sinais II		COD:
Instituto Responsável: ICIBE		
Comissão de Disciplina:		
Carga Horária Teórica: 68h	Carga Horária Prática:-	Carga Horária Total: 68h
Objetivo Geral: Compreender os processos da tradução e interpretação da língua de sinais e o		

papel do intérprete de LIBRAS nos diversos contextos.
Ementa: A mediação do conhecimento através do intérprete de língua de sinais: elementos cognitivos, linguísticos, culturais e políticos no ato tradutório. Questões éticas no ato da tradução. O papel do intérprete de língua de sinais nos diversos contextos.
Caráter: Obrigatória
Bibliografia Básica: BRASIL. Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Diário Oficial [da] República Federal do Brasil , Poder executivo, Brasília, DF, 02 set. 2010. Seção 1, p. 1. LACERDA, C. B. F. Intérprete de Libras : em atuação na educação infantil e no ensino fundamental. Porto Alegre: Mediação, 2009. QUADROS, R. M. (Org.) Tradução e interpretação de línguas de sinais. Cadernos de tradução , v. 2, n. 26, 2010.
Bibliografia Complementar: BASSNETT, S. Estudos da tradução . Tradução de Vivina de Campos Figueiredo. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. GENTZLER, E. Teorias contemporâneas da tradução . Tradução de Marcos Malvezzi. Lisboa: Madras, 2009. JAKOBSON, R. Aspectos linguísticos da tradução. In: _____. Linguística e Comunicação . Tradução de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. 22. ed. São Paulo: Cultrix, 2001. p.63-72. _____. O intérprete de língua de sinais : investigando aspectos de sua atuação na educação infantil e no ensino fundamental. Relatório Científico Final apresentado à FAPESP. Proc. 00443-3/05. 2007. MOUNIN, G. Os problemas teóricos da tradução . São Paulo: Cultrix, 1975. Tradução de Heloysa de Lima Dantas.

Eixo: Tradução e Escrita III		
Disciplina: Escrita de Sinais III		COD:
Instituto Responsável: ICIBE		
Comissão de Disciplina:		
Carga Horária Teórica: 17h	Carga Horária Prática: 17h	Carga Horária Total: 34h
Objetivo Geral: Conhecer e discutir aspectos da língua de sinais e sua escrita, assim como metodologias para o ensino dessa escrita para alunos de diferentes faixas etárias.		
Ementa: Continuação do processo de aquisição da leitura e escrita de sinais. Construção de dicionário da escrita de sinais e português. Alternativas didático-pedagógicas para o ensino da escrita de sinais conforme a faixa etária dos alunos: infantil, juvenil e adultos. Estudo de expressões literárias próprias da cultura surda.		
Caráter: Obrigatória		
Bibliografia Básica: STUMPF, M. Escrita de Sinais III . Apostila do Curso de Licenciatura Letra/LIBRAS da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, UFSC: 2008. STUMPF, M. Escrita das línguas gestuais : noções básicas e práticas avançadas. Lisboa: Universidade Católica Editora, v. 14, 2011. ESTELITA, M. Escrita das línguas de sinais. In: QUADROS, R. M.; PERLIN, G. (Orgs.). Estudos Surdos II . Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2007. p. 212-237.		
Bibliografia Complementar: DALLAN, M. S. S. SIGNWRITING: escrita visual para língua de sinais - o processo de sinalização escrita. In: II Congresso Nacional de Surdez, 2009, São José dos Campos/SP. Anais... São José dos Campos/SP. Disponível em:		

<http://escritades.dominiotemporario.com/doc/SIGNWRITING_ARTIGO.pdf>. Acesso em 13 fev. 2013.

PONTIN, B. R.; SILVA, E. V. L. Língua escrita: português/sinais (SW). In: IX Encontro do CELSUL, 2010, Palhoças/SC. **Anais...** Palhoças/SC: Universidade do Sul de Santa Catarina, out 2010. p. 1-10 Disponível em: <<http://www.celsul.org.br/Encontros/09/artigos/Bianca%20Pontin.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2013.

SUTTON, V. **Lessons in SignWriting textbook**. 3. ed. La Jolla, CA: Deaf Action Committee for SignWriting, 2000.

Eixo: TCC		
Disciplina: TCC II		COD:
Instituto Responsável: ICIBE		
Comissão de Disciplina:		
Carga Horária Teórica: 17h	Carga Horária Prática: 34h	Carga Horária Total: 51h
Objetivo Geral: Desenvolver estudos e pesquisas tendo em vista a consolidação dos conhecimentos técnicos-científicos e culturais adquiridos no curso, com a produção do TCC em forma de monografia.		
Ementa: O desenvolvimento da pesquisa para a produção da monografia. Elaboração do trabalho de conclusão de curso na forma de monografia. A defesa da monografia para uma banca examinadora.		
Caráter: Obrigatória		
Bibliografia Básica:		
BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. Investigação qualitativa em educação : uma introdução à teoria e aos métodos. Porto Editora, 1994.		
FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, I. (Org.) Metodologia da pesquisa educacional . 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997.		
RUDIO, F. V. Introdução ao projeto de pesquisa científica . 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.		
Bibliografia Complementar:		
CERVO, A. L., BERVIAN, P. A. Metodologia Científica . 4. ed. São Paulo: Markron, 1996.		
LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Fundamentos de Metodologia Científica . 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.		
LEHFELD, N. A. de S.; BARROS, A. J. P. de. Fundamentos de Metodologia Científica : um guia para a iniciação científica. 2. ed. São Paulo: Makron, 2000.		
GATTI, B. A. A construção da pesquisa em educação no Brasil . Brasília: Plano Editora, 2002.		
KÖCHE, J. C. Fundamentos de metodologia científica : teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 24. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.		

Eixo: ESO		
Disciplina: ESO IV – Estágio em Literatura Surda		COD:
Instituto Responsável: ICIBE		
Comissão de Disciplina:		
Carga Horária Teórica: 34h	Carga Horária Prática: 66h	Carga Horária Total: 100h
Objetivo Geral: Compreender as questões de identidade, diversidade e diferença que envolvem a educação do surdo na escola. Estudar a perspectiva multicultural na educação do surdo. Compreender por meio do estágio os aspectos pedagógicas e sociais que permeiam o		

ensino da Literatura Surda. Estudar as metodologias e recursos voltados para o ensino da Literatura Surda.
Ementa: Surdez e questões multiculturais na escola. A escola como instituição aberta a diversidade. A surdez como particularidade cultural. Diversidade e diferença na escola de ensino básico. As questões culturais, políticas e sociais que envolvem a inclusão escolar de alunos surdos. A relação educação, poder político e social na construção de uma comunidade que respeite as identidades e as diferenças da comunidade surda. Percepção da língua e da literatura como prática social e como forma mais elaborada das manifestações culturais. Produção de literatura na escrita da língua de sinais. Diferentes tipos de produção literária em sinais: estórias visualizadas, o conto, as piadas, as poesias. As diferentes etapas utilizadas pelo contador de estórias para crianças surdas. Exploração visual e espacial das diferentes narrativas. As narrativas surdas: redescoberta da criação literária surda.
Caráter: Obrigatória
Bibliografia Básica: ABRAMOWICZ, A.; SILVÉRIO, V. R (Orgs.) Afirmando diferenças : montando o quebra-cabeça da diversidade na escola. Campinas, SP: Papirus, 2005. LIMA, P. A.; VIEIRA, T. Educação inclusiva e igualdade social . São Paulo: Avercamp, 2006. SKLIAR, C. (Org.) Educação e exclusão : abordagens sócio-antropológicas em educação especial. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2004.
Bibliografia Complementar: ABRAMOWICZ, A.; RODRIGUES, T. C.; CRUZ, A. C. J. da. A diferença e a diversidade na educação. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar , São Carlos, n. 2. p. 85-97, jul/dez, 2011. Disponível em: < http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/38/20 >. Acesso em: 13 mar. 2016 FERNANDES, E. (Org.) Surdez e bilinguismo . 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010. KARNOPP, Lodenir; QUADROS, Ronice Muller de. Educação infantil para surdos. In: KATO, M. No mundo da escrita : uma perspectiva psicolinguística. São Paulo: Ática, 1998. MANTOAN, M. T. E. (Org.) O desafio das diferenças nas escolas . 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011; SKLIAR, C. (Org.) A surdez : um olhar sobre as diferenças. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012. ZUCHETI, D. T; KLEIN, M.; SABAT, R. Marcas das diferenças nas políticas de Inclusão Social. Educação e Realidade . v. 32, n. 1. p. 75-90, jan/jun, 2007 Disponível em: < http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoe realidade/article/view/6661/3977 >. Acesso em: 08 ago. 2012.

13.3.2 Disciplinas Eletivas

Disciplina: Ética	COD:	
Instituto Responsável: ICIBE		
Comissão de Disciplina:		
Carga Horária Teórica: 34h	Carga Horária Prática: -	Carga Horária Total: 34h
Objetivo Geral: Introduzir os conceitos fundamentais e levar a reflexão da Ética em Informática e na pesquisa.		
Ementa: Fundamentos de ética. Ética Aplicada à Informática. Ética nas empresas. O contexto		

social da ciência. Valores em ciência. Conflitos de interesse. Informação publicada e não publicada. Atribuição de crédito. Critérios de autoria. Dupla-publicação. Plágio. Erro e negligência em ciência. Má conduta em ciência. Respondendo à violações de princípios éticos.
Caráter: Eletiva
Bibliografia Básica: ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco . Tradução: Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2009. DINIZ, D.; GUILHEM, D. O que é Ética em Pesquisa . São Paulo: Brasiliense, 2008. BARROS FILHO, Clóvis de; MEUCCI, Arthur. A Vida que Vale a Pena ser Vivida . Petrópolis: Vozes, 2010.
Bibliografia Complementar: PLATAO. O Banquete – Apologia de Sócrates . 2. ed.rev. Belém: EDUFPA, 2001. COSTA, J. F. A Ética e o espelho da cultura . São Paulo: Rocco, 1995. FRANKENA, W.K. Ética . Rio de Janeiro: Zahar, 1981. JONES, H. O Princípio da Vida . Petrópolis, RJ: Vozes. MOSE, Viviane. Nietzsche e a grande política da linguagem . São Paulo: Civilização Brasileira, 2005.

Disciplina: Acessibilidade Digital na Educação de Surdos	COD:
Instituto Responsável: ICIBE	
Comissão de Disciplina:	
Carga Horária Teórica: 34h	Carga Horária Prática: -
Carga Horária Total: 34h	
Objetivo Geral: Introduzir a teoria, os princípios, técnicas e as diretrizes de acessibilidade que orientam o desenvolvimento e avaliação de tecnologias. Discutir a importância do estudo da acessibilidade no espaço digital e a sua relação com diferentes áreas do conhecimento. Mostrar a relação entre os conceitos de acessibilidade e usabilidade. Apresentar a teoria de Desenho para Todos. Desenvolver um estudo de caso envolvendo os conceitos aprendidos. Possibilitar ao aluno fazer avaliação e propostas de tecnologias considerando os aspectos relacionados a acessibilidade e usabilidade no espaço digital.	
Ementa: Entendendo o que é acessibilidade: teoria, princípios, normas e técnicas de acessibilidade. Recomendações e ferramentas de avaliação da acessibilidade. Legislação relacionada à acessibilidade no espaço digital. Acessibilidade e inclusão digital. Engenharia de usabilidade: técnicas, métodos e ferramentas de avaliação da usabilidade. Sistemas alternativos para comunicação. Recursos de tecnologia assistiva. Informática acessível. Acessibilidade no processo de desenvolvimento e avaliação de tecnologia.	
Caráter: Eletiva	
Bibliografia Básica: CYBIS, W. A. Ergonomia e Usabilidade . Editora Novatec: São Paulo, 2007 MANTOAN, M. T. E.; BARANAUSKAS, M. C. C. (Org.). Atores da Inclusão na Universidade: formação e compromisso . Campinas: UNICAMP/Biblioteca Central Cesar Lattes, 2009. MÍDIA e Deficiência . Brasília: Andi, 2003. MJ – Ministério da Justiça. Normas da ABNT . Disponível em: < http://www.mj.gov.br/corde/normas_abnt.asp >. Acesso em: 13 jan. 2010.	
Bibliografia Complementar: ARAUJO, L. A. D. (Org.) Defesa dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência . São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006. MELO, A. M. Design inclusivo de sistemas de informação na web . 2007. 339 p. Tese	

(Doutorado em Ciência da Computação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000438900>>. Acesso em: 13 jan. 2010.

PUPO, D. T.; MELO, A. M.; PÉREZ FERRÉS, S. (Orgs.) **Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas**. Campinas: Unicamp/Biblioteca Central Cesar Lattes, 2006.

REILY, L. **Escola Inclusiva: linguagem e mediação**. Campinas: Papyrus, 2004.

WERNECK, C. **Quem cabe no seu TODO?** Rio de Janeiro: WVA, 1999.

DIAS, C. **Usabilidade na WEB**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2006.

CHAK, A. **Como criar sites persuasivos: clique aqui**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2004.

Disciplina: Arte e Movimento Corporal		COD:
Instituto Responsável: ICIBE		
Comissão de Disciplina:		
Carga Horária Teórica: 34h	Carga Horária Prática:-	Carga Horária Total: 34h
Objetivo Geral: Conhecer as diferentes linguagens corporais e artísticas. Conhecer as teorias e técnicas utilizadas no Ensino das Artes. Reconhecer o corpo como potencialidade artística e como forma de expressão e comunicação. Desenvolver formas de expressão corporal.		
Ementa: A arte como atividade humana em seus aspectos: culturais, sociais, afetivos, poéticos e técnicos. O corpo: aspectos filosóficos e antropológicos do corpo. As diversas formas de expressão corporal por meio da arte. Estudo do movimento e das diferentes linguagens artísticas. Educação pelo movimento. A contribuição da corporeidade em pessoas com deficiência auditiva.		
Caráter: Eletiva		
Bibliografia Básica: BRUHNS, H. T. (Org.) Conversando sobre o corpo . 5. ed. Campinas: Papyrus, 1994. MOREIRA, W. W. (Org.) Corpo Presente . Campinas/SP: Papyrus, 1995. PILLAR, A. D. (Org.) Educação do olhar no ensino das artes . Porto Alegre: Mediação, 2004.		
Bibliografia Complementar: BOSSU, H.; CHALAGUIER, C. A expressão corporal . São Paulo: Lince Editora Ltda. 1979. BRIKMAN, L. A Linguagem do Movimento Corporal . São Paulo: Summus, 1989. DANTAS, H. H. M. (Org.) Pensando o corpo e o movimento . Rio de Janeiro: Shape Ed., 1994. LE BRETON, D. Adeus ao corpo: antropologia e sociedade . Campinas, SP: Papyrus, 2003. MERLEAU-PONTY, M. Fenomenologia da percepção . 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.		

Disciplina: Educação Ambiental		COD:
Instituto Responsável: ISARH		
Comissão de Disciplina:		
Carga Horária Teórica: 26h	Carga Horária Prática: 08h	Carga Horária Total: 34h
Objetivo Geral: Proporcionar aos alunos o aprendizado dos principais conceitos em educação ambiental e contextualizá-los com a realidade regional.		
Ementa: Marcos teóricos da Educação Ambiental ética, interdisciplinar e transversal. A biodiversidade socioambiental. A visão de Educação Patrimonial Ambiental no contexto dos saberes, cultura e patrimônios naturais e imateriais. A transversalidade e o lugar do educador ambiental no contexto de uma educação pós-moderna. Prática docente e a educação		

ambiental. Atividades e materiais didáticos em educação ambiental. Educação ambiental e formação de professores.
Caráter: Eletiva
Bibliografia Básica: DIAS, G.F. Educação Ambiental : princípios e práticas. 8. ed. São Paulo: GAIA, 2003. LEFF, E. Saber Ambiental : sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder, 3. ed. Rio de Janeiro: Editora VOZES, 2001. BRASIL. Ministério do Meio Ambiente/SBF. Sistema nacional de unidades de Conservação da Natureza . Brasília: SNUC, 2002.
Bibliografia Complementar: LIMA, Júlio César França; NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Orgs). Fundamentos da Educação Escolar do Brasil Contemporâneo . Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006. HOBSBAWM, Eric. A era dos extremos : o breve século XX 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. SEVERINO, A. J. Filosofia da Educação : construindo a cidadania. São Paulo: Cortez, 1994. ODUM, E.P. Ecologia . Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988. SACHS. I. Desenvolvimento Includente, sustentável, sustentado . Rio de Janeiro: SEBRAE, 2004.

Disciplina: Tecnologia da Informação e EaD	COD:	
Instituto Responsável: ICIBE		
Comissão de Disciplina:		
Carga Horária Teórica: 34h	Carga Horária Prática:-	Carga Horária Total: 34h
Objetivo Geral: Apresentar a teoria sobre a educação a distância e tecnologias de informação e comunicação que dão suporte a esta modalidade de ensino. Apresentar as diretrizes básicas para o acesso das pessoas surdas em cursos a distância.		
Ementa: Educação a Distância e Novas Tecnologias: análise conceitual e contextualização histórica. Características da EaD. Diretrizes políticas da EaD no Brasil e a legislação vigente. EaD e o acesso de pessoas surdas. Processo de democratização das relações em educação: acessibilidade e usabilidade nas tecnologias de suporte a EaD.		
Caráter: Eletiva		
Bibliografia Básica: ALVES, J. R. M. A história da EaD no Brasil. IN: LITTO, F.; FORMIGA, M. (Org.) Educação a Distância : o estado da arte. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009. BARROS, D. M. V. Guia didático sobre as Tecnologias da Comunicação e Informação . Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2009. CARLINI, A. L.; TARCIA, R. M. L. Contribuições didáticas para o uso das tecnologias de educação a distância no ensino presencial. IN: CARLINI, A. L.; TARCIA, R. M. L. 20% a distância e agora? Orientações práticas para o uso da tecnologia de educação a distância no ensino presencial. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010.		
Bibliografia Complementar: BELLONI, M. L. Educação a Distância . 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2009. FORMIGA, M. A terminologia em EAD. IN: LITTO, F.; FORMIGA, M. (Org.) Educação a Distância : o estado da arte. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009. FILATRO, A. Design instrucional contextualizado : educação e tecnologia. 2. ed. Editora Senac: São Paulo, 2007. GOUVÊA, G.; OLIVEIRA, C. I. Educação a Distância na Formação de Professores : viabilidades, potencialidades e limites. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2006. KENSKI, V. M. Tecnologias e Ensino Presencial e a Distância . 8. ed. Campinas, SP:		

Papirus, 2010.
 ILATRO, A. **Design instrucional na prática**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2008.

Disciplina: Filologia Românica		COD:
Instituto Responsável: ICIBE		
Comissão de Disciplina:		
Carga Horária Teórica: 34h	Carga Horária Prática:-	Carga Horária Total: 34h
Objetivo Geral: Reconhecer a correlação entre a filologia românica e a linguística em geral, a fim de discutir as principais teorias que servem de base para os estudos da filologia românica. Conhecer o percurso histórico em que a filologia românica se definiu ao longo dos tempos e situar a língua portuguesa no contexto das outras línguas românicas.		
Ementa: A importância da Filologia Românica para o estudo científico da linguagem humana. Apresentação dos fatos históricos concernentes à formação da România. Estudo das principais características morfosintáticas e tendências fonéticas do latim às línguas românicas. Apresentação das diversas possibilidades de se obter informação sobre o latim vulgar.		
Caráter: Eletiva		
Bibliografia Básica: ILARI, Rodolfo. Linguística românica . São Paulo: Ática, 1992. CÂMARA JR. Joaquim Mattoso. História da linguística . 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1975 MIAZZI, Maria Luíza. Introdução à linguística românica: história e métodos . São Paulo: Cultrix, 1972		
Bibliografia Complementar: ELIA, Sílvio. Preparação à linguística românica . Rio de Janeiro: Acadêmica, 1974 IORDAN, Iorgu. Introdução à linguística românica . Lisboa: Culbenkian, 1973 LAUSBERG, H. Linguística românica: introdução e vocalismo . Lisboa: Culbenkian, 1973. NETO, Serafim da. História do latim vulgar . Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1977. WILLIAMS, Edwin B. Do latim ao português . 6 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.		

Disciplina: Educação de Surdos Indígenas		COD:
Instituto Responsável: ICIBE		
Comissão de Disciplina:		
Carga Horária Teórica: 34h	Carga Horária Prática: -	Carga Horária Total: 34h
Objetivo Geral: Conhecer a história das línguas de sinais indígenas brasileiras. Contribuir para o enriquecimento das discussões pedagógicas e melhoria da educação escolar para surdos indígenas.		
Ementa: Fundamentos gerais da educação indígena escolar. Políticas e tendências na educação escolar indígena. Amparo legal à Educação Escolar Indígena. O trabalho docente na educação de surdos indígenas. Língua de Sinais indígena.		
Caráter: Eletiva		
Bibliografia Básica: CAVALCANTI, Marilda do Couto; MAHER, Tereza M. Interação transcultural na formação do professor índio. In.: SEKI, L. (org.). Linguística Indígena e Educação na América Latina . Campinas/SP: Ed. da Unicamp, 1993 p. 217-230. VILHAUVA, Shirley. Índios Surdos: mapeamento das línguas de sinais do Mato Grosso do Sul . Petrópolis/RJ: Editora Arara Azul, 2012. STROBEL, Karin. História dos Surdos: representações “mascaradas” das identidades surdas . In: Estudos Surdos II. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2007.		

Bibliografia Complementar:

- COELHO, Luciana Lopes. **A constituição do sujeito surdo na cultura guaranikaiowá: os processos próprios de interação e comunicação na família e na escola.** 2011. 125f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados-MS. Disponível em: <<http://www.ufgd.edu.br/faed/mestrado-educacao/dissertacoes/lucianalopescoelho>>. Acesso em: 04 abr. 2016.
- FERREIRA-BRITO, Lucinda. Integração social do surdo. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, n. 7, p. 13-22, 1986.
- FERREIRA-BRITO, Lucinda. **Integração social & educação de surdos.** R.J.: Babel, 1993.
- GURGEL, Thais. O fim do isolamento dos índios surdo. **Revista Nova Escola**, São Paulo, n. 208, p. 50-53, dez. 2007. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/formacao/fim-isolamento-indios-surdos-424770.shtml>>. Acesso em: 15 fev. 2016.
- NASCIMENTO, Rita Gomes do. Educação escolar indígena Políticas e tendências atuais. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 7, n. 13, p. 333-344, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://www.cnte.org.br/images/stories/retratos_da_escola/retratos_da_escola_13_2013.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2016.
- PORTARIA Nº 410, DE 9 DE MAIO DE 2014.
- SANTOS, Irlan Marcos Cerqueira. O Acesso do Surdo Ka'apor em sua comunidade indígena à educação: uma discussão de inclusão. In: VII Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2015, São Luiz/MA. **Anais...** São Luiz/MA: Universidade Federal do Maranhão, ago. 2015. p. 1-9. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo13/o-acesso-do-surdo-ka%E2%80%99apor-em-sua-comunidade-indigena-a-educacao-uma-discussao-de-inclusao.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2016.
- XAVIER, M. L. M.; ZEN, M. I. H. D. **Ensino de Língua Materna: para além da tradição.** Porto Alegre: Mediação, 1998.
- STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda.** 2. ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2009.
- _____. A visão histórica da in(ex)clusão dos surdos nas escolas. **Educação temática digital.** v. 7, n. 2, 2006. p. 244-252.
- _____. **Surdos: vestígios culturais não registrados na história.** 2008. 175f. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC. Disponível em: <http://www.ronice.cce.prof.ufsc.br/index_arquivos/Documentos/karinstrobel.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2016.

13.4 Atividades Complementares

As atividades complementares são constituídas de oficinas de instrumentação e de seminário inicial de integração, e ainda de congressos, simpósios e palestras de livre escolha dos alunos, e têm a finalidade de ampliar e complementar a formação dos alunos e de facilitar a integração teoria e prática.

As atividades de aprendizagem desenvolvidas no curso de Licenciatura em Letras LIBRAS visam o aprofundamento dos conteúdos e sua aplicação prática em diferentes contextos, que possibilitarão a reflexão, problematização dos temas em questão, a utilização

de tecnologias de informação e comunicação e o trabalho em grupo visando a cooperação, a colaboração e a troca de experiências entre os alunos, os professores e a comunidade de acordo com as características do curso em que os alunos precisam vivenciar os conhecimentos obtidos nas disciplinas.

As atividades complementares possibilitam ao aluno enriquecer sua formação com vivências acadêmicas, internas e/ou externas ao curso, sem se confundir com o Estágio Supervisionado Obrigatório, pois as Atividades Complementares são mais amplas e dinâmicas. Elas devem estimular a prática de estudos independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, contextualização e atualização profissional específica, sobretudo nas relações com o mundo do trabalho estabelecidas ao longo do curso, notadamente integrando-as às diversas peculiaridades regionais e culturais.

A carga horária mínima para as Atividades Complementares é de 200 horas, conforme Resolução nº 2/2002-CNE/CP e Resolução nº 2/2015- CNE/CP. Podem ser inclusos nesse tempo projetos de pesquisa, monitoria, iniciação científica, projetos de extensão, módulos temáticos, seminários, simpósios, congressos, conferências, além de conteúdos oferecidos por outras instituições de ensino ou de regulamentação e supervisão do exercício profissional, ainda que esses conteúdos não estejam previstos no currículo pleno de uma determinada instituição, mas nele podem ser aproveitados porque circulam em um mesmo currículo, de forma interdisciplinar e se integram aos demais conteúdos realizados. Quando as atividades não forem promovidas pelo próprio Curso, sua comprovação será por meio de requerimento com apresentação dos comprovantes para anuência do Coordenador do Curso.

O quadro 1 de referência, será utilizado para integralização da carga horária (200h) nas Atividades Complementares. Os casos omissos serão avaliados pela Coordenadoria de Curso.

Quadro 1: Referência para a comprovação da Atividades Complementares

ATIVIDADE	CARGA HORÁRIA MÁXIMA/ATIVIDADE
Eventos técnicos, científicos e culturais Congressos, Simpósios, Seminários, Workshops, etc.	20h
Estágios extracurriculares Estágios reconhecidos pela PROEX e/ou Coordenadoria de Curso como não obrigatórios.	80h
Programas de Estímulo à Docência, Pesquisa, Extensão. PIBID; PIBIC; PROEXT; etc.	80h
Cursos de Formação Complementar Línguas; Informática; Oratória; Teatro; Dança; etc.	80h
Publicação de Trabalhos Técnico-Científicos Revistas; Jornais; Anais de Eventos; etc.	20h

Monitorias e Tutorias Disciplinas Acadêmicas; Laboratórios; etc.	80h
Administração Acadêmica Colegiados; Conselhos; Comissões; Entidades Estudantis; etc.	20h
Disciplinas Optativas Do próprio curso (eletivas adicionais) ou da matriz curricular de outros cursos da UFRA ou de outras IES.	80h

13.5 Prática Pedagógica

Em conformidade com a Resolução nº 2/2002-CNE/CP e a Resolução nº 2/2015-CNE/CP, a carga horária de Prática Pedagógica será desenvolvida em 400 horas, ofertadas em 02 disciplinas denominadas Prática Pedagógica I e II, com 68 horas/aula cada disciplina, e o restante da carga horária esta distribuída entre 11 conteúdos-partes, que foram analisados e selecionados pelo corpo docente, que são os descritos abaixo:

1. LIBRAS I (17h)
2. LIBRAS II (17h)
3. LIBRAS III (17h)
4. LIBRAS IV (34h)
5. LIBRAS V (34h)
6. LIBRAS VI (34h)
7. Metodologia do Ensino de LIBRAS como L1 (20h)
8. Metodologia do Ensino de LIBRAS como L2 (20h)
9. Metodologia do Ensino de Literatura Visual (20h)
10. Escrita de Sinais I (17h)
11. Escrita de Sinais II (17h)
12. Escrita de Sinais III (17h)

A opção por este tipo de distribuição da carga horária destinada à prática pedagógica está na compreensão que, desta forma, é possível fortalecer a interação entre teoria e prática, colocando o aluno em situação de reflexão e análise da realidade educacional.

Ressalta-se que a prática pode envolver diversas atividades que estejam em articulação com os conteúdos-parte eleitos para tal. Dentre as atividades de prática podemos destacar a observação, a experimentação, visitas, entrevistas, seminários, atividades em laboratórios. Enfim, a prática é composta de atividades que permitem colocar o aluno para analisar a sua

realidade educacional e produzir conhecimentos acerca desta realidade e que estejam articulados com os conhecimentos explorados no curso.

Ao final das atividades de prática poderá ser apresentado pelos alunos: relatórios, portfólios, debates, discussões, dentre outros registros que comporão as avaliações conforme previsto neste Projeto em consonância com o Regulamento de Ensino da UFRA.

13.6 Contribuições à educação voltada para as Relações Étnico-raciais e dos Direitos Humano

Em atendimento à Lei nº 10.639/2003, ao Parecer CNE/CP 3/2004 e à Resolução nº 01/2012, o Curso de Licenciatura em Letras/LIBRAS da UFRA propõe discutir os temas referentes às relações étnico-raciais e aos direitos humanos na disciplina “Prática Pedagógica II” e nas disciplinas curricular obrigatória “Relações étnico-raciais no contexto educacional e “Educação em Direito Humanos”, no quarto semestre do curso, constituindo um eixo, envolvendo a disciplina “Educação Especial e Inclusiva”.

13.7 Metodologia Eixo Temático

Durante a execução de cada semestre, as disciplinas integrantes de um eixo temático poderão ser ministradas consecutiva ou simultaneamente, de acordo com as necessidades da construção do conhecimento, segundo o plano de aulas elaborado pela comissão do eixo temático. Essa comissão será composta por todos os docentes que ministram conteúdos nas disciplinas desse eixo temático.

As disciplinas eletivas, um mínimo de 136 horas, aquelas a que cabe ao discente a liberdade de escolha, mas com obrigatoriedade de integralizar, poderão ser do próprio curso, de outros cursos da Instituição ou, ainda, de outras instituições de ensino superior, desde que as mesmas constem no rol de disciplinas eletivas, pré-estabelecido semestralmente pela coordenadoria do curso. O discente poderá fazer a escolha dessas disciplinas, a partir do quarto semestre. As disciplinas eletivas são independentes, portanto, não são avaliadas como componente de nenhum eixo temático.

A progressão do discente na matriz será feita de acordo como disposto no Regulamento de Ensino da UFRA.

13.8 Estágio Supervisionado Obrigatório (ESO)

O Estágio Supervisionado Obrigatório (ESO) tem caráter de disciplina, é uma atividade cujos objetivos são: proporcionar ao discente a oportunidade de treinamento específico com a vivência de situações pré-profissionais, nas diferentes áreas de atuação docente; prepará-lo para o pleno exercício profissional através do desenvolvimento de atividades docentes; proporcionar uma oportunidade de interação entre discentes, docentes e às instituições envolvidas, bem como a incorporação de situações-problemas e experiências profissionais dos discentes no processo de ensino-aprendizagem, visando a permanente atualização da formação proporcionada pelo curso e; promover o intercâmbio entre a UFRA e as entidades, órgãos e instituições públicas ou privadas.

É uma atividade curricular que deve favorecer as discussões acadêmicas sobre a relação entre teoria e prática, a interdisciplinaridade e o exercício de valores éticos e políticos de responsabilidade e compromisso social nas escolas. Trata-se de uma atividade pré-profissional, na qual os alunos poderão ter contato de forma orientada e supervisionada com as atividades docentes que irão assumir após a conclusão do curso.

Será coordenado pela Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso e Estágio Supervisionado Obrigatório (CTES), que será instituída e atuará segundo as normas gerais constantes no Regulamento de Ensino da UFRA.

Tem duração de 400 (quatrocentas) horas, podendo ser cumprido em etapas de no mínimo 100 (cem) horas por semestre (quadro 2). Ao final do estágio, o discente apresentará um relatório que será avaliado pela CTES e será considerado aprovado se receber nota igual ou superior a 6 (seis), mediante critérios estabelecidos pela Coordenadoria do Curso.

Quadro 2 - Estrutura curricular do Supervisionado Obrigatório

Estágio Supervisionado	Semestre	Carga Horária
I	5º	100h
II	6º	100h
III	7º	100h
IV	8º	100h
TOTAL		400h

O estágio poderá ser interrompido se houver trancamento de matrícula, mudança de curso, ou se o aluno deixar de frequentar o curso regularmente. O aluno estagiará na área de Educação totalizando 400 horas, salvo redução prevista da carga horária do estágio de até (o máximo) 200 horas para os alunos que exerçam atividade docente regular em instituições validadas para o ensino de LIBRAS.

O estágio poderá ser desenvolvido na área específica da instituição com a qual o aluno mantém vínculo empregatício. O aproveitamento de até 50% das 400 horas de estágio curricular supervisionado, conforme a resolução nº 02/2002-CNE/CP, artigo 1º, inciso IV, parágrafo único, dar-se-á para os alunos que exerçam ou exerceram atividade docente regular na educação básica, quando:

- a) a docência tiver sido efetuada em escolas autorizadas;
- b) o aluno/a apresentar declaração comprobatória;
- c) a docência estiver ligada a áreas de atuação do curso.

O aproveitamento das horas de estágio curricular supervisionado deverá ser aprovado pelo Colegiado de Curso, com anuência dos professores envolvidos e do Coordenador de Curso. As demais condições e prerrogativas para o estágio curricular obrigatório e não-obrigatório seguem as orientações e normas, que disciplinam os estágios curriculares dos cursos de graduação da UFRA.

Ressalta-se que a execução do ESO pelo aluno deve respeitar os seguintes dispositivos legais: a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio dos estudantes de 2º e 3º graus; as Resoluções nº 67/2003-CNE/CES; nº 02/2002-CNE/CP e nº 02/2015-CNE/CP e os pareceres nº 09/2001-CNE/CP, nº 21/2001-CNE/CP, nº 28/2001-CNE/CP, nº 492/2001-CNE/CES, nº 01/2002-CNE/CP, nº 02/2002-CNE/CP, assim como o Regulamento de Ensino da UFRA. Por se tratar de um componente curricular direcionado para a consolidação do desempenho profissional, inerentes ao perfil do licenciado, cada instituição, por seus Colegiados Superiores Acadêmicos, deve aprovar o correspondente regulamento, com suas diferentes modalidades de operacionalização.

13.9 Trabalho de Conclusão do Curso (TCC)

O Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) é uma atividade de integralização curricular que consiste na elaboração e apresentação de uma monografia ao final do curso, abordando temas das áreas de conhecimento do referido curso.

Nessa atividade, o discente contará com a orientação de um docente ou técnico-administrativo, este último com no mínimo o grau de mestre, escolhido pelo aluno e com a aprovação da CTES.

O TCC poderá ser desenvolvido individualmente ou em dupla. O discente só poderá matricular-se no TCC após ter sido aprovado em todas as disciplinas do Curso até o 7º semestre da matriz curricular.

As demais normas que regerão essas atividades são aquelas constantes no Regulamento de Ensino da UFRA.

14 APOIO AO DISCENTE

Garantir o ingresso do aluno surdo na UFRA, através de processo seletivo com reserva de vagas, respeitando o disposto no Decreto nº 5.626/05, é uma das propostas da UFRA, para a implantação do Curso de Graduação em Licenciatura em Letras/LIBRAS. Porém, com o ingresso desses alunos serão necessárias ações que possibilitem sua permanência no Ensino Superior, cumprindo assim o que está disposto no Decreto nº 7.824/2012 responsável pela política de implantação deste curso na universidade.

Dessa forma, estão previstos concurso para professores e técnicos, que atendam a especificidade do curso. No cargo de técnicos, das 10 vagas disponíveis, 05 serão para o cargo de Tradutor Intérprete de Língua de Sinais, para o Campus Belém.

Esses profissionais irão compor uma equipe, que ficará responsável tanto por atividades de ensino, pesquisa e extensão quanto para atividades administrativas que o aluno surdo possa participar e/ou necessitar dentro da UFRA. Ressalta-se que, além do ingresso desses profissionais habilitados para a atividade de tradução e interpretação em LIBRAS, no primeiro semestre de 2016, a Superintendência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas – SGDP, através da Divisão de Capacitação e Desenvolvimento (DCAD) em parceria com a Coordenadora Pró-tempore do Curso de Graduação em Letras - LIBRAS ofertaram cursos de

LIBRAS para os funcionários, dos mais variados setores da UFRA, com o objetivo de favorecer o acesso do aluno surdo aos serviços e atividades da instituição.

Além dessas iniciativas, a UFRA já conta com uma infraestrutura de apoio ao discente, que são: a Divisão de Saúde e Qualidade de Vida (DSQV) que dispõe de uma equipe multiprofissional, com médico, psicólogo, assistente social, pedagogo e odontólogo, para atender alunos e profissionais da instituição; e a Divisão de Apoio Pedagógico (DAP) da Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) que orienta os alunos em questões acadêmicas.

15 O PROCESSO DE AVALIAÇÃO

15.1 Acompanhamento e avaliação do Projeto Pedagógico do Curso

Entende-se que o processo de acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico do curso de Licenciatura em Letras – LIBRAS está intrinsecamente ligado à discussão da avaliação como proposta de produção de conhecimento e de ensino-aprendizagem. Desse modo, o acompanhamento da operacionalização da presente proposta curricular será feito continuamente pelo Programa de Avaliação de desempenho docente e dos eixos temáticos realizado pela PROEN, que usa a avaliação 360°, para que a análise dos dados se dê na visão dos docentes, dos discentes e do coordenador do curso.

Afora essa avaliação, o curso, e, por conseguinte, seu projeto pedagógico, será avaliado pelos mecanismos, internos e externos, já existentes, como os desenvolvidos pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e Núcleo Docente Estruturante, sendo que este último tem função consultiva e de acompanhamento dos trabalhos de natureza acadêmica, conforme Resolução nº 76/2011-CONSEPE/UFRA, de 21 de junho de 2011.

A Coordenadoria do Curso de Licenciatura em Letras/LIBRAS avaliará as propostas de alterações que porventura sejam dadas a este projeto e as encaminhará para análise primeiramente no Colegiado do Curso e depois, nos Conselhos Superiores.

15.2 A avaliação da aprendizagem discente

A avaliação da aprendizagem será feita de acordo com o Regulamento de Ensino da UFRA (Resolução nº 243/2015-CONSEPE/UFRA, de 11 de fevereiro de 2015), ou seja, mediante apreciação de provas e/ou tarefas realizadas no decorrer do período letivo, que deverão estar especificadas no plano de ensino da disciplina e seu resultado expresso em pontos numa escala numérica de zero a dez.

Destaca-se que a avaliação da aprendizagem será contínua e cumulativa e compreenderá provas escritas e práticas, trabalhos de campo, leituras programadas, planejamento, execução e avaliação de pesquisa, estudo de caso, pesquisa bibliográfica e outras atividades previstas nos planos de ensino elaborados pela comissão do eixo temático e aprovados pela Coordenadoria do Curso.

Para efeito de registro e controle do desempenho acadêmico serão atribuídas as seguintes notas por disciplinas ao longo do semestre letivo:

- 02 Notas de Avaliação Parciais (NAP-1 e NAP-2);
- 01 Nota de Prova Substitutiva (PS), quando for o caso, e;
- 01 Nota de Avaliação Final (NAF), quando for o caso.

A 1ª NAP será composta pela soma ou média das notas obtidas nas avaliações das atividades curriculares de cada uma das disciplinas componentes dos eixos temáticos.

A 2ª NAP será obtida através de uma avaliação, preferencialmente envolvendo atividades interdisciplinares dentro do eixo temático, podendo ser individual ou por equipe. A nota atribuída será válida para todas as disciplinas do(s) eixo(s) temático(s) envolvido (s).

A PS e a NAC serão obtidas por avaliação do conteúdo de cada disciplina do eixo temático na qual o discente não tenha sido aprovado.

No caso de disciplinas eletivas, a 2ª NAP poderá ser obtida mediante uma atividade envolvendo disciplinas obrigatórias ou outras eletivas afins desenvolvidas no mesmo semestre letivo. Neste caso, haverá a aceitação antecipada das comissões dos eixos temáticos envolvidos.

Ressalta-se que será considerado aprovado o discente com frequência mínima de 75% da carga horária total da disciplina e que alcançar média 6,0 (seis) após a NAF. Caso o aluno, não atenda esses critérios ele ficará de dependência, sendo que, por semestre letivo, o aluno só poderá cursar até duas disciplinas nessa condição.

16 PROGRAMA TUTORIA UFRA

O Programa de Tutoria Acadêmica (PTA), previsto no Regulamento de Ensino dos cursos de graduação da UFRA, visa proporcionar aos discentes uma condição de orientação permanente através de um docente do curso (tutor). O tutor irá trabalhar junto aos alunos nos aspectos da sua formação profissional e humana, e facilitar seu acesso aos diversos setores da universidade.

Dentre os objetivos do PTA destacam-se:

- 1) Acompanhar de forma personalizada a integração dos discentes e facilitar a transição do ensino secundário para o ensino superior;
- 2) Acompanhar os discentes ao longo do seu percurso acadêmico;
- 3) Identificar precocemente situações de insucesso acadêmico;
- 4) Orientar e esclarecer questões relacionadas com a organização do currículo e a sua integralização;
- 5) Contribuir para a melhor qualidade do processo de ensino-aprendizagem.

O PTA é de caráter complementar e será administrado pela Coordenadoria do curso. Na prática, cada docente assumirá a tutoria de cada turma por um prazo mínimo de um ano. Todos os discentes ingressantes ou não terão direito ao programa de tutoria sendo o mesmo facultado ao interesse próprio.

17 ATUAÇÃO DO COORDENADOR

A Coordenadoria de Curso de Graduação em Licenciatura em Letras - LIBRAS é um órgão colegiado integrante da estrutura organizacional da UFRA, tendo por finalidade articular mecanismos para interagir ações entre o ensino, a pesquisa, a extensão e coordenar e fazer cumprir a política de ensino. Ela é composta por um Coordenador, um Subcoordenador e pelo Colegiado de Curso, com função deliberativa e consultiva em matéria acadêmica, respeitada a competência dos órgãos superiores e o PDI da instituição.

17.1 Colegiado de Curso

Segundo o Regimento da UFRA o Colegiado de Curso tem função deliberativa e consultiva em matéria acadêmica, respeitando a competência dos órgãos superiores, e é constituído pelo 1) Coordenador, que presidirá com voto de qualidade; 2) quatro docentes, em atividade, com seus respectivos suplentes, representantes de cada Instituto responsável pelas disciplinas no Curso, escolhidos entre seus pares, para um mandato de quatro anos, permitida uma recondução; 3) quatro representantes discentes escolhidos entre os alunos do Curso, com seus respectivos suplentes, para o mandato de um ano, permitida uma recondução; 4) quatro representantes dos técnico-administrativos, escolhidos entre seus pares, com seus respectivos suplentes, para um mandato de quatro anos, permitida uma recondução.

17.2 Papel do Coordenador do Curso

Segundo o regimento da UFRA, compete ao Coordenador de Curso:

- a) convocar e presidir os trabalhos do colegiado de Curso;
- b) responder, perante o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão pela eficiência do planejamento e da coordenação das atividades de ensino nos cursos sob a sua responsabilidade;
- c) representar contra medidas ou determinações emanadas dos Diretores ou Colegiados dos Institutos que interfiram com os objetivos ou normas fixadas para o curso;
- d) encaminhar ao Diretor-Geral do Instituto/Campus o programa de ensino para cada período letivo, após aprovação do colegiado correspondente, solicitando a designação de professores para a execução dos referidos programas;
- e) apreciar e julgar solicitações de alunos, referentes à justificativa de faltas e a segunda chamada de avaliação;
- f) emitir conteúdo dos programas de ensino, comprovantes de matrícula e demais correlatas;
- g) coordenar e supervisionar as atividades de conclusão de curso (TCC) necessárias à formação profissional dos discentes do curso sob sua coordenação;
- h) coordenar, orientar e avaliar a execução dos currículos do respectivo curso propondo aos órgãos competentes cabíveis para que sejam atingidos os objetivos do curso;
- i) analisar e emitir parecer sobre os processos de validação, revalidação de diplomas e convalidação de estudos;

j) coordenar o programa pedagógico de orientação acadêmica do curso sob sua coordenação.

17.3. Núcleo Docente Estruturante (NDE)

A Resolução nº 76, de 21 de junho de 2011, instituiu as normas, os aspectos gerais e comuns da estruturação e do funcionamento dos Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) dos Cursos de Graduação da UFRA. O NDE tem função consultiva e de acompanhamento dos trabalhos de natureza acadêmica, sendo parte integrante da Estrutura de Gestão Acadêmica.

18 INFRAESTRUTURA

Inicialmente, as atividades do Curso de Licenciatura em Letras LIBRAS ocorrerão no espaço físico do Instituto Ciberespacial (ICIBE), uma vez que a construção do prédio, onde o curso será instalado, e a aquisição de equipamentos para os laboratórios (de multimídia e de fonética) estão em fase de finalização.

Dessa forma, o espaço físico do ICIBE disponível para o início das atividades do curso conta com salas de aula, com 70m² cada, todas refrigeradas com ar condicionado e com data-shows, dimensionadas para 50 alunos em cada uma. Três destas salas são informatizadas e contam com internet banda larga, sendo uma delas com lousa digital.

O projeto do prédio, que sediará o curso de Licenciatura em Letras LIBRAS, possui, na planta baixa, duas salas de aulas para 50 alunos, uma sala de leitura e estudo, dois gabinetes para dois professores cada, e dois laboratórios, sendo um de multimídia e outro de fonética. Na planta superior, há três salas de aulas para 50 alunos; a sala da coordenação do curso juntamente com a secretaria; a sala dos intérpretes de LIBRAS, uma sala para depósito, uma copa e quatro gabinetes para dois professores cada.

O planejamento dessa infraestrutura (construção de prédio e aquisição de equipamentos e materiais) foi possibilitado devido aos recursos do Programa Viver sem Limites do governo federal. De acordo com esse programa, também são previstas vagas para professores e técnicos, para atuarem na educação de surdos no ensino superior, essa iniciativa pretende diminuir as barreiras comunicacionais encontradas pelos surdos quando do ingresso no ensino superior, garantindo-lhes o direito de ter acesso tanto à informação quanto ao conhecimento na sua língua que é a LIBRAS, conforme o Decreto 5.626/2005.

19 REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federal do Brasil**, Poder executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833-27841.

BRASIL. Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite. **Diário Oficial [da] República Federal do Brasil**, Poder executivo, Brasília, DF, 18 abr. 2004. Seção 1, p. 12.

_____. Portaria Normativa nº 29, de 20 de julho de 2007. Realização do Programa Nacional para a Certificação de Proficiência em Libras e para a Certificação de Proficiência em Tradução e Interpretação de Libras-Língua Portuguesa-Prolibras. **Diário Oficial [da] República Federal do Brasil**, Poder executivo, Brasília, DF, 23 jul. 2007. Seção 1, p. 22-23.

_____. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federal do Brasil**, Poder executivo, Brasília, DF, 14 abr. 2004. Seção 1, p. 3-4.

_____. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial [da] República Federal do Brasil**, Poder executivo, Brasília, DF, 23 dez. 2004. Seção 1, p. 28-30.

_____. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federal do Brasil**, Poder executivo, Brasília, DF, 25 abr. 2002. Seção 1, p. 23.

_____. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federal do Brasil**, Poder executivo, Brasília, DF, 20 dez. 2000. Seção 1, p. 2-3.

_____. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federal do Brasil**, Poder executivo, Brasília, DF, 21 dez. 2000. Seção 1, p. 10-15.

_____. Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. **Diário Oficial [da] República Federal do Brasil**, Poder executivo, Brasília, DF, 31 maio 2012. Seção 1, p. 48.

_____. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federal do Brasil**, Poder executivo, Brasília, DF, 25 out. 1989. Seção 1, p. 19209.

_____. Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federal do Brasil**, Poder executivo, Brasília, DF, 30 jan. 2009. Seção 1, p. 1-2.

_____. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federal do Brasil**, Poder executivo, Brasília, DF, 25 jul. 1991. Seção 1, p. 14809.

_____. Lei nº 10.845, de 5 de março de 2004. Institui o Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federal do Brasil**, Poder executivo, Brasília, DF, 8 mar. 2004. Seção 1, p. 1.

_____. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federal do Brasil**, Poder executivo, Brasília, DF, 3 dez. 2004. Seção 1, p. 5-10.

_____. **Lei nº. 10.048, de 8 de novembro de 2000**. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federal do Brasil**, Poder executivo, Brasília, DF, 9 nov. 2000. Seção 1, p. 1.

_____. Decreto nº 2.172, de 5 de março de 1997. Aprova o Regulamento dos Benefícios da Previdência Social. **Diário Oficial [da] República Federal do Brasil**, Poder executivo, Brasília, DF, 6 mar. 1997. Seção 1, p. 1.

_____. Resolução nº 2, de 19 de fevereiro de 2002. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. **Diário Oficial [da] República Federal do Brasil**, Poder executivo, Brasília, DF, 4 mar. 2002. Seção 1, p. 9.

_____. Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. **Diário Oficial [da] República Federal do Brasil**, Poder executivo, Brasília, DF, 2 jul. 2015. Seção 1, p. 8-12.

_____. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federal do Brasil**, Poder executivo, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Seção 1, p. 1.

_____. Parecer nº 003/2004, de 10 de março de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: CNE/CP, 2004.

_____. Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. **Diário Oficial [da] República Federal do Brasil**, Poder executivo, Brasília, DF, 22 jun. 2004. Seção 1, p. 11.

_____. Resolução nº 2, de 18 de junho de 2007. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. **Diário Oficial [da] República Federal do Brasil**, Poder executivo, Brasília, DF, 17 set. 2007 (republicada). Seção 1, p. 23.

_____. Parecer nº 8/2007, de 31 de janeiro de 2007. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Brasília: CNE/CP, 2007.

FERNANDES, E. (Org). **Surdez e Bilinguismo**. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

FERREIRA-BRITO, Lucinda. **Integração social & educação de surdos**. R.J.: Babel, 1993.

_____. Integração social do surdo. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, n. 7, p. 13-22, 1986.

GURGEL, Thais. O fim do isolamento dos índios surdo. **Revista Nova Escola**, São Paulo, n. 208, p. 50-53, dez. 2007. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/formacao/fim-isolamento-indios-surdos-424770.shtml>>. Acesso em: 15 fev. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. Censo de 2010. Brasília: IBGE, 2010.

JACINTO, R. C. ; KELMAN, C. A. ; SALLES, H. M. M. L. . Formação de professores na educação de surdos. In: Paulo Sérgio B. de A. Salles; Ricardo Gauche. (Org.). **Educação Científica, Inclusão Social e Acessibilidade**. Goiânia: Cênone, 2011. p. 57-78.

LIBÂNEO, José C. Pedagogia e modernidade: presente e futuro da escola. In: JR GUIRALDELLI-JR, Paulo (org). **Infância, Escola e Modernidade**. São Paulo: Cortez, 1997.

MENDES, E. G.. A Radicalização do Debate sobre Inclusão Escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 33, p. 387-405, set./dez. 2006. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n33/a02v1133.pdf> >. Acesso em: 16/04/2012.

MORIN, Edgar. Articular os saberes. In: ALVES, Nilda; GARCIA, Regina Leite. (orgs). **O sentido da escola**. 3 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

_____. **Ética**. Tradução: Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2005.

QUADROS, R. M.; PERLIN, G. (Orgs.) **Estudos Surdos II**. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2007.

QUADROS, Ronice Muller de. **Educação de surdos**: a aquisição da linguagem. Porto Alegre. Artmed, 1997. Reimpressão 2008.

CERNY, R. Z.; QUADROS, R. M. Formação de professores de letras-libras: construindo o currículo. **Revista e-Curriculum**, PUCSP-SP, v. 4, n. 2, junho 2009. Disponível em: <<http://www.pucsp.com.br/ecurriculum>> Acesso em: 07 out. 2012.

OLIVEIRA, L. M. B. **Cartilha do Censo 2010**: Pessoas com Deficiência. Brasília: SDH-PR/SNPD, 2012.

QUADROS, R. M. (Org.) Tradução e interpretação de línguas de sinais. **Cadernos de tradução**, v. 2, n. 26, 2010.

SKLIAR, C. A educação e a pergunta pelos outros: diferença, alteridade, diversidade e os outros “outros”. **Revista ponto de vista**, Florianópolis/SC, n. 5, p. 37-49, 2003. Disponível em: <<file:///C:/Users/C%C3%ADntia/Downloads/1244-15464-1-PB.PDF>>. Acesso em: 08 ago. 2012.

ZUCHETI, D. T.; KLEIN, M.; SABAT, R. Marcas das diferenças nas políticas de Inclusão Social. **Educação e Realidade**. v. 32, p. 75-89, jan/jul, 2007. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/6661/3977>>. Acesso em: 08 ago. 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA. UFRA. **Estatuto da UFRA**. Belém: UFRA, 2003.

_____. Planejamento estratégico institucional da UFRA: 2014-2024. Belém: UFRA, 2015.

_____. Resolução nº 243, de 11 de fevereiro de 2015. Aprova alterações no regulamento de ensino da UFRA. Belém: CONSEPE/UFRA, 2015. Disponível em: <https://portal.ufra.edu.br/images/Resolucoes2015/CONSEPE/resoluo_243_de_11_de_fevereiro_2015.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2016.